

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ADAMO ANTONIONI DA SILVA INFRAN

**ANÁLISE DAS FONTES DO CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS POR UM PRISMA *QUEER*:
QUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE SE TORNAM MATÉRIAS**

**Campo Grande – MS
2017**

ADAMO ANTONIONI DA SILVA INSFRAN

**ANÁLISE DAS FONTES DO CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS POR UM PRISMA *QUEER*:
QUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE SE TORNAM MATÉRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares.

**Campo Grande – MS
2017**

ADAMO ANTONIONI DA SILVA INSFRAN

**ANÁLISE DAS FONTES DO CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS POR UM PRISMA *QUEER*:
QUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE SE TORNAM MATÉRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares.

Campo Grande, MS, _____ de agosto de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares (Orientador)
Doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
(Presidente e Orientador)

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (Avaliador)
Doutor pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Brasil
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
(Membro Titular)

Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi (Avaliador)
Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
(Membro Titular)

Ao “amor que não ousa dizer o nome”.
Mas eu ousei e digo...
Edu Costa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas cicatrizes, que me motivaram a pesquisar. Cresci em um ambiente profundamente heteronormativo. Meu pai tinha um time de futebol de garotada, jogávamos os campeonatos na cidade (Rio Brillhante/MS). Eu adorava! Mas havia alguma coisa em mim que me fazia diferente dos outros garotos, não sabia o que era e nem como explicar, mas sentia. Cresci sendo cobrado para ser “homem de verdade”, sofri com o heteroterrorismo, inclusive pelos dois irmãos heterossexuais e pela minha mãe, que me deu o apelido de “bicha amarela”. Todos eles caçoavam constantemente sempre que eu não correspondia às expectativas sociais esperadas para um menino. Já meu pai, nada dizia. Mas seu silêncio indiferente era eloquente e também doía. Hoje, pude transformar em estudos todo o vazio que me gerou a abjeção. Não parei nos insultos. Fiz deles a obra mais linda que consegui produzir, gestada entre suor e lágrimas: esta dissertação.

A escola foi outro ambiente de coerção. Lembro que tinha 12 anos quando alguém me chamou de “viadinho” pela primeira vez. Aquilo me marcou profundamente. Eu paralisei. Não sabia o que significava ao certo, mas sabia que eu não poderia ser aquilo que me nomeavam. Apesar da dor psicológica provocada pelo xingamento, não pude contar para ninguém da minha família pelas ofensas que já tinha que suportar dentro de casa. A adolescência de um LGBT é uma das mais tristes e solitárias... mas essas marcas me fizeram crescer, pois, como dizia Nietzsche, “o que não me mata, me fortalece”.

Agradeço a cada um dos professores do curso de Filosofia, o primeiro contato que tive com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Eles abriram as portas não só da universidade, mas de um novo mundo. Certa vez ouvi uma frase, em uma oficina filosófica promovida pela Prof.^a Marta, que dizia: “toda filosofia é uma autobiografia disfarçada”. Assim é minha dissertação, não tenho como negar. Ela reflete o *pathos* filosófico, como nos ensinou o Prof. Stefan, que pode ser traduzido como inquietações, dúvidas e angústias.

Estes sentimentos obscuros assombravam aquele menino do interior que veio à Capital para cursar Jornalismo, depois de receber uma bolsa pelo Prouni numa faculdade particular, a Estácio. Aonde que o filho de um pedreiro com uma doméstica teria condições financeiras para pagar a mensalidade de um curso superior? Eu agarrei com unhas e dentes aquela oportunidade. E neste processo de trânsito, de descobertas, de deslocamentos identitários, entre devires e devaneios, há sempre um quê de vir a ser que ainda não floresceu, e a sensação de sempre querer partir para algum outro lugar.

Agradeço ao Laboratório de Estudos de Violência e Sexualidade (LEVS) da UFMS. Foi ali que, pela primeira vez, tive contato com a Teoria *Queer*. Em particular, obrigado pela acolhida do Prof. Aparecido, conhecido carinhosamente por Cido, coordenador do grupo de pesquisa. Obrigado também ao Prof. Guilherme (curso de Ciências Sociais da UFMS), pelo apoio, auxílio e direcionamentos oferecidos à minha pesquisa. Sem vocês eu não teria conseguido, porque de certa forma, atuaram como meus co-orientadores.

Agradeço aos professores do curso de pós-graduação em Comunicação, que contribuíram para minha formação. Obrigado por acreditarem no meu trabalho, terem aceitado meu projeto e confiado em mim. Obrigado, em especial, ao meu orientador, que manteve a mente aberta para a Teoria *Queer*. Obrigado ainda ao professor Marcos Paulo, por iluminar minha pesquisa desde a qualificação.

Agradeço aos colegas que conheci na UFMS, do mestrado e da graduação em Filosofia. Em especial à heteronormatividade e ao elitismo (de alguns) deles, que faziam questão de me lembrar qual era o meu lugar: a margem. Mal sabiam eles que eu amo os espaços periféricos, são os melhores lugares para enxergar onde se concentram os dispositivos de poder. Isso mostra que nem mesmo no Ensino “Superior” estamos livres das mais rasteiras normatizações e incompreensões que nos atiram num gueto intelectual, onde poucos se arriscam a ultrapassar a linha. E foram justamente as margens que me levaram ao centro universitário, um espaço impensável até há pouco tempo para pessoas como eu, que habitam nas “regiões sombrias da ontologia”, como diria Butler.

Quero agradecer a toda a equipe da TV Imaculada Conceição pelo incentivo. Mais especificamente ao Nelson Henrique, meu chefe, pela paciência nos meus momentos de dispersão e de estresse no ambiente de trabalho. Porque, na minha ânsia de querer abraçar o mundo fazendo mestrado, uma segunda graduação e trabalhando na emissora, algumas horas eu simplesmente me desligava de tudo. Estava no “mundo das ideias”, como brincava a equipe da produção. Obrigado à Paloma Ortega, minha colega e amiga, pelos momentos de diálogo que sempre mantemos sobre feminismo, unindo forças e partilhando histórias, intercalando entre experiências e teorias.

Obrigado à minha mãe que, apesar de tudo, depois que assumi minha homossexualidade se esforçou para me compreender, vencendo seus preconceitos mais arraigados quanto às sexualidades não hegemônicas - me ouvindo, perguntando quando não entendia, me protegendo quando percebia que chegava ao meu limite emocional diante das

ofensas, das humilhações e dos constrangimentos. Talvez não tenha sido a sua intenção ofender, mas sim me preparar para o mundo e me fazer um homem forte. Não tenho dúvidas de que ela se orgulha do homem que me tornei hoje.

Agradeço ao Edu, meu namorado, companheiro, amigo... minha âncora. Sempre quis viver livremente minha sexualidade e desejei uma pessoa que pudesse me apoiar. Alguém que me segurasse quando todos os “amigos” me virassem as costas a partir da descoberta da minha orientação sexual. Porque sabia que, cedo ou tarde, esse dia chegaria. Os céus me prepararam o Edu e hoje sei quem é meu amigo de verdade e quem me ama como sou.

Agradeço a Deus Pai, mas que também é Mãe, manifestado pela *Ruah* - sua força espiritual feminina que pairava sobre as águas desde o momento da Criação. Foi esta brisa suave que animou Débora, encorajou Jael, cuidou do destino de Rute, deu perseverança à Ana, sabedoria à Ester, fidelidade à Raabe, encheu de generosidade a Rainha de Sabá, teve compaixão de Maria Madalena e transbordou de graça, Maria, modelo de fortaleza e bravura – um dia, esta potência divina-maternal me despertou com delicadeza e doçura de um sono dogmático, e me inspirou a pesquisar sobre gênero e sexualidade. Não é uma metáfora.

“Se vocês quiserem me insultar, vão em frente. Eu aguento. Mas as centenas de jovens lá fora que estão tentando entender quem são... esses jovens não merecem passar por isso. Então às pessoas que se perguntam para que faço tudo isto - se é uma questão de publicidade, de coragem, de controvérsia - eu lhes direi do que se trata: trata-se do que vai acontecer a partir de hoje. Trata-se não de uma pessoa, mas de milhares de pessoas. Trata-se não de mim, mas de todos nós. De nos aceitarmos uns aos outros. Somos todos diferentes. E isso não é ruim - é bom. Mesmo que você pense que é impossível compreender coisas incompreensíveis, vou mostrar a vocês hoje que é possível, sim. Simplesmente precisamos tentar, todos juntos” (JENNER, Caitlyn. Ex-atleta americana que assumiu sua transexualidade. Trecho de seu discurso no ESPY Awards, 2015, *online*).

RESUMO

A proposta desta dissertação foi compreender a cobertura do jornal Canção Nova Notícias, da emissora TV Canção Nova, sobre as temáticas ligadas à população Lésbica, *Gay*, Bissexual, Travesti e Transexual (LGBT) entre os anos de 2013 a 2016. O texto foi construído como reflexão ao tema gênero e sexualidade e discutiu, aos olhos da Teoria *Queer*, a matriz heterossexual. Foram analisadas as matérias do telejornal que, já em seus títulos, mostraram alguma referência ao assunto. A análise de conteúdo foi empregada para a contabilização das terminologias utilizadas para nomear as pessoas LGBT e a quantificação da prevalência de expressões positivas ou negativas para isso. Também foi realizado um levantamento quantitativo dos atores sociais que se posicionaram contra, a favor ou neutros nas matérias, na expressão da posição social assumida como fontes da questão. Por fim, foram selecionadas algumas figuras de elucidação sobre como os conceitos de identidade e de diferença foram representados, sob o aporte teórico dos Estudos Culturais

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, *Queer*, telejornalismo, televisão, LGBT, religião.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to understand the coverage of the Journal Canção Nova Notícias, from the TV station Canção Nova, which approach the subjects related to the lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual population (LGBT) between the years of 2013 and 2016. The text was constructed as a reflection on the theme gender and sexuality and discussed, through the eyes of the Queer Theory, the heterosexual matrix. We analyzed the telejournal news articles that even in their titles, already showed some reference to the subject. The analysis of the content was used to account the terminologies used to name LGBT people and to quantify the prevalence of positive or negative expressions for it. A quantitative survey was also carried out of the social actors who stood against, in favor or neutral in the matters, in the expression of the social position assumed as sources of the question. Finally, some elucidation figures were selected on how the concepts of identity and difference were represented, under the theoretical support of Cultural Studies.

Keywords: Gender, sexuality, Queer, telejournalism, television, LGBT, religion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Novo cenário do Jornal Canção Nova Notícias, 2016.....	120
Figura 2	- Imagens CN Notícias: ideologia de gênero causa polêmica em votação do PNE	149
Figura 3	- Imagens CN Notícias: cartaz ideologia de gênero	149
Figura 4	- Imagens CN Notícias: italianos fazem manifestação em defesa da família natural	150
Figura 5	- Imagens CN Notícias: cores que sinalizam mensagens	151
Figura 6	- Imagens CN Notícias: famílias tradicionais em foco	151
Figura 7	- Imagens CN Notícias 1: famílias tradicionais e fé em foco na matéria “vereadores são contra termo ‘Gênero’ de PME de São Paulo.”	152
Figura 8	- Imagens CN Notícias 2: famílias tradicionais e fé em foco na matéria “vereadores são contra termo ‘Gênero’ de PME de São Paulo.”	152
Figura 9	- Imagens CN Notícias: Sergipe diz não ao termo ‘gênero’ em plano de educação”.....	153

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Matéria 1, Casamento Civil Homossexual - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 129
- Quadro 2** – Matéria 2, Franceses Contra a União Homossexual - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 129
- Quadro 3** – Matéria 3, União Homossexual na França - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 130
- Quadro 4** – Matéria 4, Projeto Sobre Homofobia é Retirado de Pauta - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 130
- Quadro 5** – Matéria 5, Projeto de Lei que Criminaliza a Homofobia Deve ser Votado na Próxima Semana - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 130
- Quadro 6** – Matéria 6, Polêmica – Plano Nacional de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 131
- Quadro 7** – Matéria 7, Disque Câmara Bate Recorde de Ligações contra PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 131
- Quadro 8** – Matéria 8, Ideologia de Gênero Causa Polêmica em Votação do PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 132
- Quadro 9** – Matéria 9, Ideologia de Gênero é Retirada do Plano Nacional de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 132
- Quadro 10** – Matéria 10, Comissão da Câmara Retira Ideologia de Gênero do PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 133
- Quadro 11** – Matéria 11, Ideologia de Gênero é Tema de Debate em Assembleia no Paraguai - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 133
- Quadro 12** – Matéria 12, Italianos Fazem Manifestação em Defesa da Família Natural - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 134
- Quadro 13** – Matéria 13, Vereadores são Contra Termo Gênero de PME - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 134
- Quadro 14** – Matéria 14, União Homoafetiva Ganha Destaque no 4º Dia de Sínodo em Roma - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 135
- Quadro 15** – Matéria 15, Igreja não Mudou Posição Sobre Homossexuais, Afirma Cardeal- Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 135
- Quadro 16** – Matéria 16, Distrito Federal Rejeita Ideologia de Gênero nas Escolas - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 136
- Quadro 17** – Matéria 17, Coletiva de Imprensa da CNBB - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016..... 136

Quadro 18 – Matéria 18, Fim do Prazo para Votação dos Planos Estaduais de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	137
Quadro 19 – Matéria 19, Manifestantes Protestam Contra Plano Municipal de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	137
Quadro 20 – Matéria 20, Seminário Reúne Interessados em Preservar os Valores da Família - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	138
Quadro 21 – Matéria 21, Sergipe diz Não ao Termo “Gênero” em Plano de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	138
Quadro 22 – Matéria 22, Vaticano Apresenta Documento Final do Sínodo da Família - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	139
Quadro 23 – Matéria 23, Cardeal Arcebispo de São Paulo faz Balanço de Sínodo em Roma - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	139
Quadro 24 – Matéria 24, Manifestação Contra a Ideologia de Gênero Acontece em Roma - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	140
Quadro 25 – Matéria 25, Evento na CN Discute Temas como Defesa da Vida e Ideologia de Gênero - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	140
Quadro 26 – Matéria 26, Papa Denuncia Riscos da Ideologia de Gênero - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão das 15 matérias conforme as opiniões solicitadas no eixo “Ideologia de Gênero” - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	145
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Formato das matérias - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	127
Tabela 2	- Procedência das matérias subdivididas por eixo temático - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	127
Tabela 3	- Quantidade de matérias por eixo temático conforme o ano de produção - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	128
Tabela 4	- Unidades de registro: a reiteração da norma nas matérias analisadas - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	142
Tabela 5	- Distribuição das opiniões das fontes entrevistadas conforme eixo temático - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	143
Tabela 6	- Perfil profissional/ocupação das fontes contra LGBT separados por tema - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016	146

LISTA DE SIGLAS

ABLGBTT:	Associação Brasileira de Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis e Transexuais
APA:	<i>American Psychiatric Association</i>
CCCS:	<i>Centre for Contemporary Cultural Studies</i>
CDD:	Católicas pelo Direito de Decidir
CIC:	Catecismo da Igreja Católica
CNBB:	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CUS:	Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade
DAVI:	Departamento de Audiovisual
DSM:	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais
EUA:	Estados Unidos da América
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT:	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis e Transexuais.
KKK:	<i>Ku Klux Klan</i>
OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONU:	Organização das Nações Unidas
PLC:	Projeto de Lei da Câmara
PEC:	Projeto de Emenda à Constituição
PNE:	Plano Nacional de Educação
STF:	Supremo Tribunal Federal
RCC:	Renovação Carismática Católica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	24
1 GÊNERO E SEXUALIDADE	27
1.1 IDENTIDADE, DIFERENÇA E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS	27
1.2 TEORIA QUEER: ORIGEM E INFLUÊNCIAS	35
1.3 O PROBLEMA DA HETEROSSEXUALIDADE: (RE) PENSANDO A MATRIZ HEGEMÔNICA	41
1.4 HOMOFOBIA: DADOS E CONCEITOS	50
1.5 PERFORMATIVIDADE E A PRODUÇÃO DE CORPOS ABJETOS	57
1.6 GÊNESE DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A VISÃO APOCALÍPTICA DA IGREJA..	67
2 OS DESAFIOS DO CATOLICISMO NO SÉCULO XXI.....	77
2.1 ÊXTASE DAS IDENTIDADES RELIGIOSAS EM ÊXODO	77
2.2 IGREJA E HOMOSSEXUALIDADE: O DISCURSO DA SEXUALIDADE.....	82
2.3 A HOMOSSEXUALIDADE NOS TEMPOS MODERNOS DA IGREJA.....	88
2.4 REFLEXÕES QUEER PARA UMA INTERPRETAÇÃO INCLUSIVA DA BÍBLIA.....	95
3 TELEVANGELISMO E O SISTEMA CANÇÃO NOVA DE COMUNICAÇÃO.....	103
3.1 NOVOS AREÓPAGOS: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NOS DOCUMENTOS DA IGREJA	103
3.2. AS LUTAS SIMBÓLICAS E AS FONTES JORNALÍSTICAS.....	105
3.3. A COMUNIDADE E O SISTEMA CANÇÃO NOVA	112
3.4 A TV CANÇÃO NOVA E O JORNAL CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS	116
3.4.1 A TV Canção Nova	116
3.4.2 O Jornal Canção Nova Notícias.....	118
4 ANÁLISE DO CORPUS	122
4.1 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA: A ANÁLISE DE CONTEÚDO	122
4.1.1 Percurso da Pesquisa	124
4.1.2 Formato e Localidade das Matérias.....	126
4.2. COMPÊNDIO DESCRITIVO DAS MATÉRIAS.....	128
4.3. Unidades de registro: terminologias referentes à população LGBT.....	141
4.4. O PERFIL DAS FONTES E as opiniões: PRÓ, CONTRA E NEUTRAS.....	143

4.4.1 Diferentes posicionamentos: entre o neutro e o contra.....	145
4.4.2 A Posição Social das Fontes	146
4.5. A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE LEGITIMADORA E DA DIFERENÇA ...	148
AS CONCLUSÕES POR UM PRISMA QUEER.....	154
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

“Deus está morto”, proclamou o filósofo alemão NIETZSCHE (2001, p. 148), causando grande revolta entre os religiosos mais fervorosos ao destruir, de forma implacável, o grande legado do Cristianismo: a metafísica. A “religião” (em especial o Cristianismo) sempre esteve no centro de muitas discussões filosóficas, a exemplo dos argumentos ontológicos da patrística e da escolástica no período medieval, do pensamento dos pais da Sociologia - Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx - na era moderna, da dialética hegeliana sobre Filosofia da Religião e, notoriamente, dos ataques mais ácidos de Ludwig Feuerbach.

Diante de tantos trabalhos já elaborados, esta dissertação não foi desenvolvida com o interesse de uma revisão bibliográfica a respeito do Cristianismo: seu objeto de estudo foi a discussão da orientação sexual e de identidade de gênero como desafio em aberto ao Catolicismo. A Igreja Católica tem se deparado com as questões de sexualidade e de gênero com frequência nos últimos anos, em particular pelo engajamento político do grupo formado por Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), que demanda por participação nos sacramentos católicos. Outra fonte de contato da Igreja com a pauta são as disputas internas entre os bispos, contendas evidenciadas no Sínodo das Famílias (2014-2015), em que o *lobby gay* para a aprovação de documentos pró-LGBT teve destaque na imprensa.

Na sociedade contemporânea, de constantes transformações, as confissões de fé enfrentam o desafio de criar estratégias comunicacionais para a divulgação dos seus bens simbólicos religiosos: buscam uma linguagem jornalística capaz de atingir o maior número de pessoas possível, sem que seja necessário abrir mão dos seus princípios dogmáticos. Para que a fé seja audível e relevante ao homem de hoje, é preciso o constante questionamento de como deve ser expressa e apresentada em um mundo marcado pelo impressionante desenvolvimento científico ocorrido no século XX (PAREDES, 1999).

Outrora, os olhares procuravam o topo das catedrais em busca do sino. Na atualidade, a atenção se volta ao topo das antenas de tevê que irradiam a mensagem religiosa. Como observou SCHWARTZ (1985, p. 109), “as igrejas perceberam que a audiência do rádio e a TV fariam aumentar a renda [...], ao invés de diminuí-la”. A religião não só respira tranquilamente

na sociedade como ganha maior fôlego com os meios de comunicação, sustentada financeiramente pela colaboração dos fiéis.

Por tratar de áreas muito distintas, esta dissertação foi constituída a partir do multiperspectivismo. Trata-se de conceito elaborado pelo pensador americano Douglas Kellner (2001) que, em sua elucidação, fez um vocativo a Nietzsche:

Em termos simples, um estudo cultural multiperspectívico utiliza uma ampla gama de estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame. O conceito inspira-se no perspectivismo de Nietzsche, segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto, em seu bojo, inevitavelmente, pressupostos, valores, preconceitos, limitações. Para evitar a unilateralidade e parcialidade, devemos aprender “como empregar várias perspectivas e interpretações a serviço do conhecimento” (Nietzsche, 1969: 119) (KELLNER, 2001, p. 29).

Para esta dissertação, o multiperspectivismo trouxe a possibilidade da visualização por diferentes ângulos do seu objetivo geral – que foi discutir como se dá a construção social das identidades no contexto religioso e como elas são representadas pelos veículos de comunicação social. A intersecção de várias áreas (estudos de gênero, religião e comunicação, precisamente) no objeto de pesquisa tornou inviável uma investigação pautada em uma única linha teórica.

A delimitação temática desta pesquisa considerou identidade como referente à identidade sexual *gay* e de gênero *trans* (travestis e transexuais); contexto religioso como o catolicismo e veículo de comunicação como a TV Canção Nova – emissora de televisão de segmento católico, sediada em Cachoeira Paulista (SP), com 27 anos de história. Foi analisado um programa específico: o jornal Canção Nova Notícias, que vai ao ar de segunda a sexta, a partir das 18h45.

KELLNER (2001, p. 40) sustentou que:

Algumas teorias são então úteis para certas tarefas (por exemplo, ideologia marxista para análise de classes e da hegemonia), enquanto outras teorias são úteis para outras finalidades (por exemplo, feminismo para interrogar as questões entre sexos, ou a Teoria *Queer* para estudar a construção da sexualidade e das preferências sexuais, etc.). [...] Portanto, é preciso escolher as teorias que serão desenvolvidas, segundo as tarefas que devem ser cumpridas.

Nesta dissertação foram utilizadas duas das três teorias de exemplo citadas por Kellner (2001), aplicadas em tarefas distintas e complementares: a Teoria Marxista, mais ligada à ordem sociológica - para a compreensão do catolicismo como religião hegemônica nos aspectos do materialismo histórico e como produtora de ideologia - e a Teoria *Queer*, mais ligada à ordem filosófica, para a problematização dos binarismos de gênero, de sexo e de sexualidade (masculino / feminino, macho / fêmea e heterossexualidade / homossexualidade). A Teoria *Queer* pode ser considerada um desdobramento do pós-estruturalismo, este, “conscientizou-nos para o fato de que teorias são construtos, produtos de discursos, práticas e instituições sociais específicas, e que, portanto, não transcendem seu próprio campo social” (KELLNER, 2001, p. 37).

Por discurso, esta dissertação acentuou não a concepção clássica proposta pela análise do discurso, mas a interpretação aceita dentro da Teoria *Queer*, influenciada por Michel Foucault, que compreende o termo na forma de “‘grandes grupos de enunciados’ que governam o modo como falamos e percebemos um momento ou momentos históricos específicos” (SALIH, 2012, p. 69). Logo, foram abordados “os grandes grupos de enunciados” elaborados pela religião católica que, na modernidade, utiliza amplamente os veículos de comunicação.

SALIH (2012, p. 69) afirmou sobre o interesse de Foucault “[...] particularmente na posição de sujeito pressuposta pelos enunciados e no modo como os sujeitos são discursivamente constituídos”. Assim, por sujeito, esta pesquisa considerou as fontes consultadas pelas matérias jornalísticas da emissora, campo de estudo (TV Canção Nova), junto da maneira como foram hierarquicamente posicionadas e constituídas pelo jornalismo católico. As fontes estão em constante estado de conflito e criam estratégias para a propagação de seus interesses particulares, como observaram ALCÂNTARA, CHAPARRO E GARCIA (2005, p. 117):

Os conflitos que nutrem a sociedade, no tempo e no espaço da atualidade, e por isso interessam ao jornalismo, são embates discursivos entre sujeitos sociais com poderes, saberes e interesses próprios. Sem os discursos e as ações dos interesses particulares em conflito, o jornalismo não teria o que noticiar. Nem função que cumprir.

Nesta pesquisa, a mescla de plurais teorias conduziu à uma leitura crítica – por vezes exaustiva e digressiva – para o reforço do argumento sobre a construção social das

identidades em questão. Quanto mais teorias ao alcance, “[...] mais específicos serão os objetos e temas que poderão ser tratados. Além disso, quanto mais perspectivas incidirem sobre um fenômeno, melhor poderá ser a percepção ou entendimento deste” (KELLNER, 2001, p. 40-41).

Para BOFF (1998, p. 9), se “todo ponto de vista é a vista de um ponto [...], para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão do mundo”. Em paráfrase ao autor, “quando vários pontos se unem, uma bela paisagem pontilhista se forma”. Esta metáfora exemplifica a empreitada desta dissertação: cada ponto tratado simboliza uma teoria que, unido aos demais pontos, forma o quadro geral sobre o objeto analisado. Tal composição só foi possível pela combinação de um matiz teórico disposto a (re)criar as representações das identidades sexuais e de gênero manifestas na tevê.

A eleição de um único autor traz o risco de “engessamento” da análise. Tal fenômeno é bem menos frequente no multiperspectivismo, que foi considerado mais adequado para a complexidade das áreas tratadas de modo interligado nesta pesquisa (religião, comunicação e sexualidade). Não houve contradição em um aporte teórico múltiplo para esta empreitada também em razão da complementaridade: a filósofa americana Judith Butler, considerada a *Queen Queer*, por exemplo, é mestra na combinação de perspectivas, no resgate de conceitos e em seu retrabalho, com o uso de “[...] uma série de paradigmas teóricos sempre que pareça conveniente, sob as mais variadas, e por vezes inesperadas, combinações” (SALIH, 2012, p. 16). Também Stuart Hall era, “por hábito e por instinto, um sutilíssimo manipulador de teorias” (HOGGART *apud* MATTELART e NEVEU, 2004, p. 58). Hall habilmente resgatou as observações de Althusser, por vezes consideradas como ultrapassadas em alguns ambientes acadêmicos, mas imprescindíveis para a compreensão das disputas ideológicas em torno das identidades tratadas nesta dissertação. Outro conceito althusseriano, a interpelação, foi retomado por Butler em vários dos recortes teóricos que aqui foram aplicados.

A reflexão teórica multiperspectívica foi fundamental para o resultado do quarto capítulo, o referencial de codificação, orientada pelas contribuições de Heloiza Golbspan Herscovitz (2007) e Martin W. Bauer (2012): a primeira, voltada para a metodologia de pesquisa em Jornalismo; o segundo, para a pesquisa com imagem, texto e som. Ambos complementares para a compreensão do telejornalismo da emissora de tevê católica que serviu como campo desta pesquisa.

Apesar da Teoria *Queer* trabalhar com práticas discursivas, nesta dissertação foi realizada uma análise de conteúdo - que retirou dos “grandes grupos de enunciados” as unidades mínimas de registro para a codificação dos textos. “Estas unidades são definidas a partir do tema da pesquisa, das teorias que informam o trabalho, de estudos anteriores e dos próprios textos a serem analisados” (HERSCOVITZ, 2007, p. 133).

Ainda para Herscovitz (2007), dentre as unidades sintáticas passíveis de análise estão a palavra, a frase, o tema, o parágrafo e o texto inteiro. Nesta dissertação foi analisada a ocorrência de palavras e de expressões referentes às pessoas do grupo denominado LGBT, a saber, “homossexualismo/homossexualidade”, “ideologia de gênero/identidade de gênero” e “opção sexual/orientação sexual”. Os termos foram selecionados com base no Manual de Comunicação LGBT, de autoria da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT, 2010), utilizado nesta pesquisa como parâmetro para o uso correto das terminologias que aludem às pessoas homossexuais, travestis e transexuais. Com isso, foi realizada não uma análise de discurso, mas sim textual, que enfocou a contabilização de unidades de registro mínimas – as terminologias descritas no Manual de Comunicação LGBT que qualificam essa população de forma positiva (homossexualidade, orientação sexual e identidade de gênero) ou negativa (homossexualismo, opção sexual e ideologia de gênero). As fontes convocadas para falar do tema LGBT foram categorizadas pelo levantamento do seu perfil e posição ideológica (contra, a favor ou neutra). Por último, foi analisada como essas fontes foram representadas a partir dos Estudos Culturais, com a seleção de algumas imagens que demonstram o conceito de “identidade e diferença” proposto pelo pensador jamaicano Stuart Hall e pelo brasileiro Tomás Tadeu da Silva.

O percurso metodológico (aplicação das teorias na análise do objeto de pesquisa, as matérias jornalísticas) teve início na identificação das 26 reportagens com temas relacionados às pessoas LGBT, de um total de 2.371 disponíveis no canal oficial do *Youtube* da emissora, produzidas entre os anos de 2013 a 2016. O período foi selecionado em razão das conquistas LGBT em âmbito nacional no quadriênio em questão, que repercutiram nos meios de comunicação social de todo o país como pautas de ampla cobertura midiática. Um dos temas noticiados foi o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do casamento civil igualitário, em 2013, que obrigou cartórios de todo o país à conversão das uniões civis em casamento, caso fosse o desejo dos cônjuges. O assunto se intensificou nos anos seguintes com o Projeto de Lei de Criminalização da Homofobia (Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 122/06), o Projeto de Lei (PL) nº 5002/13 (sobre o direito à identidade de gênero, conhecido

como Lei João W. Nery) e a discussão da inclusão nos Planos de Educação do debate sobre a identidade de gênero e a homofobia nas escolas. Dentro do período selecionado, a Igreja Católica realizou os Sínodos da Família, em Roma, que destacaram o tema da homossexualidade. As questões LGBT no período refletiram na mídia secular e religiosa em coberturas jornalísticas e entrevistas de diferentes fontes (especialistas, juristas, psicólogos e religiosos, dentre outros). A TV Canção Nova, por meio de seu jornal, o Canção Nova Notícias, seguiu a mesma tendência de cobertura midiática.

Meios de comunicação de segmentação católica, como a TV Canção Nova, se deparam com uma escolha comum na cobertura midiática de temas LGBT: o respeito aos princípios da ética jornalística - que envolvem a promoção do livre debate, a abertura ao contraditório e a escuta dos dois lados envolvidos numa discussão - ou o favorecimento do discurso religioso em detrimento da cidadania LGBT. É sabido que os debates sobre identidade de gênero e sexualidade estão presentes nos meios de comunicação e atuam “[...] como lugar de confrontação dos pontos de vista contraditórios [...]” (WOLTON, 2006, p. 41), em que conservadores e progressistas se digladiam para sensibilizar a opinião pública, dar visibilidade à causa (ou a restringir) e gerar repercussão. Como o jornal Canção Nova Notícias lidou com o conflito entre grupos tão opostos? Esta questão foi trabalhada a partir do reconhecimento de que “[...] a cultura da mídia é um terreno de disputa no quais grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia” (KELLNER, 2001, p. 11).

No Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2010, p. 6) foi observado que “nem sempre as abordagens da mídia são politicamente corretas. É comum deparar-se com a utilização de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigmas e discriminação”. Esta dissertação partiu da hipótese de que a TV Canção Nova abordou a temática LGBT no período analisado de modo politicamente incorreto e propenso à cobertura tendenciosa de valorização ou hipervalorização da doutrina católica - por estar sob a dependência da Igreja. Consequentemente, o jornalístico analisado reproduziria reiteradamente terminologias inadequadas em referência à minoria LGBT, com palavras em desuso pela comunidade ou capazes de criar estereótipos. Foi deduzida, de modo preliminar, uma cobertura jornalística homofóbica.

Não é demais dizer que, embora tenha sido utilizado o termo LGBT - que contempla *gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *travestis* e *transexuais* - esta pesquisa se concentrou na orientação

sexual dos homens *gays* e na identidade de gênero trans. Este recorte, dentro dessa “sopa de letrinhas” se deu em razão da maneira com que as narrativas midiáticas do Canção Nova Notícias se desenrolaram, citando, com mais frequência, gays e lésbicas, e, contrastando “identidade de gênero” com “ideologia de gênero. Compreender as razões desta conduta adotada pelo telejornal tornou-se mais uma motivação para o desenvolvimento desta dissertação. Sendo assim, outras expressões não serão contempladas nesta pesquisa, como os (as) bissexuais e os intersexuais, o que também se justifica pela falta do espaço para abordar toda a diversidade sexual e de gênero.

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo I foram discutidas as identidades partindo da abordagem geral - a crise de identidade cultural vivida pela modernidade, como propõem os Estudos Culturais de Stuart Hall – para a específica, dada pela discussão da identidade sexual do homossexual masculino em contraposição à heterossexualidade como identidade dominante/legitimadora. Com a perspectiva de um prisma político, no capítulo foi problematizada a matriz hegemônica heterossexual e tratada a necessidade de visibilidade das categorias deslegitimadas e marginalizadas do modelo dominante - que concebe as identidades de gênero e sexuais como fixas, petrificadas. Por isso a importância de se conceituar a heterossexualidade compulsória, a heteronormatividade e a performatividade, junto aos índices sobre a homofobia no Brasil - que demonstram estatisticamente a violência sofrida pelos corpos considerados abjetos, “cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER, 2002, p. 161). O repensar essa categoria hegemônica (a heterossexualidade) representou nesta pesquisa e representa no campo social uma empreitada política, pois confere legitimidade aos historicamente destituídos da produção do saber e do poder.

A abjeção a certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia. Eu me enfureço com as reivindicações ontológicas de que códigos de legitimidade constroem nossos corpos no mundo; então eu tento, quando posso, usar minha imaginação, em oposição a essa ideia (BUTLER, 2002, p. 157).

Ainda no capítulo I foi debatido o que a Igreja passou a chamar de “ideologia de gênero”. Na visão religiosa, essa “ideologia” representa um conjunto de ideias que os LGBT desejam “impor” para toda a sociedade, inclusive nas escolas. Contudo, o que se pretende é desenvolver uma contra ideologia, ou seja, criar uma prática política de crítica à ideologia dominante, “que consiste em preencher as lacunas e os silêncios do pensamento e discurso ideológicos, obrigando-os a dizer tudo que não está dito, pois dessa maneira a lógica da ideologia se desfaz e se desmancha” (CHAUÍ, 1982, p. 123).

Joseph Ratzinger, o Papa que abdicou, admitiu que no início do “terceiro milênio [...] o cristianismo se encontra imerso em uma profunda crise” (RATZINGER; D’ARCAIS, 2009, p. 6). Esta crise passa por fatores que marcam a contemporaneidade, contextualizados no Capítulo II, tais como o surgimento dos chamados novos sujeitos, as minorias, que colocam em questão o poder da religião e apresentam reflexões distintas dos dogmas católicos, algo até então impensável. A Igreja Católica busca novas abordagens para não perder sua influência social: os Sínodos das Famílias, entre os anos de 2014 e 2015, integraram os eventos voltados à modificação de algumas posturas condenatórias. A partir de uma perspectiva histórica, sob a influência de Michel Foucault, no capítulo foi discutida a “hipótese repressiva”, para a qual o sexo não é algo censurado na modernidade, mas é algo que incita o discurso por meio do testemunho, da confissão sacramental, da produção do conhecimento e se converte no centro da vida dos indivíduos. De modo mais específico, foi desenvolvido na apresentação de como o discurso do sexo surgiu no posicionamento dos últimos três Papas - João Paulo II, Bento XVI e Francisco - com uma breve contextualização. E o capítulo se encerrou com uma breve reflexão sobre uma interpretação inclusiva da Bíblia, numa perspectiva *queer*.

Já no Capítulo III foram tratados os temas relacionados à área da Comunicação, com a explanação do fenômeno do televangelismo católico, a abordagem dos documentos da Igreja referentes à comunicação social, que migrou do desprezo até a recomendação plena de todos os recursos tecnológicos existentes para comunicar o Evangelho, a exemplo da televisão (veículo de análise desta dissertação). Por conseguinte, foi relatada a história da Comunidade Canção Nova - sua origem, fundação e localização, com especial atenção ao surgimento da sua emissora de tevê, a TV Canção Nova, responsável pela produção diária do telejornal cujas matérias foram analisadas nesta dissertação. O desenvolvimento do capítulo foi conduzido pelo ângulo crítico, no sentido etimológico da palavra. Como mencionado por STEFAN KRASTANOV (2010, p. 26), crítica “origina-se do grego (*krínein*) e significa separar e julgar. O julgamento assim entendido é função de juízo por meio da qual se discerne o verdadeiro do

falso; é um julgamento de mérito e, portanto, um julgamento moral”. Assim, é preciso separar o teológico do conteúdo da TV Canção Nova (fundamentada no catolicismo) do conteúdo jornalístico (como produto cultural), para a construção de um juízo teórico a partir da Teoria *Queer* e dos Estudos Culturais, em busca de explicar a intersecção entre comunicação, religião, gênero e sexualidade.

Por fim, no capítulo IV, foi feita a análise das 26 matérias que serviram de *corpus* para este estudo - com a apresentação da fundamentação metodológica a partir da análise de conteúdo; do percurso metodológico da pesquisa; da transcrição de alguns dos trechos que analisados e da contabilização das terminologias empregadas para a nomeação da população LGBT, com o formato das matérias, a posição social das fontes entrevistadas e a representação da identidade e da diferença nessas reportagens, pela seleção de algumas imagens que ofereceram a dimensão dessa representação conceitual a partir dos Estudos Culturais.

1 GÊNERO E SEXUALIDADE

1.1 IDENTIDADE, DIFERENÇA E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Numa perspectiva sociológica, todas as identidades são construídas. Para Castells (2003, p. 23): A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelação de cunho religioso (CASTELLS, 2003, p. 23).

As identidades também são marcadas pelo jogo de poder. Ainda segundo Castells (2003), três tipos diferentes de identidades se envolvem neste processo de disputa: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. A primeira, “[...] introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 2003, p. 24). A segunda, como um enfrentamento da lógica da dominação, expressa na figura de atores sociais cuja posição/condição se encontra desprestigiada e inferiorizada. A terceira, orientada pela busca de uma mudança estrutural na sociedade, com a finalidade de construir uma nova identidade.

Em reflexão sobre as identidades em conflito tratadas nesta dissertação, a identidade legitimadora pode ser representada como a católica, uma religião hegemônica. A identidade de resistência como os movimentos LGBT, que desempenham um forte ativismo de embate aos grupos religiosos. A identidade de projeto, como os LGBT que se assumem cristãos e procuram conciliar sua identidade religiosa com sua orientação sexual e identidade de gênero, a partir da criação de novas chaves interpretativas para textos bíblicos e da reivindicação do direito à religiosidade nas paróquias e dioceses.

A identidade - seja ela étnica, religiosa, de classe, de gênero ou partidária, dentre outras, independentemente da posição social que seu detentor ocupa – é constituída por meio da marcação da diferença. Esta, se vale tanto dos sistemas simbólicos de representação quanto da exclusão social. Os indivíduos incluídos em algum dos grupos sociais devem seguir determinadas regras para manter a unidade: aquele que não seguir as normas será excluído, por oferecer ameaça à coesão do coletivo.

Entretanto, a pessoa que está fora da identidade do grupo e, portanto, representa a diferença, desempenha papel fundamental no estabelecimento dos limites normativos e das fronteiras classificatórias sobre quem pertence e quem não pertence. É por isso que KATHRYN WOODWARD (2013, p. 40) afirmou que “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença”.

A produção da identidade e da diferença, além de mutuamente ligadas, perpassam pela linguagem, que é um elemento cultural e social, como salientado por TOMAZ TADEU DA SILVA (2013, p. 76):

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. [...] A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais.

Na Idade Contemporânea, a identidade tem lugar central, pois estaria constantemente “[...] se transformando, em processos de reconstrução, e reinvenção e, mais importante, estaria ligada não só à diferença, mas também à hierarquia das diferenças” (PAIVA; BARBALHO, 2005, p. 159). A questão da identidade atrai movimentos minoritários que procuram visibilidade e reafirmação identitária, mas também desperta grupos conservadores em busca da reafirmação de valores tradicionais. Como observou CORREA (2009, p. 112):

Assim, hoje assiste-se a múltiplas expressões da identidade que incorporam movimentos que contribuem para a transformação das relações humanas ao seu nível mais essencial, como o feminismo e o ambientalismo ou a defesa do multiculturalismo. Assiste-se, também, a uma gama vasta de movimentos reactivos que cavam a sua resistência em termos de em defesa de Deus, da Nação, da Etnia ou da Religião.

A identidade estaria em crise. Já não seria mais possível pensá-la como algo estático, mas sim fluído. Com essa hipótese, Stuart Hall, pertencente aos Estudos Culturais, desenvolveu seu pensamento sobre a descentralização das identidades modernas. O alvorecer dos Estudos Culturais aconteceu associado à criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham (Reino Unido), em 1964 – como afirmou MARTINO (2009, p. 244) - no contexto da percepção inicial dos “[...] efeitos da derrocada

dos impérios coloniais europeus na forma de uma migração, em diversas escalas, das antigas colônias de volta à metrópole”.

Os *founding fathers* dos Estudos Culturais - Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward Thompson e, posteriormente, Stuart Hall - endereçaram suas pesquisas para a produção cultural das classes operárias, um objeto de estudo que até aquele momento era considerado sem importância para a academia. Seus estudos refletiram sobre a maneira como essa parcela da população recebia a mensagem dos meios de comunicação, que nem sempre ocorria de forma passiva. Por vezes se dava com resistência e resposta ativa, gerando contra-hegemonia e mostrando que a imposição legitimada de uma cultura de massa nem sempre se efetiva.

A esse respeito, MATTELART e NEVEU (2004, p. 13-14) explicaram:

Podemos qualificar, portanto, a emergência dos *Cultural Studies* como a de um paradigma, de um questionamento teórico coerente. Trata-se de considerar a cultura em sentido amplo, antropológico, de passar de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais. Mesmo que ela permaneça fixada sobre uma dimensão política, a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder.

Retornando a Stuart Hall, é importante mencionar sua história pessoal. Hall nasceu na Jamaica, em 1932, em uma família de classe média e deixou seu país de origem para continuar seus estudos na Inglaterra. É um autor que traz na construção de sua própria identidade a noção de transitoriedade, uma vez que passou pela experiência da ruptura daquilo que era para “vir-a-ser” em outro país. Vivenciou como um estrangeiro, negro e oriundo de um país pobre era tratado em um país europeu, de cultura e tradições hegemônicas. Por isso, é impossível separar seus textos mais políticos de um componente puramente científico.

Para falar sobre identidade, Hall (2015) apresentou três concepções distintas, vindas de diferentes correntes do pensamento. A primeira, a identidade do sujeito Iluminista, centrado no racionalismo, unificado, que permanecia essencialmente o mesmo, geralmente descrito como masculino. A segunda, do sujeito sociológico - para quem a modernidade demonstrou como as relações sociais contribuem para a formação da identidade. Nele, há forte influência do interacionismo simbólico, porque a interpretação da realidade parte tanto das convenções sociais quanto da interiorização dos indivíduos - mas sua identidade

permanece unificada. A terceira, do sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade unificada, permanente. Nele, a História tem papel preponderante em sua formação e não a Biologia. Não há mais uma coerência ao redor do “eu”.

Algumas teorias contribuíram para esse deslocamento. O primeiro descentramento do sujeito ocorreu com a contribuição do pensamento marxista, que abordou a consciência de classe a partir do proletariado. O segundo deslocamento foi a psicanálise de Sigmund Freud, que pôs em xeque o sujeito cartesiano, centrado, consciente, sintetizado pela máxima *cogito, ergo sum* (penso, logo existo) e apontou que as camadas do inconsciente revelam que há coisas sobre as quais o indivíduo não possui controle. A linguagem estrutural de Ferdinand de Saussure foi o terceiro descentramento: o linguista propôs que a língua, como sistema social, existe em relação entre significado e significante, que preexistem ao nascimento do sujeito, fatores primordiais para a construção de sua identidade. O “poder disciplinar”, de Michel Foucault, marcou a quarta descentralização, dada no controle pelos governos sobre os cidadãos, os espaços públicos e também sobre o corpo e os espaços privados. Neste contexto está o impacto do feminismo, surgido no final da década de 1960, bem como dos movimentos estudantis e minoritários que reivindicavam maiores direitos e se inseriram no engajamento político. “O *slogan* do feminismo era ‘o pessoal é político’” (HALL, 2015, p. 28). Com isso, essas teorias passaram a problematizar a noção de público e privado, de produção e reprodução que remetiam as mulheres ao espaço doméstico e ao cuidado dos filhos.

TEDESCHI (2012) comentou sobre a representação do feminino, marcada por distinções biológicas que visavam a subalternização da mulher:

Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo de sexo único apresentava o que era evidente na cultura mais genérica: o homem é a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são calmos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém, o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino. Todos esses discursos e saberes acabaram por naturalizar o papel e as funções do feminino. Este contexto passou a demarcar uma série de atribuições ao feminino (docilidade, cuidado dos filhos, emotividade), grande parte dessas características calcada na ideia do papel da maternidade, de uma “boa mãe” (TEDESCHI, 2012, p. 56).

Um dos principais problemas surgidos da discussão sobre identidade e diferença foi a concepção dual de que uma não pode existir sem a outra. Para compreender o significado da identidade é preciso, antes, compreender o que ela não é, a diferença. Os significados de

identidade e diferença são traduzidos: “[...] em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2013, p. 50).

O cinema *western*, que no Brasil é chamado de faroeste (do inglês *far West*, oeste distante), é um exemplo: apesar de seu desgaste ao longo dos anos, ajuda a ilustrar os dois lados da identidade e da diferença. A figura do “forasteiro”, aquele que está “de fora”, é um contraponto à figura do *cowboy*, o protagonista e herói da trama. O reforço da identidade positiva do *cowboy* só é possível à medida que se constrói, no decorrer do filme, a imagem má do forasteiro - que pode ser de um coletivo, como uma tribo indígena, cujos integrantes quase sempre são retratados como selvagens, vilões ou canibais. Um grupo identitário é marcado por aqueles que fazem parte dele (os *cowboys*), mas também por aqueles que não pertencem a ele (os indígenas, os forasteiros). Nesse sentido, a identidade “[...] designa as características de uma pessoa ou de um colectivo para se sentir participante de uma cultura determinada, ou para se diferenciar de outros que consideram estranhos” (CORREIA, 2009, p. 2013).

O “outro” é sempre o estranho, o diferente, aquele grupo dissidente que não pertencente ao grupo dos “nós” e, portanto, deve ser deixado do lado de fora, nunca integrado. O outro, no máximo, pode ser tolerado - desde que se mantenha em seu devido lugar, sem perturbar a ordem estabelecida.

Na observação de LOURO (2010, p. 15-16):

O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média, urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência.

Diferentemente de uma balança, que necessita de dois pesos iguais para manter o equilíbrio, as estruturas sociais não têm a mesma orientação de balanceamento e igualdade em relação às identidades. A identidade legitimadora se impõe de forma vertical sob os “corpos abjetos”, (conceito abordado com maior profundidade no próximo tópico), eles são os

“diferentes”, mas é uma diferença necessária para a construção da unidade em torno da identidade hegemônica. São corpos que demarcam as fronteiras do exterior constitutivo e determinam o *in* e o *out*. Os grupos dominantes, por exercerem maior poder social, definem as características da identidade legitimadora. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2013, p. 19).

Nesta relação de poder - que garante o direito à hegemonia, aos bens simbólicos, aos privilégios e ao *status* social - a identidade e a diferença disputam entre si pela ampliação de suas forças. A primeira, para manter seu papel legitimante e a segunda, para resistir ou se encaminhar à transformação das estruturas de poder. O processo pelo qual a identidade e a diferença são produzidas é a diferenciação, que se apresenta de diferentes formas, como salientou SILVA (2013, p. 81-82):

Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”, “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

A Igreja Católica, que contribui para a produção de uma identidade legitimadora, trabalha com estas definições ao incluir e excluir os fiéis, ao classificar as pessoas em boas e más do ponto de vista moral e ao estabelecer a sexualidade normativa, que considera a heterossexualidade como norma e a homossexualidade como fora da norma, portanto, forasteira, excluída do círculo religioso.

A além dos homossexuais, a sociedade possui outros grupos de forasteiros - pessoas estranhas e diferentes, muitas delas orgulhosas e encorajadas a se assumirem e se aceitarem da forma como são. Elas constituem a “exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência” (CASTELLS, 2003, p. 25).

Forasteiros podem ser os refugiados, que cruzam as fronteiras territoriais à procura de uma nova vida ou as pessoas *trans*, que cruzam as fronteiras de gênero em busca de sua própria felicidade. Forasteiros estão em constante confronto com a ordem dominante. Louro

(2010, p. 22), citou outros exemplos, como os exilados, os imigrantes e os nômades, no caso desses últimos, indivíduos que “estão sempre no meio”, eles ‘não têm passado nem futuro, têm apenas devires’, ‘não tem história, apenas a geografia’. Por sua vez, WOODWARD (2013, p. 50-51) comentou:

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”).

No período helênico, sobretudo com Platão, as representações do mundo sensível eram vistas de forma negativa – como um tipo de falsificação da realidade, uma ilusão. A verdade absoluta e imutável estaria no plano inteligível, o mundo das ideias. O pensamento platônico influenciou pensadores como Santo Agostinho, na Idade Média. Todavia, com o pós-estruturalismo, a atenção se voltou às estruturas concretas, à realidade material onde o ser humano está inserido, e não mais às abstrações e ideias. A linguagem, por seu turno, é responsável pela materialização das representações. Na mesma direção do pós-estruturalismo, os estudos culturais realizam esta abordagem. Como ressaltou CHRIS BARKER (2003, p. 53):

Además, las representaciones y los significados culturales no están flotando en el aire, en espera de ser capturados, sino que tiene cierta materialidad, es decir, que están incorporados en los sonidos, inscripciones, objetos e imágenes, como, por ejemplo, en los libros, las revistas y los programas de televisión. En este contexto, los estudios culturales se pueden entender como el estudio de la cultura en cuanto prácticas significativas de representación, y de la relación que éstas mantienen con unos seres humanos concretos.

Um dos elementos de representação de uma identidade são as marcações simbólicas. Conforme Woodward (2013), alguns exemplos são as bandeiras ou uniformes, como símbolos de uma identidade nacional; um objeto religioso, como símbolo de uma identidade religiosa ou a utilização de turbante e de penteados afros, como símbolos de uma identidade étnica, dentre outras expressões. Todas essas marcações simbólicas passam pelo olhar - nunca ingênuo, mas sim disciplinador - direcionado a subjugar e hierarquizar as representações legítimas e ilegítimas. Por trás de um olhar está um sujeito, que acaba desviando seus olhos

daqueles outros considerados estranhos, logo, invisíveis – por estarem à margem da identidade legitimadora. SILVA (2002, p. 12) estabeleceu a relação entre representações e o olhar da seguinte forma:

É na representação, entretanto, que o poder do olhar, o olhar do poder, se materializam; é na representação que o visível se torna dizível. É na representação que a visibilidade entra no domínio da significação. A visibilidade sem a representação realiza apenas a metade do percurso que liga a visão a linguagem: aqui as coisas visíveis são vistas, já, como dependentes do significado, como dependentes de representações anteriores [...] É na representação que se cruzam os diferentes olhares; o olhar de quem representa, de quem tem o poder de representar, o olhar de quem é representado, cuja falta de poder impede que se represente a si mesmo. O olhar como uma relação social sobrevive na representação. O olhar é, nesse sentido, não apenas anterior à representação: ele é também seu contemporâneo.

Os meios de comunicação social também oferecem representações. Isto ocorre quando posicionam o lugar dos autorizados a falar (as fontes jornalísticas) - e censuram outros sujeitos - ou quando produzem marcações simbólicas, expressas em imagens representativas dos diferentes grupos sociais de identidades dominantes e dominadas. Identidades dominadas (como as travestis e transexuais), quando representadas na televisão, desestabilizam a unidade e a fixidez das identidades legitimadoras, concebidas de forma petrificada, como explanou LOURO (2010, p. 23):

A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de gênero e de sexualidade.

Em todos os casos, a tevê não é uma representação objetiva e universal do mundo, mas das construções sociais. A oferta de espaço midiático para grupos minoritários não é sinônimo de subversão e de enfrentamento ao grupo hegemônico, e pode acabar como reforço das estruturas de poder existentes. É o caso das personagens humorísticas Valéria Vasquez (uma transexual caricata, representada pelo ator Rodrigo Santana) e Dona Ermínia (uma mãe e dona de casa, representada pelo ator Paulo Gustavo), que servem apenas como “entretenimento hétero de luxo” (SALIH, 2012, p. 95). O Jornalismo pode seguir mesma tendência, longe de

isenção e de imparcialidade – em um comportamento contrário ao que rezam os manuais de redação.

Outro exemplo foi citado por Leal e Carvalho (2012), as paradas do orgulho LGBT sob a perspectiva da visibilidade/invisibilidade. Os autores destacaram que a grande cobertura midiática sobre as paradas não representa necessariamente visibilidade positiva para os LGBT. Já as matérias produzidas se limitam frequentemente ao destaque do lado econômico, e deixam as reivindicações políticas na invisibilidade. Dessa forma, há de se levar em conta (caso desta dissertação) para qual ideologia e para qual identidade uma emissora está a serviço.

1.2 TEORIA *QUEER*: ORIGEM E INFLUÊNCIAS

A Teoria *Queer* está alinhada com os Estudos Culturais e os Estudos Pós-Coloniais. Os primeiros nasceram na Inglaterra, nos anos 1970/1980, quando teve início a problematização da diferenciação existente entre a alta cultura e a cultura popular, em busca da investigação das culturas marginalizadas. Já os segundos, questionam as teorias vigentes, forjadas numa perspectiva eurocêntrica, a fim da reflexão sobre a realidade de países colonizados pela Europa - os subalternos - e da oferta de voz para grupos culturais não audíveis pelo sistema capitalista. É o que explicou MARTINO (2009, p. 95):

O colonizador define o colonizado. Cria - no plano do imaginário e, com mais vigor, no campo político. Tanto como categoria de pensamento quanto como figura real, o colonizado vai para o espaço que lhe é reservado - o lugar subalterno onde não existe voz possível. Nos regimes de colônia, há uma única voz compartilhada para todos, a voz do poder dominante e das forças que o agregam. As vozes autênticas, originais, são caladas, eliminadas, tornadas clandestinas.

As primeiras pesquisas sobre a América Latina começaram desde o início da invasão europeia no período da colonização. O inca Felipe Guamán Poma de Ayala pode ser considerado o primeiro historiador a tecer inúmeras críticas à colônia. Quando escreveu uma carta, em 1615, de mais mil páginas ao rei da Espanha, ele apontou como foi traumático o desembarque dos espanhóis que chegaram destruindo o governo organizado e estruturado que

já estava instalado em terras latino-americanas há milênios, dirigido por incas, maias e astecas. Ayala concluiu em sua missiva que a Europa não possuía nada para ensinar aos povos locais, chegando a afirmar enfaticamente que os europeus nem pareciam pertencer à humanidade, tamanha selvageria, brutalidade e violência que eles empreenderam sobre os nativos, matando, explorando e usurpando os recursos naturais.

“Em nossa trajetória, vivemos momentos de valorização da cultura dos habitantes originais, regresso aos modelos europeus, impulsos desenvolvimentistas e projetos de resistência anticolonial”, Simone Rodrigues Pinto (2012, p. 357). Este novo cenário que vem sendo construído na América Latina favorece o surgimento de novas abordagens intelectuais comprometidas com a realidade histórico-social e permite romper com um certo tipo de “maldição” que assombra os povos latinos. Que maldição é essa? ROSENMANN (2008, p. 31) responde:

(...) una maldición se cierne sobre América Latina: ha llegado tarde a la historia. Estados sin nación, ciudadanos sin derechos, clases sociales sin proyectos, modernizaciones sin modernidad, industrializaciones sin Revolución Industrial.

Maldición que ha impregnado el pensamiento social latinoamericano hasta el extremo de provocar una cierta parálisis cuya característica más burda es el complejo de inferioridad em la producción de conocimientos.

Identificada esta “maldição” e reconhecidos os desafios específicos inerentes à latinidade, os saberes subalternos vão se esforçar para “[...] prover outra gramática, outras epistemologias, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como ‘verdadeiras’” (MISKOLCI; PELUCIO, 2007, p. 399). No bojo destas discussões, a Teoria *Queer* se direciona a pensar as “minorias sexuais”, também subalternizadas no processo de legitimação social. Teórica e metodologicamente, visa a crítica da hegemonia estabelecida sobre o gênero, o sexo e a sexualidade. Na opinião de MISKOLCI (2016, p. 50), “[...] a proposta dos pós-coloniais, dos *Queer*, em suma, dos saberes subalternos, é a de uma política da diferença, o reconhecimento de quem é diferente para transformar a cultura hegemônica”.

A década de 1990 é considerada marco de surgimento da teoria *Queer*, com a publicação de dois importantes livros que ainda repercutem nos debates sobre gênero, sexo e sexualidade: “Problemas de Gênero” (2003, na versão em português), de Judith Butler e “Epistemologia do Armário” (2007, na versão em português), de Eve Kosofsky Sedgwick. Ainda na década de 1980, a teoria foi gestada como uma nova visão sobre as minorias sexuais no livro do filósofo francês Michel Foucault, “História da Sexualidade” (Volume 1),

considerado uma semente de florescimento do *Queer*. A influência pós-estruturalista da obra é considerável sobre os conceitos posteriormente formulados por Butler.

Voltando um pouco na história, é possível identificar que o “amor livre” e a liberdade sexual - defendidos na década de 1960 em principal pelas minorias sexuais e feministas - foram minados nas décadas seguintes. Com o *boom* do HIV/AIDS, nos anos de 1980, o movimento *gay* estadunidense se tornou extremamente conservador. Tiveram que dar um “passo atrás” devido ao estigma social causado pela epidemia, que foi taxada de “câncer *gay*”. A ideologia dominante (elitista, caucasiana, conservadora, cristã) foi incorporada ao movimento, na forma da ideologia *White, Anglo-Saxon, Protestant* (WASP) que, inclusive, originou um dos mais temíveis grupos de extrema-direita dos Estados Unidos - a *Ku Klux Klan* (KKK).

Com esta perspectiva conservadora, o movimento *gay* deixou vários sujeitos do outro lado do arco-íris, sem o reconhecimento legítimo nas discussões sobre direitos civis igualitários – como latinos, transexuais, travestis, lésbicas masculinizadas e *gays* afeminados, dentre outros. Foram estes indivíduos excluídos, os *Queers*, que passaram a questionar a ideologia dominante na qual o próprio movimento *gay* se transformara.

A palavra *Queer*, em língua inglesa, é um xingamento muito pesado, próximo das palavras “bicha”, “baitola” e “veado” na língua portuguesa. O que a expressão sugere é que tais indivíduos são socialmente “estranhos”, “esquisitos”, renegados pelas suas próprias comunidades. Entretanto, a Teoria *Queer* fez o movimento inverso: transformou uma palavra convencionalmente negativa em algo positivo. Da vergonha, passou ao orgulho: não haveria mais razões de se sentir “feio” socialmente pelo fato de ser “diferente”, porque a beleza estaria justamente na diferença. “*Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2016, p. 39).

Além do mais, o vocábulo *Queer* nem sempre foi utilizado para a depreciação de homossexuais. No início do século XX, a palavra designava algo extravagante, tinha referência positiva. Na transformação do sentido, surge outro aspecto importante da teoria: *Queer*: entende que assim como as palavras mudam e são ressignificadas ao longo do tempo (sem um sentido estanque, essencial), as identidades também passam por metamorfoses. Elas não fixas, mas flexíveis, não são estáticas, mas plásticas.

A Teoria *Queer* trabalha com a ideia de deslocamentos, processos, fronteiras. Não é um ponto de chegada nem de partida, mas sim percurso entre os dois. Pode ser que o indivíduo retorne a algum ponto, mas nunca como o “mesmo” que partiu - como na alegoria do rio de Heráclito¹. Na interpretação de LOURO (2016, p. 13), a Teoria *Queer* pode ser representada por um viajante pós-moderno:

Por certo também há, aqui, formação e transformação, mas num processo que, ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante.

O pensamento *queer* se opõe ao essencialismo, por isso, não é possível afirmar que ele “seja” algo: sua aposta vai em direção ao “tornar-se”, ao “vir-a-ser”. Em termos filosóficos, o devir. Por isso, a teoria resiste às afirmações absolutas, taxativas. Todas as formas de enquadramentos, normatividades e definições são severamente rejeitadas. Diferentemente da religião, que trabalha com verdades absolutas, o *Queer* investe no transitório, no dialético, no relativo.

É por isso que o *Queer* ataca aquilo que o cristianismo tem de mais “essencial” em sua cosmogonia: a metafísica. O pensamento metafísico tem no Transcendente sua base ontológica, extramundana. ESTRADA (2007, p. 250) explicou que “as metafísicas tradicionais são sistemas unitários vinculados a um princípio único (Deus, o ser), que serve, ao mesmo tempo, de fundamento e origem”. Nos passos do platonismo, a metafísica clássica é construída por verdades binárias e universais: deus-diabo, bem-mal, céu-inferno, masculino-feminino e pecado-salvação. Maior influência, ainda, teve a filosofia do francês René Descartes, ao propor que o imaterial (Deus, imortalidade, alma) é mais fácil de ser conhecido do que o material, sendo acessada depois de passar pela dúvida metódica. “O espírito humano, dentro dessa perspectiva passa a ter a possibilidade de seu conhecimento, bem como sendo mais fácil obtê-lo do que o do corpo humano, se por acaso for provado que o corpo existe”, REGINA (2000, p. 16). Só não seria possível duvidar de si mesmo, enquanto ser pensante (“penso, logo existo”), como distinguir, assim, de forma dual, corpo e espírito. Por isso Descartes é considerado o pai do racionalismo.

¹ O filósofo pré-socrático Heráclito afirmava que ninguém tomava banho no mesmo rio duas vezes – pois na segunda vez já não seria o mesmo rio, nem a mesma pessoa. Ambos já teriam mudado. Com isso, ensinava que nada é permanente, tudo muda, tudo é transitório, fluido, dialético (KONDER, 1986).

Porém, a Teoria *Queer* “bagunça” o binarismo estabelecido ao propor novas possibilidades de interpretação epistemológica que vão além dos pressupostos universais dicotômicos. Com isto, “golpeia” não apenas a Filosofia, a Teologia, mas a Ciência Tradicional que, sob forte influência cartesiana, se sustenta a partir de concepções duais - como a visão clássica de um projeto de pesquisa, sujeito-objeto. Como LOURO (2016, p. 52), “[...] a ‘reviravolta epistemológica’ provocada pela Teoria *Queer* transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer”.

O caráter questionador, subversivo e provocativo do *Queer* é oriundo da filosofia pós-estruturalista. Sobre este, RIBEIRO (2010, p. 45) ressaltou:

A crítica tradicional – que reproduz o pensamento hegemônico- afirma que suas teorias derivam de pressupostos tomados como universais; já a perspectiva pós-estruturalista não identifica como válidos os pressupostos universais criados pelos Iluminismo e rejeita a crítica tradicional. Está pautada na hiperdesconfiança, na hipersuspeita. É uma crítica da crítica e, por isso, é tão incômoda.

Não é uma tarefa fácil “definir” o que é o pós-estruturalismo. O termo foi cunhado posteriormente aos filósofos “enquadrados” como pós-estruturalistas, que rejeitavam qualquer enquadramento sobre suas formas de pensar. Os pensadores influenciados por esta corrente, caso de Judith Butler, levaram até às últimas consequências conceitos como o desconstrutivismo da filosofia derridiana. Por isso, o pós-estruturalismo estaria mais relacionado ao método desconstrutivista, como observou SARAH SALIH (2012, p. 43):

Trata-se de um termo muito questionado e que é, algumas vezes, utilizado como se fosse a mesma a coisa que desconstrução. Entre os pensadores-chave associados com o pós-estruturalismo estão Jacques Derridá, Paulo de Man e Michel Foucault. A crítica de construtiva tenta solapar as bases da metafísica ocidental, ao questionar e dissolver as oposições binárias, colocando em evidência o seu caráter idealista e mostrando o quanto elas dependem de um centro ou de uma presença essencial.

Quando se lança a um projeto de desconstrução dos gêneros, o masculino e o feminino passam a ser relativizados. “Aprendemos, com as ciências humanas, a desconfiar que nada é tão natural quanto se pensa. Especialmente, quando o assunto é as diferenças entre mulheres e homens” (TEDESCHI, 2005, p. 140). Foi por causa dessa desconfiança com a Ciência que a Teoria *Queer* posicionou seus verbos mais na forma condicional que na imperativa. Assim, mais sugere que determina: “deveria, poderia, seria” e nunca “deve, pode, é”. Nunca um

conceito fechado, mas sempre uma metáfora, uma metamorfose. A Teoria *Queer* está mais para um “talvez” - cujo destino é incerto, mas real - que para um “sim ou não” fadado ao abstracionismo inatingível. Por metáfora, tem-se presente a análise filosófica do alemão Friedrich Nietzsche, como ressaltou KRASTANOV (2010, p. 27):

[...] essa estratégia de valorizar a metáfora em detrimento do conceito não é apenas mera inversão da concepção teórica, cuja finalidade é destruir os pressupostos metafísicos e o conhecimento que os constrói. Ela, antes de tudo, valoriza o poder criativo do homem, enfatizando o seu caráter essencialmente artístico de irradiar perspectivas.

A de-fini-ção, como o próprio termo sugere, estabelece um fim, um limite, uma única interpretação. A metáfora, no entanto, abre janelas para vários olhares diferentes. O pós-estruturalismo tem dificuldades para lidar com as definições por causa das limitações que elas impõem ao pensamento, sobretudo, quando salientam visões duais ortodoxas sobre verdade/mentira, conhecimento/ignorância, bem/mal.

Ao abalar as estruturas binárias, o pós-estruturalismo – uma nova corrente de pensamento iniciada na França – fundamentou o paradigma *Queer*, que rejeita os dualismos de gênero (macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual). Louro (2016) salientou a importância como política pós-identitária que a Teoria *Queer* apresenta ao desconstruir os binarismos de gênero:

O alvo dessa política e dessa teoria não seria propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (LOURO, 2016, p. 47).

Para além de uma teoria, o *Queer* tem um profundo engajamento político e social, voltado para uma práxis com vistas a superar as situações de desigualdade, como ressaltou MISKOLCI (2016, p. 26): “o *Queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das convenções culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’”.

Nietzsche foi voraz quando criticou as formas binárias do pensamento, pois via nelas um princípio da metafísica, das realidades transcendentais ao mundo físico. O filósofo se dedicou à destruição das bases da metafísica, uma vez que entendia que “o dualismo é o nosso

problema, é o problema metafísico da religião, da filosofia, da ciência. A crença fundamental dos metafísicos é a crença em oposições de valores” (SOUSA, 2009, p. 50).

Com base em tudo que foi dito, talvez seja possível fazer uma leitura *Queer* a partir do livro “A Metamorfose”, de FRANZ KAFKA (2013). O personagem principal, Gregor Sansa, o grande inseto, seria o “estranho”, o indefinido, o *Queer* no quarto da contemporaneidade, causando torpor, inquietação, incômodo, mal-estar à sociedade burguesa, patriarcal e tradicional. O quarto representaria o lugar íntimo, privado, que passou a ser controlado e vigiado por esta mesma sociedade (como já havia observado Foucault). Contra o sujeito racional e rigorosamente conceitual de Descartes, estaria Sansa, metamorfoseado em múltiplas interpretações.

Após este breve exercício teórico de exemplificação, conclui-se que - na Literatura e em outras áreas do conhecimento - é preciso lançar um novo olhar, *Queer*, para reler, reinterpretar, trazer à luz significados ocultos ou que jazem nas sombras de uma hermenêutica hegemônica. Dos meios de comunicação à Bíblia, uma interpretação *Queer* é contra-hegemônica e faz emergir à superfície muitas perguntas nunca antes feitas ou que foram censuradas para não incomodar aos detentores do monopólio da interpretação.

1.3 O PROBLEMA DA HETEROSSEXUALIDADE: (RE) PENSANDO A MATRIZ HEGEMÔNICA

O interesse nas “causas” da homossexualidade é um fetiche que perdura há séculos. Mas raros são aqueles que pensaram sobre o contrário: quais as causas da heterossexualidade? Os poucos que fizeram essa pergunta inversa não foram ouvidos ou foram até mesmo perseguidos por desafiarem ao pensamento dominante. A identidade heterossexual permaneceu intocável por muito tempo e, ao se fazer como norma, passou a ser considerada uma identidade normal, isto é, “[...] ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como **uma** identidade, mas simplesmente como **a** identidade” (SILVA, 2013, p. 83, *grifo nosso*).

A partir do construcionismo social, como propôs Jeffrey Weeks (2010), é possível compreender que a homossexualidade e a heterossexualidade são frutos de fatores sociais,

históricos e culturais. Assim, se ambas as sexualidades dependem desses fatores para existir, o que realmente interessa saber não são as causas que levam uma pessoa a ser hétero ou homossexual. Em vez disso, importa saber “por que e como nossa cultura privilegia uma (heterossexualidade) e marginaliza – quando não discrimina – a outra (homossexualidade)” (WEEKS, 2010, p. 49). Mais: por que uma identidade, a heterossexualidade, se tornou a matriz hegemônica - considerada a identidade inquestionável - enquanto a outra se converteu em alvo de todo tipo de especulação?

Judith Butler elaborou teorias para explicar o gênero como uma produção cultural gerada pela matriz heterossexual ou hegemônica. “*Esta matriz excluyente mediante la cual se forman los sujetos requiere pues la producción simultánea de una esfera de seres abyectos, de aquellos que no son ‘sujetos’, pero que forman el exterior constitutivo*” (BUTLER, 2005, p. 19). SARAH SALIH (2012, p. 74) explicou o conceito de matriz em Butler:

Um dicionário dirá que a palavra “matriz” tem vários significados: molde no qual algo é fundido ou modelado; útero; ou, em computação, conjunto de elementos de circuitos ligados por uma espécie de grade. É difícil dizer, precisamente, em que sentido Butler utiliza a palavra, mas, uma vez que é improvável que ela pense o gênero como um útero, parece que a primeira e a terceira definições são aplicáveis. Nesse caso, o gênero poderia ser caracterizado como uma “estrutura”, um “molde ou uma “grade” na qual (ou pela qual) o sujeito é “modelado”.

As pessoas não eram classificadas como homossexuais ou heterossexuais na Grécia Antiga e no Império Romano. O que importava não era a orientação sexual dos indivíduos, mas os papéis sexuais que desempenhavam. Quando acontecia uma relação sexual entre dois homens, geralmente um adulto assumia o papel ativo e o passivo cabia a um adolescente. O mesmo adulto poderia manter relações sexuais com mulheres, escravos ou prostitutas, sempre na posição de ativo, sem questionamentos sobre a sua sexualidade. O jovem, ainda que iniciado na atividade sexual como passivo, quando atingia a maioridade migrava para o papel ativo e, nesta condição, não perdia o seu *status* social de virilidade. No entanto, homens adultos que fugiam à regra, assumindo a passividade nas relações sexuais, eram difamados. Foi o caso de Calígula e de Nero, que também costumavam se vestir com roupas tradicionalmente femininas.

O lesbianismo, por sua vez, era condenado. As lésbicas adotavam o papel ativo numa relação sexual, o que era considerado antinatural para uma mulher, tendo em vista que tal função dominante cabia apenas aos homens. A função da sexualidade feminina era

exclusivamente a geração de filhos, não o prazer. De certa forma, a homossexualidade foi beneficiada pelo patriarcalismo na História, como analisou CASTELLS (2003, p. 239):

A homossexualidade masculina ficava, de modo geral, confinada no tempo e no espaço, “fazendo-se vistas grossas” aos impulsos da adolescência ou às expressões confinadas a contextos específicos (por exemplo, nas ordens religiosas da Igreja Católica). Como os homens sempre mantiveram seus privilégios de gênero, classe e raça, a repressão do homossexualismo [*sic*] era, e continua sendo, altamente seletiva socialmente. No entanto, a norma fundamental do patriarcalismo era, e continua sendo, a vida organizada em torno da família heterossexual, permitindo-se expressões ocasionais particulares de desejo dos homens por pessoas do mesmo sexo desde que mantidas nos becos escuros da sociedade.

O padrão adulto/ativo x jovem/passivo resistiu até o século XX nos países do mediterrâneo, que tinham forte influência greco-romana, e em algumas subculturas das sociedades ocidentais. Mas o padrão começou a ruir a partir do século XVIII, com a instalação da máquina da Inquisição. Os teólogos medievais, por meio de preceitos moralistas, enfatizavam que o sexo não deveria ser usado para satisfazer o prazer - somente para a finalidade de procriação. Mesmo a relação sexual entre os casais seguia uma rigidez moral de combate ao gozo. A moral cristã posicionava todo o ato sexual fora do casamento como pecado, quer entre pessoas do mesmo sexo ou não, pois não visava a procriação. Outro problema era a linguagem: palavras como homossexualidade e heterossexualidade não existiam naquela época e foram cunhadas muito tempo depois. O vocábulo utilizado na Era Medieval era sodomia, que também podia ser aplicado para qualquer ato sexual não-procriativo, como a masturbação e a bestialidade.

A cristandade passou a associar atos homossexuais ativos ou passivos a pessoas afeminadas e pederastas. Neste processo, estava em jogo a regulamentação da sexualidade e havia ainda a ambição religiosa de expandir o domínio também sobre o matrimônio leigo, formado única e exclusivamente por um homem e uma mulher. Além de combater a homossexualidade, a Igreja combatia o casamento para os religiosos – pois enfraquecia o poder centralizador da instituição. O historiador britânico JEFFREY RICHARDS (1993, p. 142), ao analisar as transformações sociais dos séculos XII e XIII, afirmou:

A Igreja iniciou um esforço para reformar a vida do clero, declarando guerra aos pecados de simonia e casamento de padres. A homossexualidade entre os padres era sem dúvida um alvo fundamental dessa campanha. Paralelamente a isso, a Igreja se apressava em assumir o controle da sagrada instituição do casamento, para promovê-lo como instituição leiga central da sociedade civilizada. A homossexualidade seria vista como uma ameaça a esta campanha a longo prazo.

O que é possível observar dessa breve reflexão sobre o passado das sexualidades é que nunca na história da humanidade as pessoas “couberam apenas em um número limitado de orientações do desejo” (MISKOLCI, 2016, p. 31). As diferentes orientações sempre estiveram presentes, em antagonismo ou convivendo relativamente bem, apesar das tentativas de invisibilização de uma delas. O que mudou foram os papéis sociais atribuídos a uma e a outra. Ainda na atualidade perduram, rotineiramente, estereótipos que associam a identidade *gay* à passividade. Muitos heterossexuais vivenciam experiências sexuais com outros homens, desde que mantenham um papel ativo, para não serem associados a uma identidade homossexual. Mesmo no meio *gay* a passividade é enxergada como algo negativo, uma posição de inferioridade. Esta inferiorização seria resultado da associação dessa postura à feminilidade. O homem *gay* passivo seria “menos homem”, pois assumiria o papel de mulher na relação sexual: um preconceito que anda de mãos dadas com o machismo e a misoginia, pela inferiorização do feminino.

Sendo a heterossexualidade e a homossexualidade construções sociais, seria preciso um processo desconstrutivista, no sentido derridiano, para romper esta lógica binária. Nesse sentido, afirmou LOURO (2016, p. 47):

Uma abordagem desconstrutivista permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse “outro” permanece, contudo, indispensável. [...] Numa ótica desconstrutivista, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como “natural”.

Derrida criou um neologismo *différance* que alude ao modo pelo qual um significado se faz presente, criando, inevitavelmente, uma ausência. Isto é: quando se diz uma palavra, vários outros significados envolvidos estão excluídos, enquanto tantos outros se manifestam. JONATHAN CULLER (1982, p. 112) explica que “o verbo *différer* significa diferenciar e diferir. *Différance* soa exatamente como *différence*, mas a terminação *ance*, que é usada para produzir subjetivos verbais, faz dele uma nova forma, significando ‘diferença-diferente-diferimento’”. Esta oposição que estrutura os discursos não se faz de forma igualitária, mas desigual e hierárquica, onde o enunciado presente sempre sai privilegiado, em detrimento de outros enunciados que estão ausentes (e permanecem no silêncio, na invisibilidade, no anonimato).

O conceito de *différance* pensado a partir das questões da sexualidade, a heterossexualidade seria a presença, descrita historicamente como algo positivo, enquanto a homossexualidade, o termo ausente, qualificada, na história, como algo negativo, condenada à invisibilidade, silenciada e oculta. A conceptualização derridiana aponta que o discurso se estabelece por relações de poder, e problematizar os binarismos_ como heterossexualidade/homossexualidade_ é repensar as estruturas que hierarquizam e classificam as pessoas em torno da diferença, daquilo que se construiu como sendo o diferente e quem tem legitimidade para produzir as desigualdades; em suma, desconstruir os presentes que detém o poder e, conseqüentemente, trazer à tona os ausentes que não foram consultados pelo discurso dominante.

Por conseguinte, a matriz hegemônica, que é alimentada pela heterossexualidade compulsória e pela heteronormatividade, se apresenta como sendo “muito presunçosa, ela primeiro tem que ser a obrigatória, ela é o ideal, ela é o concreto, é onde todos os corpos têm de estar: dentro dessa matriz” (MESSEDER, 2011, p. 252). Aqueles que estão fora, são os ausentes, os invisíveis e inferiorizados.

A heterossexualidade compulsória atuou de forma muito mais intensa no “período da patologização das orientações sexuais” (COLLING, 2011, p. 14). A condição compulsória parte do princípio de que todos os indivíduos sejam, obrigatoriamente, heterossexuais. A homossexualidade seria uma escolha, um desvio, rotulada erroneamente como opção sexual. Como foi estabelecida uma ordem sexual binária heterossexual/homossexual - com privilégio da primeira e inferiorização da segunda - a heterossexualidade nunca foi questionada. Isso ocorre pela suposição de que a heterossexualidade representaria a única expressão legítima/natural/normal, logo, compulsória. A homossexualidade é vista como algo a ser diagnosticado/ estudado/ investigado, daí os vários discursos normalizadores e, por vezes, desumanizadores, criados com a finalidade de sua explicação. Alega-se, por exemplo, que a homossexualidade resultaria de traumas na infância, da ausência da figura de alguns dos pais, de problemas hormonais e de questões diversas quase sempre associadas a algum tipo de patologização.

Foucault buscou a desnaturalização das sexualidades e evidenciou que há uma série de regras normativas responsáveis pela divisão da sociedade entre práticas consideradas lícitas e ilícitas. A heterossexualidade, por estabelecer essas regras normativas, passou a ser considerada lícita. A homossexualidade, deslegitimada, se tornou alvo de controle e vigilância por não corresponder à doutrina naturalista. Nas chamadas Ciências Biológicas, a

heterossexualidade compulsória encontrou respaldo de legitimar da sua posição: ao longo dos séculos, amparada pelo pensamento científico, foram exercidas todas as formas de “testes laboratoriais” para “diagnosticar” e, conseqüentemente, “curar/tratar” a homossexualidade. Num passado recente, isso implicou em técnicas degradantes como a lobotomia (que deixou sequelas irreversíveis como demência em homossexuais que a receberam), o tratamento de choque e a castração química, dentre outras.

Foi durante o período da patologização que surgiu a expressão “homossexualismo”, atualmente criticada pelo Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2010, p. 14) como um “[...] termo incorreto e preconceituoso devido ao sufixo ‘ismo’, que denota doença, anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade, que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando ‘modo de ser’”. Preconceitos como este, que mancharam o saber científico, tornam perceptível como o conjunto do conhecimento racional e sistemático, pretensamente neutro, pode carregar ideologias que dizem muito sobre o lugar de fala de um cientista, seus valores, suas crenças pessoais, sua cultura e seus pré-conceitos. Ou seja, em muitos casos, trata-se de um conhecimento científico produzido por um grupo específico - brancos, homens masculinos e heterossexuais.

BENTO (2011a, p 84) complementou:

A estratégia mais política de construir o mundo à imagem e semelhança de determinados interesses é apresentar estes mesmos interesses imersos no discurso científico, da aparente neutralidade científica. O eugenismo legitimou-se por ser um discurso científico. A perseguição aos *gays* e às *lésbicas*, na modernidade, esteve assentada também no saber científico. E, atualmente, as *travestis* e *transexuais* precisam se submeter a toda uma parafernália do poder médico-*psi* para obter reconhecimento de suas demandas.

Longe do prestígio científico, a homossexualidade foi excluída das expressões legítimas da sexualidade humana, considerada “anomalia”, “desvio”, “doença”. Também não passou impune pelas religiões abraâmicas, das quais recebeu a descrição de “pecado”. No campo jurídico, os “crimes de sodomia” levaram indivíduos a trabalhos forçados nas prisões, como ocorreu com o escritor irlandês Oscar Wilde e com o inventor do computador moderno, Alan Turing, que foram submetidos à castração química. Ambos passaram por difamação e perderam o prestígio e a influência social que possuíam. O fim de Turing foi mais trágico, e sua história terminou retratada no filme “O jogo da imitação”.

MICHEL FOUCAULT (2013, p. 60) direcionou sua crítica sobre a compreensão que se tem da Ciência, quando a colocou como “subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas”. O filósofo francês analisou a maneira com a qual o sexo é posto em discurso e, longe de sustentar a sexualidade como um dado natural, reprimido e proibido, sugeriu que os discursos acerca da sexualidade se disseminaram nas mais sofisticadas expressões, do ato da confissão da Igreja Católica até a Medicina, a Psiquiatria, a Pedagogia e outros campos de conhecimento.

Um grande passo para o reconhecimento legítimo das sexualidades não-heterossexuais ocorreu em 1974, com a despatologização da homossexualidade pela *American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria, APA). Gesto similar ocorreu em 1990, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do rol de doenças. Com isso, a heterossexualidade compulsória perdeu força: tanto homossexualidade quanto heterossexualidade passaram a ser consideradas expressões sadias da sexualidade humana. Mas atualmente ainda permanecem ativos entre a população em geral (e mesmo no meio acadêmico, na área da genética) o interesse e as tentativas de descobrir as “causas” da homossexualidade, ou o “gene gay” – situação que deixa a heterossexualidade em uma confortável posição de prestígio, naturalizada, ratificada pela Ciência.

Superada a batalha contra a heterossexualidade compulsória, um novo foco: a heteronormatividade, as normas que regulam a vida de todos os sujeitos, heterossexuais ou não. Na visão heteronormativa, a orientação sexual do indivíduo não é importante, desde que ele “se comporte” como um heterossexual. O sujeito deve corresponder às expectativas da identidade legitimadora, a heterossexualidade, mesmo que não seja heterossexual: o que importa é não “infringir” a norma.

A heteronormatividade dita as regras de comportamento consideradas adequadas na sociedade. O padrão dominante privilegia homens discretos, másculos, viris e mulheres delicadas, sensíveis e femininas. Independentemente de suas orientações sexuais, homens e mulheres são impulsionados à submissão ao modelo hegemônico.

A imposição da heteronormatividade não se dá de forma pacífica. Ao contrário, “[...] ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2016, p. 47). Os diferentes dispositivos heteronormativos de pressão foram chamados por Berenice Bento (2011, p. 552) de “heteroterrorismo”:

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “pare com isso! Isso não é coisa de menino”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada.

Além de carregar elementos patriarcais e machistas, o padrão heteronormativo cobra que as pessoas rigorosamente desempenhem o comportamento esperado de um indivíduo heterossexual. Isso é exigido, inclusive, dentro da própria comunidade *gay*, pelo “desejar” de indivíduos másculos, discretos ou que não “deem pinta”, como dito na gíria LGBT. Aí está o princípio de exclusão para o qual os *gays* acabam contribuindo quando marginalizam rapazes afeminados ou moças masculinizadas, todos aqueles que não correspondem aos padrões heteronormativos, os *Queers*. A cobrança pelo enquadramento heteronormativo pode ser exercida por diversos dispositivos sociais, como a violência psicológica, a simbólica e/ou mesmo a física.

É importante frisar que a Teoria *Queer* não visa eliminar a heterossexualidade: ela propõe uma política da diferença. Nas palavras de LOURO (2016, p. 47), o alvo dessa política é “[...] a crítica à oposição binária heterossexual/homossexual, compreendida como categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos”.

O “problema” não seria a heterossexualidade, mas a sua obrigatoriedade - por vezes violenta. A desconstrução da heterossexualidade não almeja o seu fim, mas a sua análise. Desconstruir não é o mesmo que destruir: “para uma perspectiva *Queer*, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar” (COLLING, 2011, p. 15).

A heterossexualidade não é definida por aquilo que ela é, mas por aquilo que ela não é. “A heterossexualidade é [inconscientemente] dependente do seu ‘outro’ abjeto - a homossexualidade” (SALIH, 2012, p. 194). A definição das “outras” identidades sexuais e de gênero é feita sempre com qualificadores negativos ou pejorativos, que servem para estabelecer os limites da abjeção e manter os heterossexuais na posição centralizadora - com a consequente marginalização dos demais sujeitos.

Por serem identidades subalternas, os LGBT terminam inferiorizados. A inferiorização maior recai sobre travestis e transexuais, assassinadas brutalmente, porque são destituídas de

humanidade. BENTO (2011, p. 553) questiona: “quem está sendo morto? [...] Não seria o medo de o centro admitir que ela [a travesti/a margem] me habita e me apavora? [...] Antes [...] fazer a assepsia que garantirá o bom funcionamento e a regulação das normas”.

Os heterossexuais, por não se questionarem sobre sua própria sexualidade, com frequência admitem que sua orientação sexual é uma verdade inquestionável - algo dado pela natureza, a identidade sexual - e não uma entre tantas outras possíveis. Disto surge o incômodo, o desconforto e, por vezes, a revolta em alguns heterossexuais mais conservadores quando são levantadas perguntas a respeito de sua sexualidade: são poucos os indivíduos dispostos a abrir mão da meia dúzia de meias verdades sobre as quais todo o seu mundo está sustentado.

Infelizmente, a própria população LGBT, oprimida e silenciada, se torna cúmplice quando permite que a heterossexualidade permaneça com seu *status quo*. Contudo, historicamente, a minoria LGBT está mais acostumada a sentar no banco dos réus para responder e dar satisfação sobre as suas formas de amar, que a ocupar posições de poder e superar as várias formas de opressão. E parafraseando Beauvoir (1967), a força do opressor não seria tão grande se não encontrasse cumplicidade entre os próprios oprimidos.

Como mencionado, há quem se permita, os hétero-*Queers*. São aqueles que entendem a luta LGBT e a apoiam, como salientou MISKOLCI (2016, p. 29): “os héteros-*Queers* são muito numerosos, politicamente engajados com as pessoas que sofrem estigma e são relegadas à abjeção”. Por outro lado, há sempre movimentos mais conservadores, como fundamentalistas religiosos, que reagem às pautas progressistas por acreditarem que ameaçam os princípios elaborados pela matriz hegemônica da sociedade moderna. Na opinião de WEEKS (2010, p. 79): “[...] como temos visto, a diversidade e a crescente complexidade social que lhe dá origem provocam agudas ansiedades, as quais fornecem a base de sustentação para grupos ligados ao surgimento renovado de valores mais absolutistas”.

Desconstruir a heterossexualidade leva à reflexão sobre o conceito de homossexualidade, que tem se mostrado ineficaz na explicação ou descrição dos mais variados contatos íntimos e/ou sexuais entre dois homens ou duas mulheres, como acontece em ambientes militares, presídios, seminários, conventos: locais em que o confinamento de pessoas do mesmo sexo pode favorecer novas experiências de desejo e de prazer. Muitos indivíduos não se reconhecem ou identificam com a homossexualidade propriamente dita, muito menos com o que se criou na modernidade, a chamada cultura *gay*. De acordo com

RIBEIRO (2010, p. 40), “o conceito de homossexualidade está comprometido, desde o surgimento [...], com uma forma machista de ver o mundo. É um conceito que homogeneiza a experiência de qualquer ‘homossexual’, não dando conta da extrema diversidade dessa condição”.

1.4 HOMOFOBIA: DADOS E CONCEITOS

De um modo geral, a homofobia designa o ódio aos homossexuais. Mas dado o leque de orientações sexuais e de identidades de gênero à margem da heterossexualidade (que representa a orientação sexual e a identidade hegemônicas), termos mais adequados seriam homolebotransfobia ou LGBTfobia, uma vez que contemplam toda a discriminação sofrida por homossexuais, lésbicas e pessoas *trans* - ainda que cada um desses grupos sinta ou sofra a discriminação de formas diferentes.

PASSAMANI (2012, p. 174) afirmou que “o termo homofobia é um termo recente, data do século XX”. Mas a discriminação e a violência física contra homossexuais remontam ao período da Inquisição, quando as pessoas eram punidas pelo pecado nefando, aquele que não pode ser dito. Essa era a expressão utilizada pelos inquisidores para os “crimes” de sodomia, considerados contra a natureza em razão da não procriação pelos atos sexuais.

A definição conceitual da homofobia é um desafio teórico que escapa aos propósitos desta dissertação. Mas algumas considerações precisam ser feitas a respeito da expressão “fobia”, como relacionada a algum tipo de patologia. A colocação da homofobia como algo “medicável” minimiza as implicações sociais da discriminação às pessoas LGBT, devido a heteronormatividade como um problema estrutural da sociedade. Essa minimização eleva a marginalização daqueles que não estão contidos na matriz hegemônica. Incorre-se, ainda, no erro da estigmatização dos considerados “homofóbicos” como doentes, à semelhança do preconceito enfrentado pelos homossexuais no passado, como recordaram LEAL e CARVALHO (2012, p. 81):

Na categoria suposta de uma doença, assim como se advogou - e continua-se equivocadamente a advogar em amplos setores sociais – as homossexualidades foram vítimas de atrocidades de triste memória, como tentativas de cura ou assassinatos em massa promovidos pelo nazismo [...], e pretender o mesmo para a homofobia seria legitimar que tais atrocidades pudessem vir algum dia a serem perpetradas contra os “diagnosticados” com sintomas homofóbicos.

Sem cair na perspectiva de “curar” a homofobia com tratamento médico, os teóricos *Queers* acreditam que sua superação pode ser atingida com um trabalho permanente de problematização da heteronormatividade, capaz de denunciar suas práticas discursivas centralizadas em papéis de gênero rígidos e formas excludentes e hierarquizantes de sexualidades não heterossexuais. O Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2010, p. 21) conceituou homofobia da seguinte forma:

[...] o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Esse conceito ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco preciso para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere.

Há uma relação entre os crimes de ódio sexual e a heteronormatividade, pois os Direitos Humanos estariam reservados apenas aos sujeitos heterossexuais. Assim, é uma forma simplista enxergar a violência contra homossexuais apenas no termo da homofobia, “[...] pois essas violências se dirigem a todos e todas, apenas em graus diferentes. Essas violências são expressão do heterossexismo, da forma como somos socializados dentro de um regime de terrorismo cultural” (MISKOLCI, 2016, p. 34).

No tocante aos Direitos Humanos, Tedeschi e Colling (2014) discutiram três documentos jurídicos que foram fundamentais para a sua consolidação. O primeiro, a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 1776. O segundo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Estes dois documentos eram centrados na figura do homem: o sujeito masculino era o único possível para o reconhecimento de direitos. Por isso, quando a francesa Olympe de Gouges - considerada uma das primeiras feministas dos tempos modernos - propôs a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, acabou decapitada por aqueles que propagavam os ideais da Revolução Francesa, “igualdade, liberdade e fraternidade”. O caso emblemático de Gouges mostra que o ideal da revolução era destinado a um público muito específico: os homens. Um salto para o reconhecimento dos Direitos Humanos se deu em 1948, com o terceiro documento, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No rol de contribuições do documento estava a atualização da linguagem para a

inclusão de todas as pessoas, mulheres e homens. Não era mais o direito do “homem” como um sujeito universal, mas o direito de todos do gênero humano.

Se as mulheres foram ignoradas no processo de reconhecimento dos Direitos Humanos, ainda hoje outras categorias de pessoas passam pela mesma exclusão. É o caso daqueles que se afastam da orientação sexual hegemônica e se tornam abjetos, “cujas vidas não são consideradas ‘vidas’, e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 2002, p. 161).

A abjeção cria obstáculos para os grupos minoritários empreenderem a reivindicação de direitos básicos e fundamentais – como o de existir e o de não ser assassinado (a) pela orientação sexual ou identidade de gênero – como explicou BERENICE BENTO (2011, p. 554):

São corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e punição dos/as culpados/as. Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras. A possibilidade de se reivindicarem direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. A produção de seres abjetos e poluentes (*gays*, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade.

A homofobia e a heteronormatividade estão impregnadas em todas as áreas culturais e esferas da sociedade. “Para além da situação extrema do assassinato, muitas outras formas de violência são apontadas e envolvem familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou de instituições públicas [...]” (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p. 17). Os mecanismos velados de negação de direitos aos LGBT estão presentes, inclusive, nos três poderes estatais responsáveis por governar, criar e julgar as leis. Os candidatos ao Poder Executivo não discutem nas plataformas de governo a proteção aos LGBT, pois temem a perda de votos da sociedade, na maioria conservadora. O Poder Legislativo realiza manobras para engavetar projetos de criminalização da homofobia, como no caso do PLC nº. 122. O Poder Judiciário não pune os crimes motivados pela orientação sexual, pois não estão tipificados na legislação e, portanto, não podem ser julgados como tal.

Os meios de comunicação também estão imbuídos de uma cultura homofóbica, quando reforçam estereótipos e estigmas desse grupo historicamente discriminado. Por meio

de chavões e preconceitos, profissionais da notícia fazem uma abordagem politicamente incorreta de LGBT, que não preserva a dignidade e o respeito à estas pessoas. Nunan (2003, p. 59), ressaltou que “os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito, e ambos (estereótipos e preconceito) geram discriminação contra o grupo-alvo”. Por sua vez, a discriminação é caracterizada pelo tratamento diferenciando, pelo uso de expressões agressivas e/ou pelos atos de hostilidade.

A violência simbólica reside nas representações negativas dos LGBT que, muitas vezes, repercutem na assimilação de uma imagem depreciativa de si pelos próprios integrantes desse grupo. Como observou BOURDIEU (2010, p. 44):

[...] o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constringido e forçado, as categorias de percepção direitas [...], e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais.

Em sentido parecido, é possível acrescentar a observação de NUNAN (2003, p. 87) sobre a violência simbólica: ela “dificulta, igualmente, a adoção de uma identidade *gay* positiva e, [...], estes indivíduos tendem a colocar a culpa em si mesmos (pois acreditam que merecem o castigo), o que diminui ainda mais sua autoestima.” Autoestima esta já ferida desde o momento em que o indivíduo se percebe *gay*, processo que se dá de forma traumática, como detalha MISKOLCI (2011, p. 47): “a experiência de ser chamado, [...] ser xingado de bicha, *gay*, sapatão, travesti, anormal ou degenerad@ seja a experiência fundadora da descoberta da homossexualidade ou do que nossa sociedade ainda atribui a ela, o espaço da humilhação e do sofrimento”.

O reforço desses preconceitos é um ato performativo porque vai, reiteradamente, minar a subjetividade desses indivíduos que estão à margem da identidade legitimadora. Por preconceito, o livro *ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS* (2006, p. 221) afirma:

Os preconceitos são opiniões levianas e arbitrárias, mas que não surgem do nada. Nem, ao contrário do que se possa pensar, são opiniões individuais. Em geral, nascem da repetição irrefletida de prejulgamentos que já ouvimos antes mais de uma vez.

Finalmente, à força de tanta repetição, terminamos por aceitá-los como verdadeiros. E os repetimos sem sequer nos preocuparmos em verificar quão certos são.

Sobre o assassinato de homossexuais por causa de sua orientação sexual, esta é a face mais cruel da homofobia, e caracteriza os crimes de ódio. NUNAN (2003, p. 82) afirmou que: “[...] os crimes de ódio homofóbico caracterizam-se pela extrema violência, seja pelo grande número de golpes desferidos contra a vítima, pela crueldade do ferimento, seja pelo concurso de diversos modos de tortura”.

Diferentemente dos outros tipos de assassinatos, o *modus operandi* dos crimes de homofobia inclui a utilização de instrumentos mortíferos e a tortura prévia. Isso demonstra a desconsideração da vítima como “humana” pelo autor ou dos autores e seu lugar como sujeito que deve perder o direito de viver. Esta perda ocorre com a vítima frequentemente assujeitada a todo o tipo de crueldade. Sobre a tipificação de tais crimes, o Grupo *Gay* da Bahia (2017, p. 1) comentou: “travestis geralmente são assassinadas a tiro ou espancadas na rua, enquanto *gays* são mortos dentro de casa, com objetos domésticos: facas, fios elétricos, sufocados na cama, muitas vezes encontrados pelos vizinhos somente pelo odor do corpo já em putrefação”.

Ainda de acordo com o relatório produzido pelo Grupo *Gay* da Bahia (2017, p. 1):

343 LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo *Gay* da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios. A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”.

Existe a hipótese de que os números sejam ainda maiores, pois em muitos casos, a homofobia é subnotificada, o que dificulta o seu mapeamento. Mesmo assim, os dados conhecidos já são alarmantes e “[...] colocam o Brasil como campeão mundial de assassinatos de homossexuais, equiparando-o a países como Irã, Iraque, Sudão e Zimbábwe, onde a homossexualidade é considerada crime passível de execução” (NUNAN, 2003, p. 81).

No mesmo relatório anteriormente citado do Grupo *Gay* da Bahia consta que esse tipo de violência tem aumentado: “tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016. Durante o governo FHC mataram-se em média 127 LGBT por ano; no governo Lula 163 e no governo Dilma/Temer, 325” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 1).

Uma das formas de enfrentamento da homofobia estaria na “saída do armário”, pela afirmação positiva da identidade *gay* por meio do orgulho. A origem dessa política de enfrentamento, segundo RIBEIRO (2010, p. 51), teve como representativo histórico o levante no bar de *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, frequentado por homossexuais. Na ocasião, era proibido ter um estabelecimento público que reunisse *gays*. A polícia nova-iorquina invadiu o local, com violência, para expulsar os frequentadores e teve início uma rebelião nas ruas por parte dos *gays*, lésbicas e transgêneros - o que aumentou a tensão entre manifestantes e policiais. Nasceu, naquele momento, a marcha do orgulho *gay* – marco da luta pelos direitos LGBT nos Estados Unidos.

O orgulho *gay* é um ato político de contraponto à cultura homofóbica e heterossexista presente nas sociedades ocidentais, que coloca o homossexual como subalterno do ponto de vista subjetivo, jurídico e religioso. A identidade *gay* está associada historicamente à vergonha, abjeção e sentimentos negativos como a angústia. Como asseverou MISKOLCI (2016 p. 33), “[...] as pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros”. Isso torna a experiência da sexualidade uma forma de controle social sobre aquelas identidades sexuais consideradas vergonhosas. O indivíduo que num determinado momento de sua vida se percebe *gay*, sente angústia não pela descoberta em si - mas pela perspectiva de rejeição formada a partir das experiências negativas presenciadas de estigmatização das identidades não-heterossexuais.

O ambiente escolar é um dos espaços em que o controle social e as normas são impostas sobre os indivíduos:

Na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, é xingada, é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade. É claro que, dessa forma, isso se transforma em um trauma, e tudo é pior para quem é humilhado e maltratado, mas também não é nada agradável alguém que – mesmo não sendo xingado – descobre que seu colega está sendo humilhado e maltratado por causa disso. É assim que as normas se fazem valer (MISKOLCI, 2016, p. 34).

Assumir uma identidade *gay* publicamente é transformar a vergonha em orgulho, mostrar que os espaços públicos também pertencem às pessoas *gays*, que elas não devem ser relegadas a becos e vielas e podem ocupar qualquer espaço social ou cargo público com a mesma dignidade. Nessa perspectiva, o indivíduo não “vira *gay*”, como popularmente é alegado sobre aqueles que decidem “sair do armário”: o indivíduo realiza um ato de coragem

abraçando uma identidade construída sobre as marcas da injúria, da vergonha e da abjeção. Destarte, a expressão “opção sexual” se tornou tão rechaçada por *gays* e lésbicas, conforme o Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2010, p. 15), pois “é incorreta. O termo aceito é ‘orientação sexual’. [...]. Ninguém ‘opta’ [...] por sua orientação sexual. Assim como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, o homossexual [...] também não”.

Na homossexualidade, a discussão ocorre em torno de a quem pertence o espaço público e a quem não pertence, conforme abordou EVE KOSOFSKY SEDGWICK (2007) em a “Epistemologia do Armário”. O argumento utilizado pela heteronormatividade é de que os *gays* e as lésbicas devem viver suas afetividades na intimidade, em casa, no espaço privado. Não haveria “necessidade” de publicizar suas expressões amorosas. Todavia, a construção do espaço público é inteiramente dominada pela heteronormatividade, que dita as normas e os padrões do ambiente urbano, regula e controla os corpos. A representação presenciada nos espaços urbanos é a da heterossexualidade, seja num casal de homem e mulher andando de mãos dadas na praça, num *outdoor* com propaganda de uma família tradicional ou numa loja de eletrodomésticos - em que os televisores passam o mocinho e a mocinha da novela. Conseqüentemente, *gays* e lésbicas são invisibilizados, escondidos por serem os corpos abjetos, os seres poluentes da cidade. Todo aquele que desafia essa ordem que organiza o espaço público, quando decide – por exemplo - caminhar de mãos dadas com o parceiro ou a parceira, corre riscos de morte por transgredir a norma. Definitivamente, os espaços públicos não lhe pertencem.

Por causa desse processo de violência simbólica (a falta de representação *gay* e lésbica nas ruas), que pode se tornar violência física (a homolesbotransfobia), é que muitas pessoas ocultam a sua sexualidade e internalizam a vergonha e o medo como forma de sobrevivência. Aqueles que decidem romper com esse sentimento negativo de si e vivem abertamente uma identidade *gay*, automaticamente, fazem uma escolha que pode ser perigosa porque, agora, passam a ser os principais alvos dos homofóbicos, sempre à espreita para puni-los. NUNAN (2003, p. 39) explicou:

Enquanto a homossexualidade em si não é considerada uma escolha, pode-se dizer que, em um sentido mais profundo, o indivíduo de fato escolhe tornar-se *gay* (isto é, adotar uma identidade *gay*) quando atravessa o rito de passagem de assunção da homossexualidade. Sucintamente, este é um processo através do qual o sujeito reconhece sua homossexualidade, desenvolve uma identidade baseada nela e revela esta orientação sexual a outras pessoas [...], torna-se visível, culturalmente inteligível e desafiando abertamente o discurso sexual hegemônico.

Apesar das dificuldades enfrentadas, alguns avanços foram conquistados quanto aos direitos da população LGBT. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), em votação unânime, reconheceu a união estável de casais homossexuais. Na Carta Magna do país, artigo 3, IV, está a menção de que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 3).

Outro respaldo jurídico foi dado pelo art. 5, que afirma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988, p. 5). Ademais, o Brasil é signatário de documentos internacionais da ONU, como os Princípios de Yogyakarta (2007, p. 3), que apresenta os “princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. Isso significa que o país não pode seguir na contramão de outras nações que já garantem proteção jurídica ao grupo LGBT, historicamente discriminado.

1.5 PERFORMATIVIDADE E A PRODUÇÃO DE CORPOS ABJETOS

Para existir como norma, a heterossexualidade precisa lembrar e relembrar constantemente aos indivíduos – por meio de atos repetidos e práticas discursivas – que ela é a sexualidade hegemônica e, portanto, o ponto de referência para as outras sexualidades que, por estarem à margem, acabam prestando reverência ao padrão heterossexual.

Esse padrão se impõe não apenas como sexualidade, mas como determinante fundamental no gênero de qualquer indivíduo. Um recém-nascido já é visto como alguém que seguirá rigorosamente a sequência sexo-desejo-práticas sexuais. Por exemplo, se lhe for atribuído o sexo masculino, a expectativa é de que terá como desejo a heterossexualidade e adotará como práticas as atividades ligadas ao “universo masculino”. O meio social não questiona o indivíduo se ele é heterossexual: não há dúvidas sobre essa “verdade absoluta”. Já ao nascer, todas as variações sexuais são “perversões” da identidade sexual dominante. Aqueles que não seguem a coerência sexo-desejo-práticas sexuais são ridicularizados, perseguidos e punidos por infringirem as normas.

A partir daí o indivíduo termina se sujeitando à identidade sexual heterossexual. Admite essa identidade como a única via de regra, ainda que inconscientemente. Louro (2016, p. 45) afirmou que “as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas ‘normas regulatórias’ precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize”. Nesse aspecto reside o conceito de performatividade, elaborado por Judith Butler.

“O termo ‘materialização’ condensa a ideia de que o corpo é um processo temporal que se dá repetidamente na linguagem, que é, ela própria, material” SALIH (2012, p. 114). A linguagem, que não é algo neutro, mas sim constituído pelo poder e não atribui um nome simplesmente ao corpo pré-existente: junto da nomeação, constitui aquele corpo. Essa capacidade de produzir o que nomeia é o que Butler definiu como performatividade.

São vários os dispositivos que permitem analisar a atuação da performatividade, como “[...] as normas gramaticais, os *habitus* generificados e os binarismos que alimentam a fixação de categorias, a partir da noção de uma essência capaz de manter sob o rótulo de ‘identidade’ determinado modo de ser homem ou mulher” (BRAGA, 2011, p. 17).

A performatividade é identificada em expressões negativas para nomear um grupo historicamente discriminado. A reiteração dessas palavras acontece, inclusive, na mídia. O Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2010, p. 7, *grifo nosso*) citou alguns exemplos: “‘homossexualismo’, ‘opção sexual’, ‘o travesti’, ‘sapatão’, ‘veado’, ‘gilete’” - terminologias que, além de equivocadas, podem ser contrárias à legislação brasileira pela possibilidade de caracterização de crimes contra a honra, seja difamação, calúnia ou injúria. Para assumir o lugar desses termos, que prejudicam a dignidade LGBT, o mesmo manual (ABLGBT, 2010, p. 7) sugeriu substituições:

[...] “homossexualismo” por “homossexualidade”, “opção sexual” por “orientação sexual”, “o travesti” por “a travesti”, “sapatão” por “lésbica”, “veado” por “gay”, “gilete” por “bissexual”, entre outros termos. Os profissionais de comunicação estão colocando sua responsabilidade social e seu profissionalismo acima dos preconceitos sociais.

Termos ofensivos, a exemplo dos anteriormente mencionados, são fundamentais para a realimentação da matriz heterossexual, “[...] não por serem estranhos, externos a ela, mas porque a constituem. [...] Seria, portanto, a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (BENTO, 2011, p. 552). Se a performatividade

tem o poder de fazer existir aquilo que ela nomeia, nomear as pessoas LGBT de forma negativa é fazer da sua existência sempre um lugar de inferioridade, às sombras da heterossexualidade.

Para explicar o papel da nomeação negativa na inferiorização LGBT, a filósofa americana recorreu aos atos de fala do linguista J. L. Austin, que distinguiu dois tipos de enunciados: um constativo que apenas descreve ou relata um fato e o outro, atos performativos, que não apenas dizem - mas realizam o que estão dizendo. Para isso, dependem que as circunstâncias em que as falas são proferidas sejam adequadas.

SALIH (2012, p. 124-125) explicou:

Declarar, como faz Butler, que o sexo é sempre ('em alguma medida') performativo é declarar que os corpos não são meramente descritos: eles são sempre constituídos no ato da descrição.

Quando o médico ou a enfermeira declara: "é uma menina!" ou "é um menino!" Não está simplesmente relatando o que vê (esse seria um enunciado constativo), mas está, efetivamente, atribuindo um sexo e um gênero a um corpo que não pode ter existência fora do discurso.

O componente biológico que estabelece os órgãos sexuais de um indivíduo pouco diz sobre a formação do seu gênero no decorrer de sua vida. Se os órgãos sexuais são do sexo masculino ou feminino, tal classificação só é possível graças a convenções sociais que dão significado de masculinidade ou feminilidade associado ao sexo biológico com o qual se nasce. O que significa dizer que "o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos, que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo" (SALIH, 2012, p. 94).

Tais atos repetidos têm como origem a matriz hegemônica que, de tempos em tempos, cita as convenções e regras - principalmente sobre aqueles corpos que não se ajustam ou não se conformam ao seu modelo dominante. O "[...] ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um 'dado' anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário" (LOURO, 2010, p. 15). De fato, é no corpo que se inscrevem tais convenções, posteriormente reproduzidas em performances. "A linguagem projeta feixes de realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente" (SALIH, 2012, p. 87).

A construção da identidade de gênero vinculada ao sexo biológico passa pela linguagem, pois permite significar o corpo sexuado. Não se trata de um corpo pré-discursivo,

mas de um efeito do universo simbólico que leva à definição do sentido do gênero masculino e feminino. Sobre o simbólico e seu papel social na imposição de normas, CHRIS BARKER (2003, p. 163) afirmou: “*aquí, lo simbólico es repensado como una serie de injunciones normativas que aseguran los límites del sexo mediante la amenaza de la psicosis y la abyección (exclusión, expulsión, rechazo)*”.

Os Estudos de Gênero colocam em relevo a cultura sobre a natureza, pelo questionamento da dicotomia sexo/gênero, conforme explicitado por TEDESCHI (2005, p. 140): “os lugares subordinados da natureza, bem como suas apropriações legítimas, se reafirmam e os corpos passam a ser, perigosamente, naturalizados, do mesmo modo que o feminino era naturalizado nos espaços de significação do mundo social”. Por conseguinte, não há um gênero anterior ao discurso e a linguagem: as performances de gênero, traduzidas pelo signo da masculinidade ou da feminilidade, fornecerão o significado pelo qual os corpos procuram se identificar. Em outras palavras, a cultura dará as “regras do jogo”, baseada na vinculação do gênero com a sexualidade como uma coisa só. Na observação de PARKER (2010, p. 128), “dadas as crenças populares ocidentais sobre a relação unidimensional entre sexo e gênero, esse modelo frequentemente funde a sexualidade com o gênero, ao mesmo tempo em que obscurece a questão das relações de gênero dentro do tópico mais amplo da sexualidade”.

A “[...] questão central quando se discutem trânsitos identitários é desvincular as identidades de um ponto determinante. Hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos” (BENTO, 2011, p. 552). A confusão entre gênero e sexualidade, feita principalmente por grupos cristãos, acontece por causa da performatividade que, segundo BUTLER (2010, p. 167), “[...] não é, assim, um ‘ato’ singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição”.

Identificar essas repetições é desconstruir a visão monolítica (hegemônica) que nega os caminhos tão diversos que podem seguir os corpos. Muitos desses corpos podem ter desencontros entre a construção da sua identidade de gênero e o exercício de sua sexualidade.

No ensaio “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, JOAN SCOTT (1989) demonstrou como foi construída socialmente, no curso da História, a ideia da masculinidade e da feminilidade sob uma perspectiva feminista, em três momentos distintos: o primeiro, das abordagens feministas iniciais, com pesquisas sobre a sociedade patriarcal, críticas à

dominação masculina e discussões sobre a reprodução e o papel da maternidade. O segundo momento com a adoção de um viés marxista que trouxe à tona a opressão do capitalismo e do patriarcalismo - dois sistemas distintos que operam em interação na reprodução das estruturas socioeconômicas de dominação sobre a mulher. Por último, o terceiro momento, no qual a perspectiva estruturalista e a pós-estruturalista discutem a identidade do sujeito - que perpassa pela linguagem e pelas camadas do inconsciente (como sugeriu Freud e, posteriormente, Lacan), com atribuição de expressiva importância aos sistemas de significação no processo de criação da subjetividade. Outra temática dessas perspectivas são as práticas discursivas do poder-saber, como propôs Michel Foucault. Por conseguinte, SCOTT *apud* GROSSI (1998, p. 15) definiu gênero da seguinte forma:

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

Novamente retorna a importância do discurso e da linguagem na compreensão sobre o gênero. Assim, são fundamentais os estudos sobre Linguística de Ferdinand de Saussure, segundo o qual “[...] a identidade se estrutura como linguagem, ou seja, socialmente e com relação ao ‘outro’” (JAYME, 2005, p. 156).

Ao comentar as contribuições saussurianas para a linguagem, HALL (2009, p. 25) afirmou:

Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. [...] O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos o que é a “noite” porque *não* é o “dia”.

É a partir dessa relação de similaridade e de diferença que podem ser idealmente compreendidos os significados de masculinidade e de feminilidade, uma vez que apenas é possível compreender o masculino porque *não* é o feminino. O indivíduo, ao longo de sua

vida, assimila os mais variados significados embutidos sobre masculinidade e feminilidade no sistema cultural em que está inserido. Assim é que se constitui a identidade, sempre em relação ao outro. Durante essa constituição, linguagem e alteridade são inseparáveis, como explicou IVONE RICHTER REIMER (2008, p 162): “o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro. Por isso, ele está irrelutavelmente preso ao outro naquilo que há de mais caracteristicamente humano: a linguagem”.

Butler (2003) descreveu o gênero como categoria estável, na forma de uma ideia falsamente construída pela heterossexualidade compulsória. O gênero seria a maneira de organizar o ambiente social e, portanto, permitiria a sobrevivência dos sujeitos na sociedade. O “[...] gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um ‘fazer’ em vez de um ‘ser’” (SALIH, 2012, p. 89). Por isso, aqueles que não seguem as performances de gênero esperadas – e não se enquadram nas categorias de expectativa - são punidos.

No contexto dessas definições, BUTLER (2003, p. 195) argumentou:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

Assim, “ser mulher” ou “ser homem” não decorreria compulsoriamente de uma biologia humana, ainda que a performatividade apareça como imperativo categórico que tenta ditar uma suposta “essência” dos seres-humanos. O performativo esconde no discurso essencialista a realidade do gênero, que é um efeito produzido pela linguagem. Daí, ao sujeito não cabe outra alternativa que não seja se enquadrar aos padrões pré-estabelecidos do gênero, como afirmou Miskolci (2007, p. 260): “não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente ‘natural’”.

Na explicação de PARKER (2010, p. 135):

O que significa ser macho ou fêmea, masculino ou feminino, em contextos sociais e culturais diferentes, pode variar enormemente, e a identidade de gênero não é claramente redutível a qualquer dicotomia biológica subjacente. Todos os machos e fêmeas biológicos devem ser submetidos a um processo de socialização sexual no qual noções culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade são modeladas ao longo da vida.

Fora do círculo da heteronormatividade, as outras possibilidades sexuais são marginalizadas, excluídas ou negadas por não corresponderem ao fator biológico de reprodução. “Esses serão constituídos como sujeitos ‘abjetos’ – aqueles que escapam da norma” (LOURO, 2016, p. 46). A abjeção nasceria de um recalque anterior ao surgimento do “eu”, como manifestação primitiva da psique: “o abjeto não é o objeto, é uma espécie de primeiro não-Eu, uma negação violenta que instaura o Eu; trata-se, em suma, de uma fronteira”, segundo a psicanalista búlgaro-francesa JULIA KRISTEVA (1980, p. 17). Por se tratar de uma visão psicanalítica muito complexa, a abordagem de Kristeva não será enfatizada nesta dissertação.

Em *Bodies That Matter*, como recordou SALIH (2010, p. 87), Butler “[...] discute como a percepção e o corpo são discursivamente construídos através da exclusão, do tabu e da abjeção”. Como citado no início por BARKER (2003, p. 163, tradução nossa), “os limites do sexo são assegurados pela abjeção (exclusão, expulsão e rechaço)”. MISKOLCI (2016, p. 43) definiu abjeção da seguinte forma: “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante”.

Cabe uma melhor explicação do jogo de palavras, no inglês, que Butler sugeriu em seu livro *Bodies That Matter*. Em nota do tradutor, SILVA (2010, p. 171), comentou sua opção de traduzir “*matter*” pelo verbo “*pesar*”:

Traduzi o título deste ensaio, dado a partir do título do livro de onde foi extraído, *Bodies That Matter*, como “Corpos que pesam” para conservar parte do jogo que a autora faz com a palavra “*Matter*”. Em inglês o verbo “*to matter*” significa “importar, “ter importância” e o substantivo “*matter*”, significa entre outras coisas, matéria. *Bodies That Matter*, portanto, pode ser traduzido literalmente como “Corpos que importam”, “Corpos que têm importância”, mas esta tradução deixa fora, evidentemente, o jogo com “matéria”, palavra importante para a argumentação da autora. O “*pesam*” de “Corpos que pesam” apenas obliquamente evoca a “matéria” enfatizada pela autora, ao evocar uma propriedade da matéria, o “*peso*”.

PRINS E MEIJER (2002, p. 161) recordaram que os corpos abjetos “não são inteligíveis (um argumento epistemológico) e não têm uma existência legítima (um argumento político e normativo)”. Isso se traduz pelo fato de que tais corpos não podem ser pensados, nem compreendidos – são abjetos, considerados um absurdo para um pensamento tradicional. Trazem em si sinais de contradição, algo impensável para a lógica hegemônica. Como não seguem uma coerência lógica para o sexo-desejo-práticas sexuais, travestis e transexuais, por

exemplo, se tornam ininteligíveis. Se os corpos abjetos são incompreensíveis, também são inexistentes. Não é reconhecida aos donos desses corpos a dignidade de existirem como pessoas, como sujeitos plenos de direitos. Há uma negação, no campo jurídico e político, de toda a legitimidade. Por isso, se tornam alvos fáceis da violência, da perseguição e da exclusão social.

Se os corpos abjetos não podem ser nomeados de forma digna, se tornam sempre os “outros”, os estranhos, os esquisitos, os invisíveis. Nomear um grupo em situação de vulnerabilidade social dá a ele reconhecimento, *status* oficial. Logo, surgem brechas para que seus integrantes possam se organizar e lutar por seus direitos. Quando um grupo é nomeado, é sempre de forma caricata, pejorativa - numa espécie de desumanização para tornar seus integrantes mais invisíveis. Quando “[...] ‘o outro’, o ‘estranho’, aparece no discurso é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo. [...] A bicha, o sapatão e o afeminado são essenciais para realimentar a heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 552).

Mas o fato dos corpos ininteligíveis serem impensáveis para a hegemonia heterossexual não significa que não existam efetivamente, como explicou BUTLER (2010, p. 166-117):

O que permanece “impensável” e “indizível” nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que é a possibilidade cultural causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. O “impensável” está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante.

O êxito da performatividade estaria na produção eficiente da abjeção. Devido a esse processo ritualístico - que visa materializar nos corpos a forma “correta” de comportamento e correspondência ao sexo biológico de nascimento - é que a heterossexualidade se mantém numa zona de conforto, na qual se considera como a única identidade possível, que não deve ser questionada. BUTLER (2010, p. 171) questionou: “como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias?”.

A emblemática pergunta de Butler (2010) demanda uma profunda reflexão, que extrapola os propósitos desta dissertação. Contudo, permite inferir previamente que os LGBT não são considerados plenamente humanos – alegação ratificada na observância da quantidade que falta de leis para o reconhecimento da cidadania plena dessa população. Em meio a essa sopa de letrinhas, estão as identidades T (travestis e transexuais), que são o segmento mais estigmatizado: os xingamentos dos quais são alvos frequentes denunciam o caráter inumano dentro do qual são adjetivadas – na forma de aberrações. Por trazerem em seus corpos as marcas da transgressão de gênero e desafiam a lógica binária masculino/feminino, tais indivíduos, corpos abjetos, não “mereceriam” o qualificador humano. “Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais [...]” (BUTLER, 2010, p. 161).

Sobre esta produção do inumano, BENTO (2011a, p. 90-91) avaliou:

A noção de humanidade que nos forma não é metafísica ou ontológica. O conceito de humano está assentado em um projeto político que retira humanidade daqueles que não tem um gênero compatível com o sexo. Para que a diferença sexual fosse compreendida como algo necessário para o indivíduo entrar na ordem simbólica, portanto, humano, e tornar-se sujeito, foi resultado de uma extensa e intensa produção discursiva do saber/poder médico e pelas ciências *psi*. Enquanto a diferença sexual estiver no centro da invenção do humano moderno, a transexualidade e outras expressões de gênero que negam essa precedência estarão relegadas ao limbo existencial.

As identidades trans (travestis e transexuais), por atravessarem as categorias sexuais, trazem à tona a fragilidade das concepções binárias e revelam que é possível celebrar outras expressões identitárias. JAYME (2005, p. 161) afirmou que, “se a formulação das identidades se dá numa construção e reconstrução constante, a ideia de uma identidade única e permanente é que, ao que parece, vem perdendo”.

Estando em curso, tais identidades de gênero (como as identidades *trans*), passariam por um processo de deslocamento de um lugar para outro, de um gênero a outro – o que causaria torpor nos grupos conservadores que apregoam o aforisma das aulas de biologia, o de que “o sujeito nasce, cresce, se reproduz e morre”. Muitas vezes, as identidades *trans* preferem viver a ambiguidade das fronteiras classificatórias ou atribuir novo significado para seus corpos: nascem, crescem, ressignificam seu gênero e renascem. Infringem as normas.

Ao assumirem uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico, as identidades *trans* se tornam ininteligíveis, contraditórias, impossíveis de serem pensadas. Por

isso, não fazem sentido dentro da matriz hegemônica. Em contrapartida, os heterossexuais constituem os corpos inteligíveis, “que instituem e mantêm a relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38).

A orientação sexual não pode ser presumida. É algo interno, íntimo e o sujeito pode viver a vida toda “dentro do armário”. Mas as identidades de gênero *trans* não podem ser camufladas. Não é possível negar o desconforto que gera o corpo biológico de nascimento, causado pela angústia de “estar num corpo que não lhe pertence”. Daí o desejo de transformação, de mudar a aparência estética, de externalizar o novo gênero - diferente do atribuído no nascimento. Mas este é um processo também visível aos olhos dos transfóbicos de plantão, prontos para normalizar, vigiar e punir os corpos que não seguem a coerência “sexo, gênero, prática sexual e desejo”.

Na condição de “corpos abjetos”, os LGBT não são reconhecidos e nem considerados legítimos pela visão hegemônica heteronormativa que, inclusive, está nos meios de comunicação e dita normas, estabelece as regras e reproduz uma violência simbólica. Os LGBT passam a habitar nas sombras, no gueto, na invisibilidade social. A eles é negada a representatividade midiática. Aliás, também é negada uma representação humanizada, capaz de trazer dignificação. Ao citar um estudo elaborado pelo Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS), Colling (2011) afirmou que são de três tipos as representações das identidades não-heterossexuais nas novelas da Rede Globo:

[...] a primeira delas ligou a homossexualidade com a criminalidade; a outra associou @s personagens LGBT com os estereótipos da “bicha louca”, em geral produtora de risos perversos nos telespectadores; e a terceira, que começa a aparecer com mais intensidade nos últimos dez anos e se torna hegemônica, é a que inscreve @s personagens dentro de uma matriz heteronormativa (COLLING, 2011, p. 16-17).

A heteronormatividade não está preocupada em “humanizar” os LGBT. A produção da humanidade dos heterossexuais necessita de seu oposto, o “inumano” daqueles que não se conformam ao modelo de sexualidade e do gênero hegemônico - e são representados de forma estereotipada, ofensiva e negativa. Essas verdades são repetidas por diferentes atores sociais e nas mais variadas instituições, ambos representantes da matriz hegemônica.

Por isso a urgência do discurso político e teórico como enfrentamento e resistência à ideologia dominante, além de produções midiáticas que objetivem a valorização e o protagonismo de grupos minoritários. LOURO (2010, p. 34) observou que:

A representação 'positiva' da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma aposição de sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições.

Importante lembrar que os LGBT representam apenas uma face da abjeção. Outros sujeitos podem estar contidos nas práticas de exclusão, invisibilidade e produção do inumano. Conforme BUTLER (2002, p. 161), “o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante”.

1.6 GÊNESE DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A VISÃO APOCALÍPTICA DA IGREJA

No pensamento religioso cristão em geral, a identidade de gênero só faz sentido se mantiver a coerência sexo-gênero-desejo-práticas sexuais. Desde o nascimento, um indivíduo X é designado como macho (porque possui biologicamente pênis), logo, pertence ao gênero masculino e tem desejos pelo seu oposto (o feminino). Portanto, é heterossexual. Socialmente, a expectativa é que o indivíduo se comporte dentro da categoria que lhe é reservada, no caso de exemplo, macho-masculino-heterossexual. É possível fazer o mesmo exercício para indivíduos fêmeas-femininas-heterossexuais. Os primeiros precisam ser fortes, enérgicos, viris e racionais; os segundos, frágeis, sensíveis, delicados e emotivos.

Aqueles que fogem desses parâmetros ou bagunçam as fronteiras do sexo-gênero-desejo-práticas sexuais são considerados ilegítimos para a religião. Há figuras bíblicas que personificam o argumento da fé: Adão representa o homem. Eva, a mulher. Ambos são opostos que se complementam, são interdependentes, e tiveram por destino ser “uma só carne” e “não separe o homem o que Deus uniu”. Muito do discurso do clero atual se respalda na encíclica de 1968, assinada pelo Papa Paulo VI, intitulada *Humanae Vitae*. Dentre outros pontos, a encíclica relatou a função do matrimônio e do amor conjugal que, na visão da Igreja, deveriam ser “ordenados para a procriação e educação dos filhos.”

Não há meio termo e nem negociações. A Igreja, ao se fechar nessa única possibilidade (matrimônio para a procriação e educação dos filhos), exclui outras identidades de gênero que não se encaixam nesse padrão binário hegemônico. Todo indivíduo disposto a enfrentar essa hegemonia, assumindo uma identidade que transcende ao binarismo, será visto como um

sujeito que “optou deliberadamente” por isso, em desafio à natureza dada por Deus. Corrobora com este raciocínio a nota da CNBB Regional Leste 1 (2016, p. 2), que alegou:

Afirmamos que a sexualidade humana não é apenas uma questão de escolha, mas de reconhecimento de uma realidade com a qual já nascemos e com a qual somos chamados a viver. Reafirmamos a importância do sexo biológico e chamamos a atenção para os riscos de se considerar as questões a ele relacionadas como apenas de escolha ou de condicionamento histórico-cultural.

A Teoria *Queer* não vê o sexo biológico como essencial, pois tem grande desconfiança sobre a construção do saber científico e das Ciências Biológicas. Como dito anteriormente, esse saber teria sido forjado por homens brancos, burgueses e heterossexuais - influenciado por uma ideologia dominante com a qual a religião contribuiu e contribui para a perpetuação. Segundo LIMA (2015, p. 93), as críticas aos Estudos de Gênero se tornaram mais frequentes no papado de Bento XVI. A partir de uma concepção teológica, o então Papa afirmou que “[...] tais estudos afirmam uma ‘auto emancipação do homem’ em relação à obra do Criador, levando-o a viver contra a verdade e contra o Espírito criador”. Já no Documento de Aparecida (2007, p. 30), os bispos mencionaram, brevemente, a chamada “ideologia de gênero”, que foi exposta como o pensamento de que “[...] cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana”. Neste trecho, nota-se uma confusão entre orientação sexual e identidade de gênero.

A expressão “ideologia de gênero” surgiu como um contraponto à terminologia “identidade de gênero”, que traduz de forma mais adequada “[...] a consciência do indivíduo de pertencer ao gênero feminino ou masculino” (MALDONATO, 2014, p. 2012). O Manual de Comunicação LGBT (2010, p. 16), baseando-se no documento consagrado dos “Princípios de Yogyakarta” (2007), conceituou a identidade de gênero como:

[...] uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

Todavia, a “ideologia de gênero” tem vencido nos espaços dominados por grupos conservadores fundamentalistas, sendo usada mais como uma estratégia de linguagem que visa a depreciação dos estudos acadêmicos sobre gênero e sexualidade. Não diz o dito popular que uma mentira repetida várias vezes se torna uma verdade? E os pronunciamentos da Igreja caminham na direção do reforço do princípio do livro do Gênesis, que enfatiza as diferenças biológicas entre homens e mulheres, bem como a missão dada ao casal adâmico de “crescer e se multiplicar”. Na análise de TEDESCHI (2012, p. 60), “os relatos bíblicos da criação, delegando à mulher a culpa pela tentação e, [...] pelo pecado em relação a Deus, *terá [sic]* efeitos terríveis e duradouros na história sobre a dignidade e a imagem do feminino”.

Para Pierre Ansart (1978), a construção ideológica da narrativa do livro do Gênesis, que enfatiza a finalidade procriadora da sexualidade, visa sustentar a ideia de superioridade de um gênero sobre o outro. O maior prejuízo dessa relação desigual recaiu sobre a mulher, descrita como sexo frágil em outra passagem bíblica (1 Pedro 3,7), cabendo ao homem – pela força física – a sua dominação. Conseqüentemente, o “clero, os homens da religião que exerceram o poder através da escrita, transmitiram o conhecimento, ao seu tempo e além dele, de como a mulher deveria agir, como poderia pensar e sobre o que poderia falar” (TEDESCHI, 2012, p. 59).

A Igreja Católica passou a tecer críticas aos Estudos de Gênero a partir da década de 1960. Um dos principais críticos foi o então cardeal Joseph Ratzinger, que posteriormente se tornou o Papa Bento XVI. Foi criada uma forte onda conservadora com o intuito de conter doutrinas mais progressistas, em principal, aquelas oriundas da Teologia da Libertação - uma corrente teológica genuinamente latino-americana que interpreta as Sagradas Escrituras a partir de uma perspectiva marxista. Em visita aos bispos latino-americanos, em 1984, o então cardeal já demonstrava essa preocupação. Como recordou EZCURRA (1984, p. 102):

Os assuntos preocupantes são poucos e se referem, sobretudo, à moral sexual: a dissolução do vínculo entre sexualidade e matrimônio, entre sexualidade e procriação; o uso de anticoncepcionais; a esterilização; o aborto; o divórcio; o homossexualismo *[sic]* e, finalmente o feminismo (indicando os perigos da indiferenciação entre o homem e a mulher, as ameaçadoras reivindicações da ordenação de mulheres e também o novo léxico sobre Deus- Pai e Mãe).

Ao investigar a origem da expressão “ideologia de gênero”, a doutora em Educação JIMENA FURLANI (2016, *online*) afirmou ser “uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família que, no Brasil, parece

estar centralizado num site chamado Observatório Interamericano de Biopolítica”. Assim se dá a gênese da ideologia de gênero, desenvolvida na atitude apocalíptica de grupos fundamentalistas que visualizam no gênero uma espécie de “fim dos tempos”, cujo foco é “destruir” a família tradicional. Ante ao que consideram uma ameaça, se organizam para ditar os rumos da política e elegem representantes que pautem assuntos de interesse exclusivo dos cristãos. “Os grupos conservadores religiosos têm uma grande importância política e agem fazendo *lobby* e formando grupos de pressão diante do poder político, tanto no executivo como legislativo e judiciário” (ESTRADA, 2007, p. 127).

Em 2017, Butler esteve no Brasil para uma palestra sobre democracia, mas sua visita teve grande repercussão pelo o que ela representa ao movimento LGBT, grupos reacionários tentaram impedir sua vinda, criando petições na internet para proibi-la de palestrar. No aeroporto, a americana e sua esposa foram hostilizadas, tendo seus nomes associados ao aborto e à pedofilia.

Para se defender das acusações, Butler (2017, *online*) escreveu um artigo publicado no site da Folha de São Paulo recordando que a expressão “ideologia de gênero” surgiu em 1997, com o então cardeal Ratzinger, seguido pelo argentino Jorge Scala, que, em 2010, fez uma “caricatura” dos estudos de gênero ao distorcer o que se entende por sexualidade, gênero e as relações com a biologia. Quanto à acusação de pedofilia, ela rebateu com a seguinte questão:

[...] por que um movimento a favor da dignidade e dos direitos sexuais e contra a violência e a exploração sexual é acusado de defender pedofilia se, nos últimos anos, é a Igreja Católica que vem sendo exposta como abrigo de pedófilos, protegendo-os contra processos e sanções, ao mesmo tempo em que não protege suas centenas de vítimas?

Será possível que a chamada ideologia de gênero tenha virado um espectro simbólico de caos e predação sexual precisamente para desviar as atenções da exploração sexual e corrupção moral no interior da Igreja Católica, uma situação que abalou profundamente sua autoridade moral? Butler (2017, *online*).

No que se refere à acusação de promover uma “ideologia”, no sentido de algo ilusório e dogmático, Butler (2017, *online*) contra-argumenta: “meu ponto de vista, entretanto, é crítico, pois questiona o tipo de premissa que as pessoas adotam como certas em seu cotidiano, e as premissas que os serviços médicos e sociais adotam em relação ao que deve ser visto como uma família ou considerado uma vida patológica ou anormal”.

KELLNER (2001, p. 29) afirmou que a movimentação à direita provocado pelo crescimento do conservadorismo é um fenômeno replicado mundialmente:

Em todo o mundo ocidental, os conservadores têm tentado obter hegemonia assumindo o poder político e usando-o para concretizar seus programas econômicos, políticos, sociais e culturais. Têm empregado o poder político e econômico para por em prática um programa de transformação cultural, tentando fazer o relógio voltar para uma era anterior de governo conservador.

As condições históricas da modernidade possibilitaram transformações sociais e, conseqüentemente, novos arranjos familiares. Mas o pensamento fundamentalista religioso defende que a família tradicional é intocável, imutável e única, como observou a filósofa MARILENA CHAUI (1982, p. 84):

[...] a família é rerepresentada como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela se aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor dos pais pelos filhos, com o respeito e temor dos filhos pelos pais, com o amor fraterno).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em matéria publicada pelo jornal O Globo (2012), pela primeira vez na história a quantidade dos diferentes arranjos familiares ultrapassou o número de famílias tradicionais no Brasil. São casais sem filhos, famílias monoparentais, netos morando com avós, irmãos e irmãs, casais homoafetivos e outros arranjos distintos da apresentação familiar tradicional. Porém, mudanças sociais como essa não são suficientes para a modificação da opinião da Igreja, como pode ser constatado na nota da CNBB de 2015, que apresentou críticas ao Plano Nacional de Educação (PNE) quanto ao interesse de inserção do debate sobre igualdade de gênero e a diversidade sexual nas escolas. Segundo a nota, “[...] a ideologia de gênero subverte o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher, ensinando que a união homossexual é igualmente núcleo fundante da instituição familiar” (CNBB REGIONAL SUL 1, 2016, *online*). Torna-se evidente a influência de um grupo dominante que procura impor sua visão ideológica sobre o modelo educacional. Tal tentativa visa ditar o comportamento de seus adeptos e estabelecer uma hegemonia sobre as massas.

Conforme COUTINHO (2005, p. 89), a hegemonia é caracterizada na forma de um “[...] processo pelo qual uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e

moral sobre as demais classes, reproduzindo ativamente os valores, as ideias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade”. Na mesma linha de raciocínio, ANSART (1978, p. 90) afirmou que a instituição que estabelece essa hegemonia “[...] produz uma linguagem que leva cada um dos seus membros a interiorizar suas tarefas, não como uma simples obrigação instrumental, e sim como um ideal com o qual deve identificar-se”. Problematizar a hegemonia é uma tarefa dos saberes subalternos, como explicou MISKOLCI (2016, p. 52):

A hegemonia é o resultado da cumplicidade dos dominados com os valores que os subalternizam. Na perspectiva dos saberes subalternos – aqui compreendidos como o feminismo, a Teoria *Queer* e os Estudos Pós-Coloniais, devemos colocar em xeque a forma de criação do conhecimento atual, a epistemologia vigente, de forma a mostrar como seu poder e autoridade derivam não de sua neutralidade científica, mas sim de seu comprometimento com o poder.

Quando estive no Brasil, Judith Butler concedeu uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo. Na ocasião, a filósofa tomou conhecimento da discussão sobre a “ideologia de gênero” nos planos de educação do país. Questionada sobre a razão do gênero causar tantos temores em algumas pessoas, respondeu:

Enquanto alguns entendem que vidas podem ter várias trajetórias de gênero e sexuais, os que temem o gênero querem que haja só uma vida. E querem que ela seja fixada por Deus ou por lei natural.

Todo o resto é caos amedrontador, e com frequência escolhem o ódio como forma de lidar com seus medos (BUTLER, 2015, *online*).

Em decorrência da concepção religiosa sobre família, gênero e sexualidade, é necessário analisar a “ideologia por trás da ideologia de gênero”. Por quais razões tais discursos hegemônicos são tão fortemente interiorizados pelos indivíduos e por que aqueles que vão contra a ideologia dominante são tão combatidos?

Os grupos religiosos, com o uso da falácia do espantalho, atacam o que distorcem, criticam o que eles mesmos construíram. É o que constatou FURLANI (2016, *online*):

Agora, a ideologia de gênero eles não assumiram que inventaram. A gente que tem que descobrir e contar para as pessoas que isso não existe nos estudos de gênero, que é uma interpretação propositalmente construída de forma negativa. As cartas não estão na mesa, eles não assumem que ninguém está doutrinando crianças na escola,

que eles querem que não se fale de gênero na escola para que as crianças não acolham os sujeitos da diversidade, para que não aceitem que as pessoas possam ser vistas definitivamente sem preconceito. Que eles não aceitam os direitos humanos ampliados. Tem um vídeo que, ao mostrar um casal de transexuais, vem um comentário de que se trata de uma aberração humana, já que Deus criou o homem e a mulher. A gente conclui dele que eles são contra o conceito gênero porque Deus não criou travesti, transexual, transgênero, e, por isso, essas pessoas não merecem ter direitos.

De forma simplificada, a ideologia, na opinião de CHAUI (1982, p. 82), é “um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”. Também a partir de uma perspectiva marxista, MARTINO (2009, p. 66) afirmou que a ideologia é “[...] um conjunto de valores, práticas e aspirações responsáveis por criar a moldura a partir da qual o indivíduo entende o mundo ao seu redor”.

Esse conjunto de valores pertence às superestruturas (religião, cultura, educação, política) e atua sobre as estruturas (as relações econômicas de produção). O que faz a ideologia existir e manter a sua função é justamente essa separação. Conforme Chauí (1982), aqueles que pertencem às superestruturas (os intelectuais e os que pensam as leis, as normas, a cultura, a religião) dominam aqueles que pertencem às estruturas (os trabalhadores, o proletariado, os dominados que não pensam ou não são estimulados a pensar).

O filósofo Louis Althusser levou a cabo a ideia de estruturas e superestruturas, quando considerou o sistema das diferentes Igrejas como parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado - encontrados nas superestruturas. O Aparelho Ideológico Religioso, assim como o Aparelho Ideológico Escolar, operaria de forma parecida: “a escola e as Igrejas ‘educam’ por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). A ideologia da classe dominante se sobrepõe a esses Aparelhos do Estado. Assim se configuram as relações sociais, em que “as classes dominantes’[...] são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (EAGLETON, 1997, p. 78).

O conceito de classe dominante não contempla apenas aqueles que detêm os meios de produção, como na formulação inicial althusseriana. O conceito também envolve a orientação sexual. A heterossexualidade desempenha dominância sobre todas as outras sexualidades: ela dita normas, regras, papéis e ideologias. Como já foi dito, constrói a heteronormatividade.

“Enquanto a heterossexualidade é hegemônica, a homossexualidade e a bissexualidade são orientações minoritárias, subalternizadas” (NATIVIDADE, 2011, p. 107).

Por minoria não se pode entender como quantidade numérica, apenas. Um grupo minoritário, como definiu SODRÉ (2005, p. 13), é: “considerado ‘vulnerável’, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas”. É por isso que este contingente humano, cada vez mais plural e diverso, pode ser compreendido como: “maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho- gay, étnico, de gênero”, LOURO (2016, p. 28). E nestes embates políticos por visibilidade e aceitação, as minorias sexuais quando resolvem protestar pelos seus direitos, muitas vezes, são submetidas a todo tipo de violência empregada pelos Aparelhos Repressores do Estado (a polícia), que agem a serviço dos grupos opressores. Como no clássico episódio de *Stonewall Inn*, em 1969.

Outro ponto importante para a Teoria *Queer* é o conceito de interpelação, presente de forma embrionária no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Althusser afirmou que é pela interpelação que os indivíduos se reconhecem como sujeitos. O filósofo fez uso de uma cena fictícia de um policial interpelando um homem na rua: quando o homem interpelado, após ser chamado, se volta em direção ao agente de segurança, ele se reconhece como sujeito e assume a posição como tal. “A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma única e mesma coisa” (ALTHUSSER, 1980 p. 100).

Da leitura de Sigmund Freud sobre a expectativa que ronda o nascimento de uma criança, Althusser disse que aquele que vai nascer é sempre já-sujeito, a partir da ideologia familiar que se impõe sobre a criança esperada. Já Butler, uma leitora do Aparelho Ideológico do Estado, retomou o conceito de interpelação e o aprimorou:

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele ou em uma ela”: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2010, p. 161).

Uma das autoridades que interpelam os indivíduos como sujeitos são as igrejas que adotam a ideologia judaico-cristã sobre a divisão binária do sexo, e que a citam compulsoriamente aos pais até que seja interiorizada e replicada para o/a filho/a que está por

vir. SARAH SALIH (2012, p. 149) resumiu a interpelação como um “[...] enunciado citacional que, para ser efetivo, se apoia no contexto e na convenção”. Dessa forma, a ideologia de gênero é, na verdade, esse conjunto de ideias tidas como incontestáveis sobre o que é o gênero (algo essencialmente binário), produzido por um grupo dominante e que tenta, com todas as forças, negar outras possibilidades de se fazer o gênero. Entretanto, como disse BUTLER (2015, *online*), “não só dizemos quem somos, mas ‘fazemos’ quem somos e pedimos ao mundo que aceite”.

A interpelação ajuda a compreender as razões pelas quais os discursos hegemônicos sobre o gênero são tão fortemente interiorizados pelos indivíduos, a ponto de se reconhecerem como corpos generificados e naturalizarem o gênero como se fosse algo dado. Esse processo de naturalização só é possível por meio do discurso: o gênero não é anterior ao discurso, mas só adquire significado dentro dele – logo, “[...] não acontece [o gênero] de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (SALIH, 2012, p. 94).

É por isso que os discursos dominantes sobre gênero tendem a produzir maior força simbólica sobre os indivíduos que, ao serem interpelados por essa hegemonia, se reconhecem como sujeitos masculinos ou femininos. Aqueles que não se submetem à essa dominação terminam combatidos no campo da linguagem pela hegemonia heterossexual, que assume diversas estratégias para se legitimar e desqualificar a quem desafia sua dominação. Todavia, a estratégia ideológica heteronormativa só revela o quanto a sexualidade e a identidade de gênero são construções sociais. Nessa perspectiva, SALIH (2012, p. 112) refletiu:

Se é verdade que, em vez de simplesmente nascermos “mulher”, somos chamadas a assumir o sexo, então deve ser possível assumir o sexo de maneira a desestabilizar a hegemonia heterossexual. A “hegemonia” refere-se às estruturas de poder no interior das quais os sujeitos são constituídos por meio da coerção ideológica e não da coerção física (deve-se o termo “hegemonia” ao filósofo marxista italiano Antonio Gramsci). Uma menina não nasce menina, mas é “tornada menina” [...]. Longe de ser neutra, a percepção, a percepção e a descrição do corpo (É uma menina!”, etc.) é um enunciado interpelativo performativo, e a linguagem que parece simplesmente descrever o corpo, na verdade, o constitui.

“O trabalho de Althusser foi extremamente importante para a revisão do modelo marxista baseado nas noções de base e de superestrutura” (WOODWARD, 2013, p. 60), mas não é inteiramente suficiente para a explicação das contradições do jogo de poder existente nas instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos do Estado. Às vezes, o poder não

vem de cima para baixo e há muitas formas de resistência ao discurso hegemônico. “Nem todos os aspectos de tais aparelhos são ideológicos o tempo todo: é enganador pensar na ‘estrutura’ ideológica como um domínio fixo de instituições que operam de maneira invariável” (EAGLETON, 1997, p. 134).

Além disso, as teorias de Marx enfatizam mais as classes econômicas e não priorizam outras formas de opressão, como observou PARKER (2010, p. 141):

O paradigma marxista tradicional, que concebe a existência de uma superestrutura cultural apoiada, de forma determinista, sobre uma base econômica, tomada como uma explicação para as relações de gênero, reduz a complexidade da experiência vivida das pessoas e deixa de perceber as interações multidirecionais entre gênero, sexualidade, classe e poder.

Embora a Igreja atue nas superestruturas com um discurso hegemônico e ideológico em assuntos como gênero e sexualidade, ainda assim há muito descontentamento com a posição oficial do catolicismo e muita luta contra-hegemônica no interior da própria Igreja. Ao se revoltarem contra os discursos hegemônicos católicos, os grupos que reivindicam legitimidade: querem ser ouvidos e criam alternativas pastorais para sua acolhida. Como afirmou ANSART (1978, p. 108), “os agentes sociais destroem simbolicamente a antiga ordem social, rompem as fronteiras rotineiras, desprendem-se do grupo a que pertencem para construir simbolicamente um grupo de adesão”.

Na observação de CORREIA (2009, p. 80):

As ideologias não se limitam a reproduzir a dominação social. É incorrecto aceitar a ideologia como uma mera transcrição simbólica das relações sociais de dominação: esta visão implica tacitamente aceitar que os agentes funcionariam de uma maneira sobredeterminada sendo incapazes de produzir ideologias de resistência (Cfr. Van Dijk, 1997, 25). Reconhece-se que, além das suas funções mais negativas – reproduzir dominação e desigualdade – as ideologias também criam solidariedade, organizam lutas pelo reconhecimento e desencadeiam movimentos de oposição. Há ideologias que sustentam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a resistência social.

Dentre os grupos contra-hegemônicos estão as Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), que lutam pela autonomia da mulher a partir da Teologia Feminista e a Pastoral da Diversidade, que batalha pela diversidade sexual com o fundamento da Teologia Inclusiva. São dois movimentos que rechaçam discursos opressores e criam novas perspectivas teológicas para além da postura da igreja hierarquizada.

2 OS DESAFIOS DO CATOLICISMO NO SÉCULO XXI: UM OLHAR HISTÓRICO

2.1 ÊXTASE DAS IDENTIDADES RELIGIOSAS EM ÊXODO

A Reforma Protestante teve início em 1517, quando Martinho Lutero pregou as 95 teses numa Igreja na Alemanha e tirou das mãos da Igreja Católica o direito exclusivo de interpretação e ensino das Sagradas Escrituras. A liberdade religiosa foi conquistada a duras penas, com o derramamento de sangue de católicos e protestantes em guerras que se estenderam por anos. A Reforma trouxe ganhos, inclusive para a política, pois Lutero possibilitou a sua secularização quando separou Igreja e Estado, como recordou ARMSTRONG (2009, p. 101): “Lutero separou a religião da política porque repudiava os métodos coercitivos da Igreja Católica Romana, que usara o Estado para impor suas próprias normas e sua ortodoxia”. Com a tradução nas línguas vernáculas, os escritos bíblicos se popularizaram.

Do ponto de vista econômico, a Reforma Protestante permitiu o rompimento da nobreza com a Igreja de Roma e o aumento de riquezas sem a condenação religiosa. A Igreja não aceitava a usura (juros, rendimento de capital) - embora o clero habitualmente vendesse indulgências e comercializasse relíquias, lucrando com isso. Esta foi a análise feita por Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, “[...] tomando como base a aparição dos movimentos da Reforma e a posterior ascensão do capitalismo como sistema econômico dominante” (MARTINO, 2005, p. 29). Zwingli talvez seja um dos precursores do que atualmente é chamada de “teologia da prosperidade”. “[...] Ajudou a batizar a emergente ética do trabalho capitalista, e não, como os medievais pensavam, um castigo divino para o pecado” (ARMSTRONG, 2009, p. 101).

A reação católica foi a Contrarreforma, que procurou expandir o catolicismo para outros territórios. Uma das primeiras medidas foi a criação da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola. Conhecidos como padres jesuítas, sua missão era catequizar outros povos, como ocorreu na América e na África. A catequese era realizada junto aos ideais colonizadores de exploração. MARTINO (2005, p. 94-95) ressaltou:

O colonizador, portanto, se esforça para mostrar os aparentes benefícios de sua presença no território ocupado como parte de uma ‘missão civilizatória’ que a Europa se auto-outorgou a partir do século 16. Sob a bandeira da modernidade, a ideia da colonização encontrava uma espécie de justificativa humanística no sentido de libertar os povos da ignorância na qual se encontravam a levar-lhes as luzes da civilização europeia [...].

No século XV, o colonizador era produto de uma religiosidade medieval em declínio diante da ambição materialista da modernidade que nascia. Sob as bênçãos papais, portugueses e espanhóis se lançaram à “conquista” da América, e levaram consigo o fanatismo religioso e a paixão pelo ouro. O resultado foi a dizimação dos povos indígenas, que não possuíam a mesma fé e nem a mesma visão de exploração econômica dos recursos naturais.

A identidade cultural da América Latina foi constituída nesse contexto, impregnado por uma ideologia mercantilista e uma religiosidade fervorosa. Com a chegada dos colonizadores, a fé cristã foi disseminada com seus costumes, ritos, práticas e simbologias. Os jesuítas foram encarregados da expansão da identidade católica, sob o lema em latim “*orbis christianus*”, como explicou JOSÉ MARIA DE PAIVA (1982, p. 21-22):

“*Orbis christianus*” é uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na Terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do “*orbis christianus*”.

Em contraste à identidade do colonizador (católico, europeu e do sexo masculino) estava a “diferença” cultural dos indígenas - cuja concepção religiosa, étnica e de gênero não seguia os mesmos padrões. Foi justamente por causa da “diferença” que os colonizadores perseguiram os nativos: ela era tão radical que não podia ser permitida, aceita ou tolerada. Ao serem categorizados como selvagens, os indígenas passaram a ser comparados a animais e destituídos, portanto, de toda humanidade. Em um debate entre o Frei Bartolomeu e o jurista Sepúlveda, no período da colonização, este último indagou: “podem eles serem considerados homens?”. O raciocínio do jurista era fundamentado nas práticas consideradas “diferentes” dos nativos, como o sacrifício humano e a língua “estranha”. Entretanto, em sua contra-argumentação, o religioso disse que a inquisição espanhola também era uma forma de sacrifício humano. Se os índios não compreendiam a língua dos espanhóis, estes em nada se esforçavam também para compreender a língua dos nativos.

Foi estabelecido o julgamento por paganismo e imoralidade, em termos eurocêntricos, que justificava toda a forma de agressão em nome de Deus. JOÃO AROLDO CAMPANHA (2000, p. 52-53) afirmou:

Os indígenas viam no branco conquistador um enviado dos deuses e o conquistador via no índio um bicho. [...] A política de colonização para com os nativos não foi apenas aquela de civilização à forma europeia, mas, sobretudo, de extermínio, visto que a população nativa, estimada em aproximadamente, dois a dois e meio milhões no momento inicial da conquista do Brasil está reduzida hoje a pouco menos de duzentos mil.

Sob a égide da civilização e da evangelização ocorreram barbáries, explorações e genocídios. RENDINA (2012, p. 241-242) relatou que: “[...] enganados e reduzidos ao estado de escravidão, muitos índios se suicidaram e se deixaram morrer de fome. [...] Um grande número de recém-nascidos morreu nos primeiros meses de vida, privados [...] de sustento”. Como religião oficial do Brasil, o catolicismo romano estava vinculado à classe senhorial escravagista da elite europeia, com “[...] a produção religiosa dos especialistas, pertencendo a uma instituição socialmente mandatada para assegurar o consenso religioso e moral do todo social conforme a orientação imprimida pela classe dominante [...]” (OLIVEIRA, 1985, p. 134-135).

Mas isso não significa que a identidade católica era uniforme, rígida, fixa e subserviente à ideologia dominante. Em contraste à religião oficial estava o catolicismo popular que - praticado pelas camadas dominadas e subalternas e voltado à devoção de santos e ao sincretismo - introduzia práticas xamânicas, bem como rituais da umbanda e do candomblé. Por catolicismo popular, OLIVEIRA (1985, p. 135) definiu:

[...] um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial. Isso significa que o catolicismo popular incorpora elementos do catolicismo oficial – os significantes – mas lhes dá uma significação própria, que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas.

Um exemplo que se enquadra nas situações descritas pode ser encontrado na Região do Salgado, uma das zonas de colonização mais antigas da Amazônia, localizada no interior do Pará. A socióloga Myrian Aldana Santin (1999) investigou como as mulheres desta região

ribeirinha do nordeste paraense lidavam com as questões de gênero e de religião, em busca de compreender suas opiniões sobre os métodos de contracepção.

O universo religioso da região do Salgado tem raízes em três correntes identificadas em quase todo o território nacional, a saber: o catolicismo tradicional trazido do velho continente pelos colonizadores portugueses, as crenças indígenas praticadas pelos povos que habitavam nosso continente e os ritos afros que acompanharam a população negra trazida da África para servir como escrava nos canaviais e minas de ouro do Brasil-colônia (SANTIN, 1999, p. 49).

A pesquisa revelou que, embora a Igreja Católica seja uma das instituições mais combativas em matéria de interrupção da gravidez, “[...] as mulheres dos pescadores conseguem vencer as resistências provindas dos ensinamentos religiosos das igrejas e adotam as práticas contraceptivas de que dispõem” (SANTIN, 1999, p. 120). O principal motivo alegado por elas para evitar a gravidez é a pobreza que enfrentam na companhia dos muitos filhos que já possuem, estas crianças passam pela mesma situação de privação econômica. Isso não significa que a optante pela contracepção não se sinta oprimida pela moral católica: quando toma esta decisão, a mulher se vê como “[...] pecadora, criminosa, ela a assume com muita culpa e na solidão de sua própria consciência” (SANTIN, 1999, p. 122). Isso revela o distanciamento entre o discurso oficial da Igreja Católica e a realidade socioeconômica das várias mulheres que vivem à margem da linha da pobreza e que, mesmo preservando uma identidade cristã, transgridem as normas religiosas em nome da liberdade e da autonomia de seus corpos.

Com a proclamação da República, em 1889, Igreja e Estado foram separados no Brasil. O catolicismo perdeu seus privilégios sociais e políticos e entrou em crise. Houve uma tentativa de “sufocamento” de determinadas práticas do catolicismo popular, consideradas supersticiosas pelo Vaticano - que se empenhou na romanização do catolicismo brasileiro, tentando “padronizar” os costumes locais e colocá-los em sintonia com a doutrina oficial, como observou o sociólogo PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA (1985, p. 12):

Dada a influência marcante da Santa Sé nesse processo – já que Roma envia agentes religiosos para o Brasil e dá o modelo religioso a ser aqui implantado – ele tem sido chamado de “romanização”. Com esta palavra, coloca-se em relevo de o catolicismo brasileiro ser destituído de suas características tradicionais, amoldando-se aos padrões do catolicismo romano expresso no Concílio Vaticano I.

Para Gramsci (*apud* PORTELLI, 1984, p. 28), “um católico integral – isto é, que aplicasse em cada ato de sua vida as normas católicas – pareceria um monstro, o que é, indubitavelmente, a crítica mais rigorosa e mais peremptória do próprio catolicismo”. A constatação do argumento de Gramsci pode ser encontrada na análise de revoltas brasileiras que encontraram no catolicismo popular um ânimo para se insurgirem. A Guerra de Canudos (1896 a 1897), no interior da Bahia, é um exemplo: na ocasião, os fazendeiros locais se uniram à Igreja Católica (que representava o catolicismo oficial) e pressionaram a República recém-instalada a destruir o movimento criado por Antônio Conselheiro - uma espécie de líder católico messiânico que atraía as camadas mais populares do sertão nordestino com seus discursos. O resultado foi o envio de tropas militares e a morte de cerca de 20 mil pessoas de Canudos, incluindo mulheres e crianças, além do incêndio de todas as casas do arraial.

Alguns elementos do catolicismo popular podem ser identificados na Comunidade Canção Nova. São eles: “[...] a busca do milagre, da cura, a busca por soluções para os problemas do cotidiano, em forte clima emocional, [...] elementos de aproximação entre o catolicismo popular e o espiritualismo carismático da Comunidade Canção Nova” (FERREIRA, 2012, p. 25).

Não obstante, também existem diferenças consideráveis: enquanto o catolicismo popular enaltece figuras não reconhecidas pela hierarquia do catolicismo oficial (como a devoção a Pe. Cícero, no Nordeste), os membros da Canção Nova estão mais próximos da romanização da religião no Brasil e veneram santos majoritariamente europeus e autorizados pelo Vaticano - como Dom Bosco, São Francisco, São Pe. Pio e Santa Faustina, dentre outros.

Por um lado, a religião possui elementos opíáceos, como descrito por Marx (*apud* CHAUI, 2001, p. 309), quando mencionou que “a religião é o ópio do povo” - uma forma de alienação exercida sobre os oprimidos. Apresenta a ilusão de um mundo transcendente, bom e perfeito e oculta a realidade material da opressão de uma classe sobre a outra, em que os dominados acabam se sujeitando, de forma pacífica e sem revoltas, à exploração e miséria, crentes numa esperança futura no plano celestial.

Por outro lado, uma outra frase de Marx, pouco lembrada, menciona também que a religião “é lógica e enciclopédia popular, espírito de um mundo sem espírito” (MARX, *apud* CHAUI, 2001, p. 310). Isso significa que também não pode ser esquecido que ela é um tipo de saber utilizado pelas classes populares “[...] para dar sentido às coisas, às relações sociais e

políticas, encontrando significações - o espírito no mundo sem espírito - que lhes permite, periodicamente, lutar contra os poderes tirânicos” (CHAUI, 2001, p. 310).

A Reforma Protestante e a Revolução Inglesa foram as referências de Marx para a construção das alegações dos parágrafos anteriores. Mas é possível somar a Revolta de Canudos a esses movimentos de contestação à ideologia dominante: seu desfecho trágico revelou como o catolicismo oficial pode recorrer não apenas aos meios simbólicos de dominação (como ameaças, punições penitenciais, sermões e excomunhão) para estabelecer sua posição hegemônica. Mas também pode se aliar com forças militares seculares para reprimir, por meio da violência física, os movimentos que contestem sua autoridade.

Portanto, em constantes mutações - seja pelo êxodo de fiéis que migram para outras igrejas ou pelo contato com outras religiões - o catolicismo brasileiro é uma miscelânea de auto-reprodução simbólica que desafia o discurso oficial e incorpora novas expressões identitárias étnicas, culturais e sincréticas. O catolicismo está na área rural e na urbana, nas aldeias e nos quilombos, espaços em que influencia consciências e doutrina corações. Mas também é uma religião que se adapta às realidades culturais e socioeconômicas de seus seguidores.

2.2 IGREJA E HOMOSSEXUALIDADE: O DISCURSO DA SEXUALIDADE

É interessante notar que “a justificação do ato sexual somente pela procriação não é uma doutrina fundada na Bíblia; [...] a origem desta exclusividade de finalidade provém de tendências pagãs rigorosas, transmitidas a nós pelo pensamento agostiniano” (VIDAL, 2008, p. 39). Contribuíram diretamente para o modelo de sexualidade que o cristianismo possui o estoicismo, que condenava o prazer e o neoplatonismo - com seu dualismo helênico que considerava o espírito bom e a matéria má.

As teses de Santo Agostinho permanecem praticamente inalteradas até os dias atuais, e foram repassadas por São Tomás de Aquino. Este, inclusive, passou a classificar os pecados como “segundo a natureza e contra a natureza”. Os pecados contra a natureza são três: bestialidade, homossexualidade e masturbação. Nesta classificação, há graus: a bestialidade é o pecado mais grave e a masturbação, o mais leve. A homossexualidade ocupa um grau intermediário.

Cabe fazer uma distinção: a repressão à época da criação das teses agostinianas não recaía sobre a homossexualidade, isto é, a sodomia (nos termos do período). Seu alvo eram as práticas homossexuais, como observou NUNAN (2003, p. 33):

[...] o indivíduo que tinha o desejo de praticar sodomia, mas [...] não o fazia, não era considerado um sodomita. Da mesma forma, aquele que abandonasse o vício abominável deixava, igualmente, de ser taxado de sodomita. Em outras palavras, a categoria era definida pelo ato, não pelo indivíduo que o praticasse.

Em alguns casos, analisados meticulosamente por John Boswell (1996), foi possível identificar sinais de tolerância durante a Idade Média com a homossexualidade praticada por clérigos e monges. Caso das “bodas da semelhança”, uma cerimônia autorizada pela Igreja para celebrar a união (fraternidade, irmandade) entre os proponentes e que se assemelhava ao matrimônio heterossexual. Diante da violência contra os padres homossexuais - com a qual agiu Pedro Damiano em seu *Liber Gomorrhianus* (Livro dos Gomorrianos) - o Papa Leão IX respondeu de maneira mais branda quando afirmou, em latim, *sed nos humanius agentes*, ou seja, nós agimos conforme a humanidade. Com isso, readmitiu os religiosos que haviam sido acusados da prática.

Mesmo reconhecendo o importante trabalho realizado por Boswell, Richards (1993) contestou a visão amena de uma possível aceitação da homossexualidade pela Igreja:

O cristianismo era fundamentalmente hostil à homossexualidade. A mudança na Idade Média não foi um deslocamento da tolerância para a intolerância por razões não-intrínsecas às crenças cristãs, mas uma alteração nos meios de lidar com a questão. No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência; no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão de permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar a danação (RICHARDS, 1993, p. 152).

Notórios religiosos exerceram a homossexualidade, inclusive Papas: Sisto IV, acusado de pederastia pelo humanista e bispo Giovanni Antonio Campano, foi um deles. Com riqueza de detalhes, o cronista Girolamo Priuli descreveu a vida sexual do Papa Julio II, que “[...] conduzia com ele os seus belos jovens, e alguns desses lindos rapazes, com os quais se dizia ter atos carnavais em que era passivo, se deleitavam muito com esse vício sodômico, algo realmente abominável em todos eles” (RENDINA, 2012, p. 171).

Mais uma vez é preciso insistir no argumento sobre a construção social da sexualidade: houve um processo de “naturalização” da sexualidade, que parece ter criado um

ambiente de não-discussão sobre o sexo. Mas a partir dos Estudos de Gênero, essa “naturalização” - que parte da pressuposição de uma essência - tem perdido força. Tais estudos demonstram que gênero e sexualidade são constructos sociais. A esse respeito, NUNAN (2003, p. 23), salientou que:

[...] os seres humanos variam sexualmente de uma maneira inclassificável: a diversificação é uma realidade da natureza e não um desvio em relação a uma norma estabelecida. Assim, os conceitos que utilizamos para classificar indivíduos e coisas não são *realidades-em-si*, mas antes construções históricas. A *essência* é uma ilusão, porque tudo depende do contexto, da prática. Desta forma, não existem fatos *em si*, mas só fatos sob determinadas descrições: cada fato tem a identidade que a descrição dá.

Ainda permanece viva na sociedade a visão da sexualidade como tabu, uma energia natural que deve ser reprimida e controlada. Mas Foucault (2014) refutou essa “hipótese repressiva”, segundo a qual não se pode falar sobre o sexo. Em sentido contrário, interpretou o sexo como um certo tipo de regulação por parte de alguns segmentos sociais como a Igreja, o Estado e a Escola – que estabelecem aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito, quem está autorizado a dizer e quem deve ser silenciado. Foucault investigou a historicidade da sexualidade, em busca de entender como adquiriu uma essência ao longo do tempo. Na visão do filósofo, “a sexualidade era um ‘aparato histórico’ [...] desenvolvido como parte de uma rede complexa de regulação social que organizava e modelava [policiava] os corpos e os comportamentos individuais” (WEEKS, 2010, p. 45).

Historicamente, o início da obsessão pública com a sexualidade ocorreu durante a Era Vitoriana (1837-1901). O Estado moderno e burguês estava em consolidação, sofria o processo da industrialização, o êxodo rural que provocou o inchaço populacional de cidades como Londres, Paris e Berlim – que também foram as primeiras cidades a reunir grupos LGBT de reivindicação de direitos. Com todas estas transformações, os costumes e os papéis sociais também mudaram, o “ser homem” e o “ser mulher” foram redefinidos dentro deste novo cenário que se configurava. NUNAN (2003, p. 29) detalhou:

O Estado burguês pretendia respeitar a liberdade dos cidadãos, mas o que se colocava era até que ponto isto era possível. A solução para o impasse foi transformar a mulher em signo da fragilidade da vida privada e da família, enquanto o homem se manteria na esfera do público e da política. A biologia feminina começa a ser usada, a partir de então, como marca da incapacidade da mulher de desempenhos na vida pública e da vocação natural para os cuidados da casa e dos

filhos. Um outro motivo para a redescritção físico-sexual da mulher foi o lugar ocupado por esta dentro da nova ordem político-econômica burguesa: a mulher devia procriar para reproduzir a população e, conseqüentemente, a força de trabalho. A família tornava-se deste modo, a célula do Estado burguês. Outros autores postulam que a preservação da dominação do homem, face às aspirações igualitárias das mulheres, dependia de o homem ter qualidades que o diferenciavam claramente da mulher. Conseqüentemente, tornou-se necessário policiar homens que não tivessem estas qualidades, assim como mulheres que as apresentassem: a dominação do macho dependia do repúdio à feminilidade.

Naquele período proliferaram os discursos sobre o sexo. Mas nem todos estavam autorizados para falar sobre o tema: apenas autoridades constituídas tinham tal direito. “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (FOUCAULT, 2014, p. 39). Dentre as autoridades com o direito de falar sobre a sexualidade estava a Igreja. O Rito da Confissão, criado no Concílio de Latrão (1215), se tornou um importante instrumento para extrair dos “pecadores” seus segredos nefandos. O confessor, responsável por ouvir o pecador, “inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. Durante séculos a verdade do sexo foi encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva” (FOUCAULT, 2014, p. 75). Com a vulnerabilidade de quem confessa – formada pela culpa que carrega, o remorso, a coerção social e todos os sofrimentos psíquicos que esse processo acarreta - o pecador ficava abandonado à própria sorte nas mãos do confessor, que podia desempenhar todo tipo de violência sob o pretexto de penitência.

As torturas foram o ápice da crueldade para extrair as confissões. Cada uma das técnicas perversas e desumanas foram pormenorizadas no *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Bruxas), livro publicado em 1486 e utilizado como guia dos inquisidores, com o aval do Papa Inocêncio VIII. Tornou-se um *best-seller* na época, com 35 mil cópias - tiragem recorde para aqueles tempos – e foi publicado 34 vezes até 1669. De acordo com Jeffrey Richards (1993, p. 83), a obra era “[...] um trabalho de misoginia e obsessão sexual patológicas, insistindo particularmente na capacidade do Diabo e suas bruxas para remover o órgão masculino, causando castração temporária ou permanente”.

O imaginário coletivo em torno da figura da bruxa ainda é muito forte na sociedade contemporânea. Em 2017, numa manifestação contra Judith Butler ocorrida na cidade de São Paulo, bonecos representando a filósofa foram queimados em um ritual que lembrava à

inquisição, ela também foi chamada de bruxa. Através de um artigo, BUTLER (2017, *online*) comentou o fato:

Ao longo da história, atribuíram-se às bruxas poderes que elas jamais poderiam, de fato, ter; elas viraram bodes expiatórios cuja morte deveria, supostamente, purificar a comunidade da corrupção moral e sexual.

[...]

O fantasma dessas mulheres como o demônio ou seus representantes encontra, hoje, eco na "diabólica" ideologia de gênero. E, no entanto, a tortura e o assassinato dessas mulheres por séculos como bruxas representaram um esforço para reprimir vozes dissidentes, aquelas que questionavam certos dogmas da religião.

Quem pôs fim a esse tipo de perseguição, crueldade e assassinato foram pessoas sensatas de dentro da Igreja Católica, que insistiram que a queima de bruxas não representava os verdadeiros valores cristãos.

Na Idade Média, o pecador não arrependido seguia do confessor para os tribunais da Santa Inquisição. Se condenado, era entregue às autoridades seculares para a punição. As chances de morrer na fogueira eram eminentes, pois “o processo como um todo era formulado a favor da acusação em vez do acusado e a favor da autoridade em vez da comunidade. Isso tornou muito mais fácil a perseguição das minorias” (RICHARDS, 1993, p. 24).

Dentre as minorias que corriam risco de morte no período medieval estavam as prostitutas, os hansenianos (leprosos), os hereges, os judeus (marranos) e os mulçumanos (mouriscos), estes dois últimos acusados da prática secreta de suas religiões. Foucault (2014) chamou a confissão e a tortura de “gêmeas sinistras”, pois uma dependia da outra. Um dado histórico sobre a relação confissão-inquisição foi a morte de vários templários - ordem monástica que acabou extinta diante da acusação de homossexualidade e culto ao diabo. RICHARDS (1993, p. 147-149) relatou que “[...] trinta e seis templários morreram sob tortura; pelo menos setenta e dois outros (inclusive o Grão-Mestre) foram queimados, seja por se recusarem a confessar, seja porque, confessos, se retrataram”.

O método aplicado na Confissão foi passado para as demais áreas, todas exercendo fortemente um poder hierárquico voltado a retirar do indivíduo o discurso da verdade. Se aquilo que fosse dito contrariasse o discurso dominante, considerado o único verdadeiro, o indivíduo passaria a ser vigiado e punido, como medida disciplinar para a submissão às práticas discursivas dominantes. Como argumentou FOUCAULT (2014, p. 66):

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes: confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessa-se em

público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, a aqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar.

Em Arqueologia do Saber, Foucault (2012) analisou as origens do saber não como algo dado, mas como construído a partir de disputas ideológicas para garantir o domínio das práticas discursivas. Consequentemente, discutiu o direito ao conhecimento científico: “o saber permite o questionamento. O controle do saber é também o controle do questionamento, reflexão e da especulação” (MARTINO, 2009, p. 71).

MESSEDER (2011, p. 249-250) comentou como a sexualidade perpassou por esses diferentes saberes construídos:

A religião constrói e segue construindo uma negatividade sobre a sexualidade. Ela nos oferece como alternativa a ideia da procriação como único elemento possível para que efetivamente a prática sexual ocorra. O sexo sem prazeres, a demonização do Outro e da Outra pela sexualidade. Na ciência foi construído um saber hiperpatologizante sobre a sexualidade. Na linguagem do cotidiano, a premiação é do casal heterossexual com filhos e filhas. Isto ocorre como um efeito dominó.

O filme “O Nome da Rosa”, de 1986 - uma adaptação do livro homônimo de Umberto Eco – ilustrou como a Igreja Católica, se valendo da violência institucional da Inquisição, impediu a disseminação do conhecimento e do progresso ao restante da Humanidade. Livros considerados perniciosos, como os de Aristóteles, que punham em xeque os dogmas religiosos, eram proibidos. Aqueles que arriscavam uma interpretação heterodoxa da doutrina eram perseguidos e até mesmo mortos. O clero mantinha, dessa forma, o monopólio do saber.

Houve uma mudança radical com a prensa de Gutemberg: o conhecimento foi amplamente produzido, publicado e propagado - apesar da tentativa frustrada da Igreja de exercer certo tipo de controle. O mesmo aconteceu com o discurso sobre a sexualidade na Modernidade: ele se multiplicou e saiu dos grilhões da religião. Foucault chamou de “discurso reverso” aquele no qual os homossexuais reivindicam legitimidade e exigem falar de si mesmos, não mais sob regulação do outro (da Igreja, da Medicina, da Psiquiatria e de outras forças de interesse igual ou similar). Segundo LOURO (2016, p. 42): “[...] vivemos uma proliferação e uma dispersão de discursos, bem como uma dispersão de sexualidades”. A Igreja Católica - sem o monopólio do conhecimento, sem a mesma influência e já não podendo usar as técnicas inquisitoriais da Idade Média - experimenta dificuldades para lidar com as múltiplas sexualidades dentro e fora de seus templos.

2.3 A HOMOSSEXUALIDADE NOS TEMPOS MODERNOS DA IGREJA

O exercício da religiosidade é um direito humano, de todos os seres humanos. Não é exclusividade dos heterossexuais que, ao monopolizarem a fé, circunscrevem o transcendente a partir do seu próprio ponto de vista, excluindo tantas outras experiências religiosas que fogem da norma heterossexual. Os LGBT, humanos como qualquer outro, têm o direito de conceber a deidade de acordo com suas expressões sexuais e de gênero, apesar da desconfiança e/ou da intolerância que o heteroterrorismo religioso investe contra esta minoria.

Heteroterrorismo religioso se refere à utilização coercitiva, forçada e reiterada da norma heterossexual no estabelecimento dos parâmetros que regem uma religião. No caso do catolicismo, a heterossexualidade legitimou a si mesma como autoridade moral, a única competente para interpretar as Sagradas Escrituras que, evidentemente, serão lidas a partir de critérios heteronormativos. FOUCAULT (1997 p. 24) salienta que “as palavras foram inventadas pelas classes superiores; não indicam um significado, impõe uma interpretação”. Como “classe superior”, a heteronormatividade se incomoda com uma hermenêutica *queer*, fruto de leituras, releituras e democratização das interpretações. Os heterossexuais sentem como se fosse uma ofensa ao próprio Deus. O deus deles _ é importante ressaltar_ masculino, patriarcal e androcêntrico. E desconstruir o machismo presente no sagrado é perder os privilégios que hierarquizam no profano. O heteroterrorismo religioso se vale de toda violência simbólica para se manter como os guardiões das “chaves do céu”, “desligando” os LGBT do céu e da terra.

Ora, questionar as normas canônicas de enxergar a religião não é o problema, o problema está nos abalos, nas contestações das verdades absolutas que obriga a estrutura tradicional da Igreja a se recrudescer e atacar como mecanismo de autopreservação do poder institucional, composto por marcadores de fronteiras tais como a homofobia, o machismo, a misoginia e o sexismo que serão reproduzidos nas relações diárias entre os fiéis heterossexuais; estes, por sua vez, acabam por deixar os LGBT para fora das portas douradas de suas igrejas barrocas (construídas sob a exploração dos escravos negros no período colonial, diga-se de passagem).

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerância Correlata (2001, p. 11) reconhece que a: “Religião, espiritualidade e crenças podem e devem contribuir para a promoção da dignidade e dos valores inerentes à pessoa

humana e para a erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata”. A religião ajuda a erradicar também a homofobia, conforme outro tratado internacional, PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA (2007, p. 28): “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, independente de orientação sexual ou identidade de gênero.” E compete aos Estados “garantir que a expressão, prática e promoção de opiniões, convicções e crenças diferentes relacionadas a temas de orientação sexual ou identidade de gênero não sejam feitas de forma incompatível com os direitos humanos”, PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA (2007, p. 28).

Como plenamente humanos, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais transitam pelas igrejas exercendo o direito de se ligar ao sagrado. Não cabe a uma religião desligar essas pessoas de suas experiências místicas. Os LGBT reivindicam, inclusive, o direito ao batismo de seus filhos. E a Igreja, por dogma, não pode negar o batismo a nenhuma pessoa na face da terra. Foi o que ocorreu com o casal Toni Reis e David Harrad e seus filhos, na cidade de Curitiba, em 2017². Na falta de uma regra geral para estes casos, eles são analisados pela Igreja individualmente (norma casuística, ou seja, caso a caso) e são feitas algumas exigências - como a formação católica e atuante no catolicismo dos padrinhos, que devem ser, impreterivelmente, um homem e uma mulher.

O que significa que casais formados por dois homens ou duas mulheres estão excluídos de serem padrinhos de uma criança. Os contrários à aceitação de padrinhos de batismo homossexuais se baseiam no Código de Direito Canônico (1983, p. 159), que requer para o desempenho da função que o indivíduo seja “católico, confirmado, ter recebido o santíssimo Sacramento da Eucaristia e levar uma vida de acordo com a fé e o encargo que vai assumir”. Os homossexuais católicos, ainda que tenham uma vivência pastoral e ativa dentro da Igreja, “não levam uma vida de acordo com a fé”, por estarem numa situação de pecado – conforme argumentam os opositores da ala conservadora.

Ainda hoje resistem máximas religiosas como “amo o homossexual, mas abomino a homossexualidade”. O catolicismo afirma amar o pecador, mas diz odiar o pecado que ele pratica. Todavia, não é possível separar o sujeito homossexual da homossexualidade (como se fosse um objeto abstrato, puramente teórico). Não. A homossexualidade é inerente ao

² Cf. G1. *Filhos adotados por casal gay são batizados em igreja católica de Curitiba*: pais procuraram pessoalmente o arcebispo da cidade para pedir que a cerimônia fosse realizada. Foram batizados os filhos de 16, 14 e 12 anos. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/filhos-adotados-por-casal-gay-sao-batizados-em-igreja-catolica-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

homossexual, constituindo sua orientação afetivo-sexual, ou seja, uma profunda atração emocional. Dessa forma, ao expressá-la, a pessoa homossexual se relaciona com o outro, do mesmo sexo, por meio do desejo, do carinho, da ternura, da afeição, e da expressão máxima de todos esses sentimentos: o amor. Em suma, o homossexual se faz humano quando ama, exerce o mais “essencial” a todos os seres humanos: o direito de amar. Numa metáfora, impedir um gay de amar é como impedir um passarinho de voar.

Dizer “amar o homossexual, mas abominar a homossexualidade” é, na melhor das hipóteses, amar pela metade ou, conforme as cartas paulinas, uma caridade fingida. É aquele falso amor que denuncia a pedagogia freireana, pois desumaniza os oprimidos. A hegemonia heterossexual não só proíbe o homossexual de amar, como o impede de ser plenamente humano, apesar das várias Declarações de Direitos Humanos já citadas até aqui e que asseguram essa condição fundamental aos gays. Ao ser coagido a reprimir sua orientação afetivo-sexual, o homossexual não vive o amor na integralidade e o indivíduo é impedido de viver genuinamente, conseqüentemente, sua humanidade é esvaziada, o que pode lhe gerar diversos sofrimentos psíquicos, como a depressão.

O discurso de amar o pecador abominando o pecado não é novo na história da Igreja. RICHARDS (1993, p. 25) descreveu sobre a Idade Média:

A tolerância é talvez o traço mais importante da sociedade verdadeiramente cristã; tolerância e perdão: ódio ao pecado, mas amor ao pecador. Isolamento, segregação e perseguição são os traços de uma sociedade autoritária, a qual requer de todos que sejam iguais, sob pena de morte. Dois fenômenos-chave do período central da Idade Média, as cidades e as monarquias nacionais, compartilharam com um papado cada vez mais autoritário e o desejo de lidar com dissidentes e desviantes. O próprio fato da ascensão das cidades chamou a atenção para os problemas de saúde e higiene (leprosos), moralidade pública (prostitutas e homossexuais), competição econômica (os judeus) e uniformidade religiosa (judeus, hereges, bruxos).

O cristianismo prega a abstinência do ato sexual para os *gays* pela hierarquização das práticas sexuais como boas (heterossexuais) e más (homossexuais). As “práticas sexuais boas” dizem respeito ao casamento, supostamente desejado por Deus. “Ou seja, o sexo existe para o matrimônio (único, indissolúvel e heterossexual) e nele encontra a sua única realização” (AZEVEDO JUNIOR, 2009, p. 91). Por outro lado, “as práticas sexuais ruins” são pecados graves para a ordem estabelecida por esse Deus. Como reforçou a Igreja Católica (2000, p. 610), em seu Catecismo, “[...] os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados.

São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementariedade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados”.

Dentre tantos documentos oficiais a respeito da homossexualidade, o “*Persona Humana*” (1975), elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé - no passado chamada de Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal, responsável pelos julgamentos que levavam à inquisição - é um dos mais austeros quanto à homossexualidade, com vários pontos sobre a ética sexual cristã. Chama a atenção o seguinte trecho do documento:

Nos nossos dias, em contradição com o ensino constante do Magistério e com o sentir moral do povo cristão, há alguns que, fundando-se em observações de ordem psicológica, chegam a julgar com indulgência, e até mesmo a desculpar completamente, as relações homossexuais em determinadas pessoas.

Eles fazem uma distinção – ao que parece não sem fundamento – entre os homossexuais cuja tendência provém de uma educação falseada, de uma falta de evolução sexual normal, de um hábito contraído, de maus exemplos ou de outras causas análogas: tratar-se-ia de uma tendência que é transitória, ou pelo menos não-incurável; e aqueles outros homossexuais que são tais definitivamente, por força de uma espécie de instinto inato ou de uma constituição patológica considerada incurável (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DE FÉ, 1975, p. 4).

Termos como “patológico” e “incurável” revelam a posição biologicista da Igreja, fundamentada numa heterossexualidade compulsória acompanhada da interpretação da homossexualidade como uma doença. Naquele período vigorava o termo estigmatizado “homossexualismo”, tendo em vista que o sufixo “ismo” designava o caráter patológico da orientação sexual homoafetiva – que contrastava com a heterossexualidade, considerada a sexualidade saudável. Dois anos antes, em 1973, a *American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria, APA) retirou a homossexualidade do rol das doenças mentais. Contudo, a Igreja não levou em consideração as mudanças no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais - DSM).

O Papa polonês João Paulo II era considerado um “Papa *pop*”. Durante o seu pontificado, deu vários gestos de carisma e de popularidade pois sabia utilizar os meios de comunicação a seu favor, oferecendo uma imagem renovada do catolicismo que começava a decair a partir dos anos 1960. Suas diversas viagens pelo mundo tinha a missão de resgatar as ovelhas que haviam tomados outros caminhos, além de unificar a Igreja em torno da figura do Bispo de Roma. Porém, VIDAL (2008, p. 82) avaliou que “[...] o magistério do Papa foi

‘progressista’ em moral social, porém ‘conservador’ nas questões de bioética e de moral sexual”. Segundo LIMA (2010, p. 6), o pontífice considerava “a união civil de homossexuais uma grave violação da lei de Deus e uma manifestação da astuciosa ‘ideologia do mal’”.

Não menos conservador foi Bento XVI que, ainda como presidente da Congregação para Doutrina da Fé, assinou documentos condenatórios à homossexualidade - como o “*Persona Humana*” (1975), a “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o Atendimento Pastoral das Pessoas Homossexuais” (1986) e as “Considerações sobre os Projectos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais” (2003). Bento XVI (2006, p. 2) chamou de “loucura da redefinição da palavra esposo” o casamento entre pessoas do mesmo sexo, durante discurso aos Bispos da Conferência Episcopal do Canadá (Ontário), por ocasião da visita “*Ad Limina Apostolorum*”. Isto ocorreu no momento em que o país votava um projeto de alteração na Constituição para a inclusão do casamento igualitário.

Com o Papa Francisco foi acesa uma faísca de esperança, principalmente após sua resposta sobre os homossexuais no retorno da Jornada Mundial do Rio de Janeiro, em 2015. Disse: "se uma pessoa é *gay* e procura Deus, quem sou eu para julgá-la?".³ Essa postura mais branda também foi adotada no livro-entrevista *O Nome de Deus é Misericórdia*, de 2016, em que explicou o contexto da frase proferida no Rio de Janeiro:

Estava parafraseando de cor o Catecismo da Igreja Católica, em que se explica que essas pessoas devem ser tratadas educadamente e não as devemos marginalizar. Além disso, gosto que se diga “pessoas homossexuais”: primeiro está a pessoa, no seu todo e dignidade. E a pessoa não é definida apenas pela sua tendência sexual: não nos podemos esquecer que todos somos criaturas amadas por Deus, destinatárias do seu infinito amor (FRANCISCO, 2016, p. 96).

³ O posicionamento flexível e mais próximo adotado pelo pontífice não tem sido acolhido com uniformidade na Igreja. Embora seu carisma seja significativo no ambiente externo da Igreja Católica, no interno o clima é de uma crescente resistência e pressão conservadora. As acusações vão de heresia a um comportamento ímpio com estruturas tradicionais da Igreja, como a Ordem de Malta e a dos Franciscanos da Imaculada, dentre outras queixas que gradativamente são expostas ao público. As tensões têm várias fontes, mas a questões LGBT são um dos eixos de reforço.

Cf: FOLHA DE SÃO PAULO. *Papa Francisco enfrenta revolta de conservadores na Itália*. 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1860628-papa-francisco-enfrenta-revolta-de-conservadores-na-italia.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Cf. PÚBLICO PT. *Burke, o rosto dos conservadores na luta contra o Papa*. O cardeal norte-americano é a personagem central de dois embates recentes entre Francisco e a ala mais conservadora da Igreja. Pode a eleição de Trump dar fôlego aos que querem travar o Papa argentino? 2017. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2017/02/13/mundo/noticia/burke-o-rosto-dos-conservadores-na-luta-contra-o-papa-1761767>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Encontros do Papa Francisco com pessoas LGBT têm atraído a atenção midiática, ainda que o pontífice procure conduzir estes acontecimentos da forma mais discreta possível. Em 2015, o transexual espanhol Diego Neria Laejárraga⁴ se encontrou com o Papa no Vaticano, em uma audiência privada. Naquele mesmo ano, em Washington, na Embaixada do Vaticano nos Estados Unidos, Francisco recebeu uma breve visita de um amigo argentino de longa data, Yayo Grassi, assumidamente homossexual, acompanhado de seu parceiro⁵.

Outra polêmica foi a Encíclica escrita pelo Papa Francisco, *Amoris Laetitia*, uma espécie de resumo dos Sínodos da Família realizados em 2015 e 2016. O pontífice enfatizou:

[...] por isso desejo, antes de mais nada, reafirmar que cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar “qualquer sinal de discriminação injusta” e particularmente toda a forma de agressão e violência (FRANCISCO, 2016, p. 198).

Sobre as posições mais austeras, o Papa Francisco não as atribuiu a si e referenciou a postura tomada pelos participantes do Sínodo:

[...] os Padres sinodais adotaram, quanto aos projetos de equiparação ao matrimônio das uniões entre pessoas homossexuais, que não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimônio e a família (FRANCISCO, 2016, p. 198).

O capítulo VIII da Encíclica tem despertado reações de grupos ultraconservadores, liderados pelos cardeais Walter Brandmüller, Raymond L. Burke, Carlo Caffarra e Joachim Meisner - que chegaram a escrever uma carta aberta ao Papa Francisco com cinco perguntas (*Dubia*) que exigiam apenas sim e não como resposta. As perguntas questionavam sobre

⁴ A recepção do Papa a um transexual e sua companheira, no Vaticano, foi motivo de uma série de questões que envolveram grupos tradicionais da Igreja e a expectativa de maior abertura à acolhida LGBT. Cf. OBSERVADOR. *Papa recebe transexual no Vaticano: Deus aceita-te como és*. 2015. Disponível em: < <http://observador.pt/2015/01/28/papa-recebe-transsexual-no-vaticano-deus-aceita-te-como-es/>>.

⁵ Cf. G1. *Papa se encontrou com casal gay durante visita aos EUA, diz TV*. Amigo se reuniu com pontífice e levou seu parceiro há 19 anos. Argentino, que teve aula com Francisco na escola, deu entrevista à CNN. 2015. Disponível em: < ag1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/papa-teve-encontro-privado-com-casal-gay-diz-tv-americana.html>. Acesso em: 10 mai. 2017.

moral sexual, casais de segunda união e homossexualidade⁶. O pontífice, porém, ignorou a carta.

Teria o posicionamento de Jorge Mario Bergoglio mudado? Quando ainda era Arcebispo de Buenos Aires, em 2010, o atual pontífice foi um dos líderes religiosos que se opuseram ao casamento civil igualitário.⁷ No livro “Sobre o Céu e a Terra”, publicado na Argentina naquele mesmo ano, e no Brasil em 2013, o então arcebispo considerou a união entre pessoas do mesmo sexo “[...] uma depreciação e um retrocesso antropológico” (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 99). Ainda levará algum tempo para compreender o que pensa e quais os intentos que o Papa Francisco possui para a comunidade LGBT.

Por fim, um dos documentos mais significativos produzidos pela Igreja Católica, sob o aval de uma autoridade reconhecida na hierarquia da Igreja, foi elaborada pelo cardeal Péter Erdö, que, inclusive, chegou a figurar entre os nomes favoritos para suceder a Bento XVI, na época do conclave de 2013, que acabou elegendo Francisco.

O documento-base para as discussões do Sínodo das Famílias, o conteúdo agradou a comunidade LGBT, por representar uma aproximação por parte da Igreja com aqueles historicamente excluídos do catolicismo. Diz um trecho do documento intitulado *Relatio post disceptationem* (2014, p. 8) que fala sobre acolher às pessoas homossexuais:

Os homossexuais têm dons e qualidades a oferecer à comunidade cristã: seremos capazes de acolher essas pessoas, garantindo a elas um espaço maior em nossas comunidades? Muitas vezes elas desejam encontrar uma igreja que ofereça um lar acolhedor. Serão nossas comunidades capazes de proporcionar isso, aceitando e valorizando sua orientação sexual, sem fazer concessões na doutrina católica sobre família e matrimônio?

⁶ Os cardeais sustentam a alegação de que a postura adotada pelo Papa Francisco representa uma orientação de heresia. A carta ignorada tem um forte sinal de dissidência de seus autores, em uma postura de inadmissão à flexibilidade das orientações distintas, que envolve inclusive casais de segundo casamento.

Cf. BBC Brasil. *Quem são os cardeais rebeldes que acusam o Papa Francisco de heresia*. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998143>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

Cf. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Cinco dúvidas, quatro cardeais, três certezas*. 16 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/562358-cinco-duvidas-quatro-cardeais-tres-certezas-artigo-de-andrea-grillo>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Cf. SENSUS FIDEI. O sentido da fé. *Dúvidas sobre as Dúbias dos cardeais*. 2017. Disponível em: <<http://www.sensusfidei.com.br/2017/01/20/duvidas-sobre-as-dubia-dos-cardeais/#.WVLPc-jyvIU>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

⁷ As diferenças entre a postura do Papa Francisco na atualidade e as disseminadas no período em que era Arcebispo na Argentina são amplamente discutidas, em busca de identificar a efetiva postura sobre a população LGBT.

Cf. EL PAIS. Internacional. *Do Bergoglio conservador ao Francisco liberal*. Os que visitam o Papa veem diferença entre sua mensagem e a de quando era arcebispo. Para os mais próximos, suas convicções são as mesmas. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/13/internacional/1442178409_278498.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Apesar da linguagem mais compreensiva e menos condenatória neste documento como outrora foram os pronunciamentos de João Paulo II e Bento XVI, o sínodo terminou sem nenhuma proposta com avanços para a comunidade LGBT, os bispos mais progressistas foram derrotados pela ala conservadora da Igreja. Apesar disso, o documento foi importante por trazer à tona a discussão, acompanhado da repercussão na imprensa internacional que o assunto obteve.

2.4 REFLEXÕES *QUEER* PARA UMA INTERPRETAÇÃO INCLUSIVA DA BÍBLIA

A partir das situações de opressão enfrentadas pelas mulheres católicas, desde a década de 1970 elas passaram a incorporar o feminismo em suas reflexões teológicas:

A teologia cristã aos poucos compreendeu a importância da reivindicação das mulheres, a partir do fundamento da igual dignidade do homem e da mulher, criados à imagem e semelhança de Deus. Constatou também a violência e os abusos contra as mulheres e a discriminação em torno do tema da sexualidade, e se posicionou diante disso (RIBEIRO, 2010, p. 1999).

As Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) são consideradas uma referência em questões ainda espinhosas para a Igreja, que são desenvolvidas numa perspectiva feminista. A orientação da CDD levou a CNBB a emitir uma nota, em 2008, que destacou que o grupo “é contrário a muitos ensinamentos do Magistério da Igreja; não é uma organização católica e não fala pela Igreja Católica”⁸.

Nos passos da Teologia Feminista surgiram novas reflexões teológicas sobre o gênero que, com o acréscimo do paradigma *Queer*, passaram a questionar a interpretação hegemônica ao trazer para o centro da discussão categorias historicamente estigmatizadas dos discursos religiosos, sobretudo a LGBT. A Teologia Inclusiva procura resgatar a dignidade, dar visibilidade e tratamento respeitoso para *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e

⁸ Cf. VERITATIS ESPLENDOR. *Nota da CNBB sobre a ONG “Católicas pelo Direito de Decidir-CDD”*. 2008. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/outros-documentos-ecclesiasticos/nota-da-cnbb-sobre-a-ong-catolicas-pelo-direito-de-decidir-cdd/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

interpreta a Sagrada Escritura a partir de uma visão misericordiosa, sem condenações nem preconceitos, numa perspectiva não-discriminatória.

A maior resistência à Teologia Feminista e Inclusiva está nos grupos de religiosidade ortodoxa, convictos de que a interpretação hegemônica a partir de uma classe dominante é não só a mais autêntica e verdadeira, mas a única possível. São grupos constituídos por conservadores reacionários, associados ao fundamentalismo religioso cristão (católico e/ou evangélico) devido à postura proselitista e radical no combate às políticas lideradas por feministas e LGBT, vistos como uma ameaça à família tradicional.

A teóloga, historiadora e ex-freira, Karen Armstrong (2007), em sua análise histórica da Bíblia, lembrou que a interpretação exclusivamente literal (fundamentalista) dos textos bíblicos é recente: teve início a partir do século XIX, mais precisamente em 1881, com a publicação de um livro em defesa da literalidade bíblica pelos teólogos norte-americanos Archibald A. Hodge e Benjamin Warfield. A obra rapidamente se tornou um clássico no meio protestante. Até então, judeus e cristãos se esforçavam para fazer uma exegese alegórica que ressaltava o simbolismo, a linguagem figurativa, as imagens e as concepções populares. ARMSTRONG (2007, p. 196) afirmou:

A crença na infalibilidade da Bíblia, cujos pioneiros foram Warfield e Hodge, iria, no entanto, tornar-se crucial para o fundamentalismo cristão. E envolveria considerável negação. Hodge e Warfield respondiam ao desafio a modernidade, mas, em seu desespero, distorciam a tradição da Escritura que tentavam defender.

Sendo assim, uma interpretação literal não resiste à análise histórico-crítica. Nesse tipo de análise mais aprofundada, os textos bíblicos são colocados em perspectiva com a arqueologia, a História, os estudos das línguas antigas e a Antropologia – junto da consideração do contexto social, econômico, cultural e político da época de sua produção. Como afirmou o pe. DANIEL HELMINIAK (1998, p. 28):

O estudo histórico-crítico da Bíblia geralmente coloca por terra algumas interpretações tradicionais e levanta questões muito sérias sobre religião e sociedade. Não é de surpreender que as igrejas hesitem em usá-lo. Em certos casos elas ficam a se perguntar o que devem ensinar. Também não é de surpreender que o fundamentalismo tenha adotado uma linha mais dura. Os novos dados históricos podem fazer com que a compreensão tradicional da religião se dissolva ante nossos próprios olhos.

As passagens bíblicas que tradicionalmente abordam a homossexualidade recebem nova interpretação sob perspectiva histórica. Não é a pretensão desta dissertação esmiuçar cada uma dessas passagens, mas apenas aquelas consideradas principais: o relato de Sodoma e Gomorra (Gênesis 19, 1-11; 24-29 e Levítico 18,22; 20; 13 – que apresenta conteúdo muito semelhante) e, no Novo Testamento, a única passagem mais explícita, encontrada em Romanos (1,26-27).

Por muito tempo a destruição de Sodoma e Gomorra foi creditada à prática da homossexualidade por seus habitantes. A palavra sodomita, que passou a ser sinônimo de homossexual, deriva dessa crença. Segundo Vidal (2008), essa interpretação prevaleceu graças a textos apócrifos como o Testamento de Benjamin, II Henoch e os escritos de Filon e de Flávio, que aludem à homossexualidade de forma negativa.

A análise crítica do relato bíblico da destruição de Sodoma e Gomorra leva ao entendimento de que o pecado dessas duas cidades foi o da falta de hospitalidade. Corroboram com esta interpretação outras passagens bíblicas - Isaías (1,10-17; 3:9), Jeremias (23,14) e Sofonias (2, 8-1) - que referenciam a cidade e não apresentam qualquer menção à homossexualidade. Da mesma forma, no Novo Testamento, Jesus relacionou o pecado de Sodoma à falta de hospitalidade: “se alguém não os receber nem ouvir suas palavras, sacudam a poeira dos pés quando saírem daquela casa ou cidade. Eu lhes digo a verdade, no dia do juízo haverá menos rigor para Sodoma e Gomorra do que para aquela cidade” (MATEUS 10, 14-15).

Já as duas citações de Levítico afirmam que se um homem se deitar com outro homem como se fosse uma mulher, os dois cometeriam uma abominação cuja punição é a morte. Todavia, é preciso recordar que também eram punidos com pena de morte nas prescrições levíticas o adultério, a zoofilia, a relação sexual com uma mulher no período menstrual e a perda da virgindade feminina antes do casamento. Em nenhum desses casos a pena de morte é aplicada nos dias atuais. Por qual razão permaneceria uma condenação tão bárbara apenas no caso da homossexualidade?

O argumento decisivo que contesta as passagens levíticas reside no contexto em que estão inseridas. Segundo Helminiak (1998), os hebreus interpretavam o ato homogenital como um crime religioso de idolatria, o mais grave. Era também uma prática comum entre os canaanitas, na “prostituição sagrada” (Deuteronômio 23,19; 1 Reis 15,12), parte de sua cerimônia religiosa como culto à fertilidade. Os judeus chegaram a praticar a prostituição,

apesar de a condenar por razões religiosas (Juízes 8, 33-34). Dessa forma, a condenação da homossexualidade se insere na perspectiva de “identidade/diferença”: para fortalecer sua identidade religiosa, os israelitas (que se sentiam como povo escolhido por Deus) julgaram como idolatria os cultos canaanitas, fundamentados pela diferença do sistema religioso e pela inimizade existente entre ambos. As penas de morte não eram motivadas pelo ódio à orientação sexual, mas pela intolerância religiosa. Os judeus valorizavam a fé radicalmente, a ponto de cometer destruições em massa em nome de Deus: um exemplo pode ser visto em Números 31, no genocídio dos medianitas por sua prostituição religiosa - com a qual alguns israelitas tiveram contato em uma espécie de sincretismo.

Ademais, o Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia, que incluem Levítico) foi escrito por volta do século V a. C. A palavra “homossexualidade” só surgiu mais de 2.300 anos depois, em 1869, cunhada pelo jornalista austro-húngaro e ativista dos direitos humanos Karl Kertbeny - que a definiu de forma positiva, não negativa. Isso demonstra que muitos aspectos no campo da sexualidade evoluíram com a consolidação das Ciências Sociais, da Psicanálise e dos Direitos Humanos. Todos esses saberes aplicados colocam em xeque qualquer interpretação anacrônica dos textos da Torá a partir de uma hermenêutica histórico-crítica.

Grande parte das condenações ao “impuro” na Bíblia - como em questões alimentares, de saúde, sexuais e de higiene - estava relacionada às contaminações por germes e bactérias, sobre as quais os israelitas não possuíam conhecimento para explicar e davam respostas religiosas, o único saber sistematizado da época. As descobertas científicas trouxeram novas evoluções nos costumes e na cultura de cada época. As descobertas médicas e farmacológicas, os sistemas de tratamento de água, o desenvolvimento do saneamento básico, as revoluções tecnológicas e, mais recentemente, o mapeamento genético, atestam que as passagens escritas há milênios devem ser interpretadas à luz do conhecimento acumulado da humanidade e em consonância com o avanço dos Direitos Humanos e das conquistas civilizatórias - e não em face de preconceitos que resistem no tempo. Mesmo com tantos argumentos, a Bíblia continua sendo usada, por fanáticos religiosos, para “[...] justificar a segregação racial, para garantir a continuada opressão sexista das mulheres pela igreja cristã e para perpetuar uma homofobia mortal em nossa sociedade” (SPONG, 1998, p. 12). Os fanáticos, definem PINSKY; BASSANEZI PINSKY (2004, p. 11), são aqueles que “acreditam que o fim, qualquer fim, justifica os meios, que acham que a justiça- ou o que quer que queiram dizer com a palavra justiça-, seus valores, suas convicções e crenças são mais importantes do que a vida”.

Já no Novo Testamento, o capítulo 1 da carta aos Romanos levanta a questão da “lei da natureza”. Entretanto, como afirmou VIDAL (2008, p. 132), “trata-se de uma categoria estoica, porém assumida neste caso (como em outros) plenamente e com todo o seu valor normativo”. A formação intelectual de Paulo teve forte influência no estoicismo, que valoriza o espírito em detrimento da matéria. É importante ressaltar que o apóstolo nasceu em Tarso, uma cidade próspera que estava sob a dependência do Império Romano. Lá, havia uma escola de filosofia de caráter estoico, fonte de nomes de destaque como Zenão e os irmãos Atenodoros. Paulo era fluente em grego, língua dos filósofos, além do aramaico, do hebraico e provavelmente do latim, pois era um cidadão romano.

Diante do exposto, tendo em vista o valor normativo de Romanos 1, HELMINIAK (1998, p. 71) sugeriu uma nova interpretação:

Segundo o sentido em que Paulo as emprega, estas palavras dizem apenas que aquelas práticas eram diferentes daquilo que normalmente seria o esperado. Ao invés de “não naturais”, as palavras para *physin* em Romanos seriam traduzidas de maneira mais precisa como “não usuais”, “peculiares”, “fora do comum” ou “não características”.

Para uma interpretação inclusiva, é preciso localizar os corpos abjetos da Bíblia: indivíduos marginalizados, oprimidos, motivos de vergonha, construídos à sombra do legalismo judaico, que Jesus tanto denunciou: “ai de vocês, mestres da lei e fariseus hipócritas! Vocês fecham o Reino dos céus diante dos homens! Vocês mesmos não entram, nem deixam entrar aqueles que gostariam de fazê-lo” (MATEUS 23,13). Na bula *Misericordiae Vultus*, em referência aos doutores da lei, o Papa Francisco (2015, 13) disse: “[...] estes, para serem fiéis à lei, limitavam-se a colocar pesos sobre os ombros das pessoas, anulando, porém, a misericórdia do Pai. O apelo à observância da lei não pode obstaculizar a atenção às necessidades que afectam a dignidade das pessoas”.

Nesta perspectiva, José do Egito pode ser compreendido sob os olhares da abjeção. Vendido como escravo pelos próprios irmãos (motivados pelo sentimento de inveja), acabou preso injustamente acusado de abusar de uma mulher. Tantas situações adversas permitem identificar a história de José com a de tantas outras pessoas que, na atualidade, são objetos de ódio, inveja, injustiça e alvos de toda forma de abjeção. A escravidão dos hebreus no Egito e o cativo na Babilônia também podem ser lidos numa perspectiva *Queer*, vendo o protagonismo desses povos considerados abjetos nestes dois momentos históricos, porque se encontravam em situação de opressão.

A chave interpretativa no contexto da abjeção exige que os holofotes estejam voltados para aqueles que - por razões de ódio, preconceito e discriminação - foram construídos na invisibilidade. Para isso, é necessário enfoque menor nas leis e nas prescrições, e maior na graça e no amor de um Deus que “não trata as pessoas com parcialidade” (Atos 10, 34) e cuja misericórdia “renova-se a cada a cada manhã” (LAMENTAÇÕES 3, 23). O Papa Francisco (2016, p. 233-4) afirmou que tal papel amoroso e acolhedor deve ser exercido pela Igreja:

Duas lógicas percorrem toda a história da Igreja: marginalizar e reintegrar. [...] O caminho da Igreja, desde o Concílio de Jerusalém em diante, é sempre o de Jesus: o caminho da misericórdia e da integração. [...] O caminho da Igreja é o de não condenar eternamente ninguém; derramar a misericórdia de Deus sobre todas as pessoas que a pedem com coração sincero [...]. Porque a caridade verdadeira é sempre imerecida, incondicional e gratuita. Por isso, temos de evitar juízos que não tenham em conta a complexidade das diversas situações e é necessário estar atentos ao modo em que as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição.

O ícone da abjeção por excelência foi o próprio Jesus Cristo, identificado como o servo sofredor na profecia de Isaías (53, 2-3): “[...] ele não tinha qualquer beleza ou majestade que nos atraísse, nada havia em sua aparência para que o desejássemos. Foi desprezado e rejeitado pelos homens, um homem de dores e experimentado no sofrimento”. Da mesma forma, na atualidade, as pessoas LGBT recebem os mesmos adjetivos caluniosos para descrevê-las do ponto de vista da abjeção, daquilo que não pode ser visto, da invisibilidade social a que são submetidas com piadas vexatórias, agressões físicas ou, nos casos mais graves, assassinatos. Tendo como ponto de partida essa ideia de abjeção: “[...] compreendemos a dinâmica coletiva que gera a injúria e a violência contra aqueles e aquelas que explicitam a instabilidade dos gêneros e, [...] encarnam a diferença, o que não se anula na [...] reconfortante mesmice em que descansa o olhar cotidiano” (MISKOLCI, 2016, p. 44).

Todo o sofrimento enfrentado diariamente por pessoas LGBT não é indiferente a Deus, “pois ele mesmo identificou-se, por meio da cruz de seu Filho, com todos os crucificados da história” (PAREDES, 1999, p. 173). Mas a abjeção vai além da orientação sexual e da identidade de gênero e inclui os pobres, os enfermos, os encarcerados, os imigrantes ilegais, as vítimas do tráfico ou da exploração sexual, dentre outros. Cristo, movido por compaixão, já afirmava para a multidão que padece: “venham a mim, todos os que estão cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (MATEUS 11, 28). Os eleitos para se sentarem à direita do Pai são exatamente aqueles que praticam a misericórdia, “pois eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram;

necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso e vocês me visitaram” (MATEUS 25, 35-6). A estas observações de Jesus é possível acrescentar, nos termos atuais, “fui assediada pelo machismo e me socorrestes; sofri racismo e me amastes para além da cor de minha pele; fui vítima da homofobia e me acolhestes”.

A pergunta central a ser feita para uma leitura inclusiva sob o paradigma *Queer*, se encontra na Bíblia e redireciona o olhar para enxergar o outro tal como ele é, em sua plenitude: “onde está seu irmão?” (GÊNESIS 4,9). Esta é a pergunta que Deus fez a Caim, após este assassinar a Abel, sangue do seu sangue. Como resposta, Caim foi indiferente. Não se sentia na responsabilidade de cuidar do irmão.

Faltou a Caim alteridade, uma tarefa ética de se colocar no lugar de um outro alguém. Isso implica no reconhecimento da condição humana desse outro, ainda que se desconheça a sua identidade. À alteridade basta que se saiba que é uma outra pessoa para que seja tratada como um igual, um irmão. A diferença não faz o outro menos humano, não torna o inimigo desumanizado. O outro permanece ser humano com a mesma dignidade, cuja vida *pesa* tanto quanto a vida do Eu.

“Onde está seu irmão”? A esta pergunta, junta-se outra: “quem é o meu próximo?” – um questionamento retórico feito no Novo Testamento por um doutor da Lei a Jesus Cristo, como tentativa de deixá-lo embaraçado. São duas perguntas semelhantes, pois se referem sempre ao outro, aquele que está distante - mas que deveria ser o próximo, pois é o irmão.

Entretanto, na mentalidade dos judeus, o próximo incluía apenas as pessoas pertencentes à nacionalidade judaica. Na melhor das hipóteses, também os gentios convertidos ao judaísmo, o que excluía os samaritanos, povo considerado inimigo dos judeus. Por isso a resposta de Cristo foi na direção oposta, com a parábola do bom samaritano (Lucas 10, 25-36), que trata de um homem ferido ao qual nem o sacerdote e nem o levita (ambos fervorosos praticantes da religião judaica) foram capazes de ajudar. Foi um samaritano (o outro, o diferente, o inimigo) o único que “[...] teve misericórdia dele” (LUCAS 10, 37a). A parábola do bom samaritano ilustra uma pessoa que cumpriu o “amor ao próximo” e não passou com indiferença ante ao sofrimento do outro. Não deu de ombros como fizeram Caim, o sacerdote e o levita. O samaritano se munuiu de compaixão, cumpriu seu papel ético de reconhecer a miséria humana no outro que necessitava - estranho e ferido - para além de qualquer preceito ou dogmatismo religioso.

Mais de dois mil anos se passaram e o mandamento de “amar o próximo” permanece atual e transcende a todas as religiões, como sintetiza JEFFREY MOSES (2009, p. 21):

Um homem adquire uma boa regra de conduta quando vê o próximo como a si mesmo.

Hinduísmo

Só é feliz o homem pleno de amor por todas as coisas do mundo e que pratica a virtude em benefício dos outros.

Budismo

Procura estar em harmonia com todos; sê amigo dos teus irmãos.

Confucionismo

Ninguém é crente se não tiver amor ao próximo e se não amar seu irmão tal como ele é.

Islamismo.

E enquanto líder espiritual, Jesus inverteu a hierarquia concêntrica baseada no “eu” quando propôs uma abertura para o outro que reflete, mutuamente, a abertura de si. Cristo criou não muros que separam, mas pontes que unem pelo amor. Apesar da palavra “amor” ter sofrido desgastes ao longo do tempo e caído num sentimentalismo piegas, é preciso mostrar que - muito mais que em palavras - o amor acontece na experiência real do sofrimento humano alheio, na transformação da virtude teologal em ação concreta. “Vá e faça o mesmo” (LUCAS 10, 37b).

Este é o amor que nasce da liberdade, diferente do “amor livre” pregado nos anos 1960 que se desviou dos propósitos iniciais ao cair na libertinagem e teve como resposta um conservadorismo ainda mais avassalador e opressivo, que se seguiram nos anos de 1980. Quando este amor libertário se manifesta na práxis pode tornar-se ato performativo de resistência e luta contra as estruturas de opressão, “luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista de falsa generosidade [...]”, FREIRE (1987, p. 17).

3 TELEVANGELISMO E O SISTEMA CANÇÃO NOVA DE COMUNICAÇÃO

3.1 NOVOS AREÓPAGOS: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NOS DOCUMENTOS DA IGREJA

No período da Idade Média, a maioria da população era analfabeta: mesmo entre a nobreza, poucos sabiam ler e escrever. A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, em 1455, acelerou o processo de produção da informação. Antes, documentos, livros e textos eram todos manuscritos e levavam um longo tempo para serem copiados, uma tarefa que em geral era delegada aos monges beneditinos.

A imprensa foi uma novidade com alta influência social e a Igreja Católica passou a controlar as publicações, temendo a proliferação de ideias contrárias às suas doutrinas. O avanço dos “livros perniciosos” levou a instituição a publicar o *Index* - um sistema de censura que proibia a circulação de textos não autorizados pelo poder eclesiástico. Lutero foi um dos que se beneficiaram da imprensa para propagar críticas ao catolicismo: conforme Thompson (2002, p. 56), “as 95 teses de Lutero, inicialmente fixadas à porta da igreja agostiniana em Wittenberg, em 31 de outubro de 1517, logo foram traduzidas [...], impressas em folhetos e distribuídas por toda a Europa”.

Gomes (2010) recordou que, no início, a Igreja resistiu aos meios de comunicação. Mesmo com a invenção do cinema, o ceticismo era evidente. Na Encíclica *Vigilanti Cura* (1936), o Papa Pio XI advertiu os católicos sobre as imoralidades das obras cinematográficas - classificadas pela Igreja como abomináveis e de mau gosto. Nos Estados Unidos, a Legião da Decência nasceu com o objetivo de combater os filmes que atentavam contra a moral e os bons costumes.

Já na encíclica *Miranda Prorsus* (1957), o Papa Pio XII acolheu de maneira mais positiva duas novas invenções daquele período, o rádio e a tevê, como importantes auxiliares na difusão da Palavra de Deus. Mas foram mantidas algumas preocupações sobre desvios de uso dessas novas tecnologias, além da necessidade de uma atitude de vigilância.

Um marco histórico da Igreja foi o decreto *Inter Mirifica* (1966), fruto das discussões do Concílio Ecumênico Vaticano II, que expôs a posição oficial da Igreja sobre a comunicação social. Antes de ser votado, o documento sofreu várias críticas - em especial de

jornalistas franceses, alemães e americanos, que questionavam sua falta de profundidade teológica, filosófica e sociológica – e acusações de ser “vago e trivial”.

O *Inter Mirifica* foi o único decreto do Concílio Vaticano II que estabeleceu uma data: o Dia Mundial da Comunicação, celebrado no domingo do Dia da Ascensão do Senhor, em referência ao último comunicado de Cristo aos apóstolos com a missão de toda a Igreja anunciar, comunicar e evangelizar: “ide por todo mundo e pregai o Evangelho a toda criatura”. No domingo seguinte, o Dia do Pentecostes, ocorre o ápice da comunicação da Igreja: o anúncio do Evangelho a todos os povos presentes, em diferentes línguas, que marca a saída em missão e a abertura das portas do Cenáculo para comunicar a Boa Nova.

A partir do pontificado de Karol Wojtyła, que assumiu o nome de João Paulo II, a Comunicação Social ganhou maior destaque. “O papa é *pop*”, dizia uma canção de *rock* nacional da banda Engenheiros do Havai, motivada pelo carisma midiático do pontífice. Na encíclica *Redemptoris Missio*, João Paulo II resgatou o termo “areópago”, um lugar de debates entre o povo grego, onde o apóstolo Paulo se apresentava para evangelizar, conforme relatado em Atos dos Apóstolos. Segundo Wojtyła (JOÃO PAULO II):

O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está a unificar a humanidade, transformando-a – como se costuma dizer – na “aldeia global”. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais (JOÃO PAULO II, 1990, p. 25).

Na atualidade, a postura adotada pela Igreja se tornou mais tolerante e reconhecadora da relevância da tecnologia a serviço da evangelização:

A Igreja acolhe os meios de comunicação como dons de Deus, na medida em que criam laços de solidariedade, de justiça e de fraternidade entre os homens. Por isso, a Igreja considera importante marcar presença ativa nos processos e meios de comunicação social (DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL, 2014, p. 120).

No Documento de Aparecida (2007, p. 219), os bispos admitiram que “a Igreja se sentiria culpada diante de Deus se não empregasse esses poderosos meios, que a inteligência humana aperfeiçoa cada vez mais”. Fundamentada na Teologia da Comunicação, a Igreja identificou no oitavo mandamento (não levantar falso testemunho) o princípio da verdade,

sobre o qual devem ser pautados os meios de comunicação social: “o correto exercício desse direito exige que a comunicação seja, quanto ao objeto, sempre verdadeira e completa, dentro do respeito às exigências da justiça e da caridade” (IGREJA CATÓLICA, 2000, p. 642).

3.2. AS LUTAS SIMBÓLICAS E AS FONTES JORNALÍSTICAS

A TV Canção Nova é parte de um campo midiático formado por outras emissoras católicas – como as TVs Aparecida, Novo Horizonte e Imaculada Conceição e as Redes Vida e Século 21, por exemplo. Em termos de tele-evangelismo, é possível incluir as TVs evangélicas, que também cumprem o mesmo papel de evangelização por meio da televisão – a exemplo das TVs Boas Novas e Novo Tempo e da Rede Internacional de Televisão (RIT), dentre outras. Como afirmou BOURDIEU (2011, p. 12), “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes”, e o crescimento das emissoras evangélicas representa o maior desafio às TVs católicas.

GOMES (2010, p. 47) descreveu o televangelismo como:

[...] a evangelização a distância (ao longe), de longe ou para longe por meio das técnicas radiofônicas, radiotelegráficas e, mormente, televisivas (teledramas, telefilmes, vídeos e congêneres), para fazer chegar aos ouvintes e/ou espectadores os ensinamentos evangélicos e as doutrinas das Igrejas auferidas dos Evangelhos.

Quando os agentes que estão à frente de campos temáticos representativos, com suas mais variadas identidades - moldadas por valores culturais, ideológicos e morais, dentre outros - se chocam, nascem os conflitos sociais. Os meios de comunicação social podem atuar como uma espécie de “arena” de manifestação das identidades divergentes, em busca de influenciar a opinião pública, reforçar posições ou conquistar legitimidade e hegemonia. Ou seja, como observaram ALLES; COGO (2013, p. 11):

É a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos, de modo que a presença nas estruturas midiáticas é essencial para que as discussões sobre o reconhecimento identitário encontrem repercussão.

Os conflitos dos diferentes discursos que reivindicam legitimidade atuam no espaço público, debatem ideias e, muitas vezes, não encontram conciliações ou possibilidades de entendimento. Desses embates surgem os mais variados aparatos conceituais para descrever o outro de forma pejorativa, jocosa, negativa. A partir da Teoria do Conflito Social, NUNAN (2003, p. 65), afirmou que:

[...] quando objetivos antagônicos estão em jogo, um determinado grupo tentaria depreciar seu grupo adversário estimulando estereótipos e preconceitos. [...] Assim, um estereótipo negativo imputado ao adversário justifica a discriminação deste e une os membros dentro-do-grupo (*in-group*) contra os indivíduos fora-do-grupo (*out-group*).

Por sua vez, Dominique Wolton (2006) chamou tais embates antagônicos de “conflitos de legitimidades” e identificou três discursos que disputam entre si: o do conhecimento, o da informação e o da ação. O primeiro, do conhecimento, pode ser definido como o saber científico, a academia e as pesquisas. O segundo, da informação, compreende os meios de comunicação e terceiro, da ação, os políticos, sindicalistas, religiosos, partidos políticos e movimentos sociais, dentre outros. O conflito de legitimidade aconteceria quando um ou mais discursos ultrapassam seus papéis e passam a interferir no papel dos demais.

Para esta pesquisa, o “discurso do conhecimento” pode ser entendido como a Teoria *Queer* que, embora tenha nascido da militância política do movimento LGBT engajado nas ruas, ganhou legitimidade acadêmica após a adesão de muitos intelectuais. O “discurso da informação” como a TV Canção Nova, um veículo de comunicação com produção diária de conteúdo religioso, jornalístico e de entretenimento para o público católico. Já o “discurso da ação” foi representado por dois componentes: o clero e os políticos representantes da Igreja Católica e o ativismo LGBT, organizado em reivindicações políticas.

“Hoje, as chamadas ‘minorias’ sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (LOURO, 2016, p. 28). Desta observação é possível notar a maneira como grupos LGBT ganham visibilidade no “discurso da informação”, com o confronto das narrativas hegemônicas e a proposição de novas abordagens midiáticas que lhes confirmam dignidade. Também se torna clara a necessidade de estudos sobre o papel da mídia “como produtor-reprodutor da cultura e também como espaço de luta simbólica - afinal, nem só de classe dominante se sustenta a televisão” (MARTINO, 2009, p. 245). A maior exposição gera reações, pois os “setores

tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (LOURO, 2016, p. 28).

No contexto do “conflito de legitimidades”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu formulou o conceito de campo - a tensão entre dominantes e dominados, ortodoxos que se esforçam para conservar o poder e heterodoxos que questionam e contestam a autoridade constituída dos primeiros. Bourdieu (2006) entendeu o campo como um *locus* social de luta entre diferentes agentes (pessoas ou instituições) pela prevalência de suas representações, hegemonias e legitimação. MARTINO (2011, p. 10) completou: “[...] o espaço simbólico é o lugar construído a partir das relações sociais. No entanto, esse espaço é desigual: pessoas ocupam posições diferentes, e esses desníveis levam à noção de campo”. Ainda nas palavras de MARTINO (2012, p. 11):

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

O catolicismo é a religião dominante do Brasil. Foi trazida pelos colonizadores portugueses e, como possui o maior número de adeptos, sua interferência nos outros “campos” é significativa. Já o movimento LGBT cresceu nos últimos anos, ganhou espaço no âmbito público e privado, conquistou direitos e ocupou as universidades – lugares em que o pensamento científico contesta a ideologia dominante. BOURDIEU (2010, p. 145) afirmou que, “na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, [...] os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”. Comparada aos movimentos LGBT, a Igreja Católica possui maior capital simbólico. Assim, a instituição consegue maior penetração nos veículos de comunicação para expor suas opiniões e pautar os acontecimentos.

Cabe perguntar: o que estaria em disputa por dois grupos tão opostos (Igreja Católica e população LGBT)? Ora, os embates perpassam pelo campo científico, espiritual, político e social. No primeiro campo, o catolicismo se apropria de discursos biologizantes para respaldar sua autoridade moral, a religião acaba por instrumentalizar a ciência para seu próprio interesse. Nesse sentido, o sociólogo JESSÉ DE SOUZA (2009) chamou de ciência conservadora aquela herdeira da “autoridade” que outrora era exclusividade das grandes

religiões mundiais, e que carece de criticidade sobre seus próprios pressupostos, além de “naturalizar” as desigualdades existentes na sociedade: de classe, de gênero, étnicas, sociais, etc. SOUZA (2009, p. 52) esclarece:

A definição de ciência verdadeira está, portanto, ligada ao interesse crítico. Uma ciência que reproduz, com uma linguagem erudita ou jargão técnico ou estatístico (ambos destinados a causar no leitor a aparência de cientificidade), os clichês do senso comum não é ciência. Ao contrário, ela funciona como um suporte ideológico às relações injustas e desiguais do senso comum que são reafirmadas agora com a “autoridade” da ciência.

No campo espiritual, surge a demanda LGBT pelo direito de exercer sua religiosidade sem serem importunados pelos grupos mais conservadores que ainda dominam as igrejas, paróquias e dioceses brasileiras. Estes LGBT que se afirmam católicos, apostólicos, romanos, se organizam em torno de uma pastoral própria que atenda às suas necessidades, a Pastoral da Diversidade. Parece contraditório, tendo em vista a postura condenatória do catolicismo oficial frente às minorias sexuais (comparado a tantas outras religiões, até mesmo cristãs, muito mais abertas, acolhedoras e apoiadoras). Ocorre que o direito à religiosidade não é propriedade exclusiva de uma igreja, faz parte de um sistema de crenças muito maior, na qual as instituições religiosas são apenas parte dela. Se a Igreja Católica julga ter dois mil anos, a religiosidade existe desde que o mundo é mundo. ARMSTRONG (2009) identifica na Era Axial (período que vai de 700 a 200 a.C) o início do desenvolvimento espiritual da humanidade, portanto, não compete a uma instituição religiosa ditar quem pode e quem não pode exercer sua religiosidade. A religião nada mais é do que a institucionalização da religiosidade, por vezes, construída como totalitária e centralizadora, é o caso da Igreja Católica. E o “golpe” que a população LGBT vai dar no catolicismo não é apenas em sua moral sexual, mas oferecem uma ameaça real em toda a sua estrutura, com os casos de sacerdotes assumindo publicamente sua homossexualidade, foi o que fez o ex-padre polonês Krzysztof Charamsa e o ex-padre brasileiro excomungado por defender a diversidade sexual, Roberto Francisco Daniel, mais conhecido como padre Beto. Estes casos, não isolados, têm obrigado os bispos a se reunirem em Sínodos para dar uma resposta rápida seja a este grupo crescente de LGBT católicos, seja para tantos outros fieis progressistas não-LGBT mas que apoiam a causa.

Já os embates políticos acontecem porque os LGBT almejam segurança jurídica e equiparação legal aos heterossexuais, ainda que setores reacionários, políticos ligados a

ideologias de extrema-direita, se posicionam contrários. No âmbito social, busca-se uma transformação cultural voltada à diversidade, ao respeito e ao acolhimento da população LGBT – o que requer reconhecimento, prestígio social, aceitação, influência e empatia por parte do coletivo. Os diferentes atores sociais podem ser compreendidos como fontes jornalísticas em potencial, eles “[...] usam estratégias para obter visibilidade na esfera pública, legitimar a identidade organizacional ou pessoal e formar uma imagem positiva associada à credibilidade e à boa reputação” (SCHMITZ, 2009, p. 14).

Tais fontes estão presentes no Jornalismo, exercido pelos diferentes meios: impressos, *onlines*, rádio, e, no caso desta dissertação, o telejornalismo. Esta relação entre jornalistas e suas fontes é uma das características que definem o campo, como expõe SANT’ANA (2006 p. 18): “[...] o uso do *off*, do anonimato da fonte e de preceitos éticos, passam a constituir o capital, noção que designa os recursos simbólicos, econômicos, etc. O Jornalismo é uma prática cultural e se reproduz da mesma maneira das outras práticas sociais”.

Para Schmitz (2011), essa prática cultural (Jornalismo) teve início no final do século XIX, com o surgimento do “Jornalismo de informação” - a partir dos jornais *The World* (1860-1931), *The New York Times* (1851) e da agência de notícias *Associated Press* (1846). Desde então, o campo jornalístico passou a “[...] articular com os campos políticos, econômicos e sociais, sujeito às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais. Então, as fontes entram nesse campo para fazer o seu jogo” (SCHMITZ, 2011, p. 8).

A ligação entre acontecimento-fonte-notícia é fundamental para a compreensão de como a realidade jornalística é construída. Para que um acontecimento se torne um *public event*, isto é, se transforme naqueles “[...] acontecimentos que se usam para estruturar a vida coletiva e através dos quais as sociedades organizam e compartilham simbolicamente seu passado, seu presente e seu futuro” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 16), são necessários três fatores: “os promotores das notícias (fontes), os fazedores das notícias (os jornalistas) e os consumidores das notícias (a audiência)” (*ibidem*).

SCHMITZ (2011, p. 9) sublinhou que o significado de “fonte” é paradoxal:

De uma “fonte limpa” espera-se origem certa, segura; mediante informação insuspeita, autorizada. Igualmente, “ir à fonte”, sugere dirigir-se a quem pode fornecer informação exata sobre algo ou explicar a origem do fato. Isso se aplica ao jornalismo investigativo, mas perde a lógica quando a fonte age proativamente, oferecendo notícia pronta.

Políticos convocando coletivas de imprensa, lideranças de movimentos sociais e pesquisadores que desenvolvem estudos em alguma área são alguns exemplos de fontes. Todos, “ao conquistarem o espaço da notícia, realizam ações institucionais, socializando discursos particulares. E fazem, inevitavelmente, propaganda, em função dos seus próprios interesses” (ALCÂNTARA; CHAPARRO, GARCIA, 2005, p. 116).

Dessa forma, “a notícia caminha na direção de um tecido polifônico, em que diversas vozes ali se apresentam” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 97). Diante de um fato, o telejornalismo capta as diferentes vozes sociais (sonoras, no jargão da tevê) que se defrontam e entrechocam em diferentes pontos de vista. Ao telespectador, cabe decidir seu posicionamento. A reportagem, por ser polifônica, não apresentaria uma posição fechada sobre o assunto tratado – e sim vozes de defesa e de contestação, sem permitir que uma se sobreponha a outra, mantendo uma ideal relação de igualdade. Isto em tese, pois como sublinharam LEAL; CARVALHO (2012, p. 108):

Uma vez que a voz é algo que não se confunde com uma fala individual, a presença de diversos personagens numa notícia não faz necessariamente sua polifonia. Ao contrário: pode constituir-se como uma estratégia de autenticação, de legitimação do enquadramento adotado, que reverberaria em todas as falas individuais.

Deste modo, nem sempre os diferentes agentes sociais terão visibilidade midiática, pois a promoção da notícia é, em grande medida, hierarquizada. As fontes ocupam posições desiguais, dependentes da importância que o veículo de informação lhes concede – expressa em como ela é enxergada e reconhecida com legitimidade e autoridade para se pronunciar sobre determinado assunto:

Assim, as instituições no nível nacional se impõem às do nível local, e as grandes empresas às dos grupos de cidadãos. Como vemos, trata-se de relações de poder. Enquanto temos agentes sociais que têm acesso praticamente imediato aos meios de comunicação (seja para promover informações ou para conseguir que sejam publicadas as devidas correções), outros agentes sociais quase não conseguem entrar no circuito da informação (ALSINA, 2009, p. 19).

Woodward (2013) considerou que as pessoas podem mudar ou negociar suas identidades conforme os diferentes lugares e momentos em que se encontram. Seja no ambiente familiar (como espectadores das identidades representadas pela mídia), no ambiente de trabalho ou entre amigos. O campo televangelístico também tem que lidar com as

identidades em trânsito mesmo que ele proclame uma identidade cristã ideal, sustentada por uma moral rígida e petrificada. Acontece que, na prática, outros sujeitos surgem para desafiar a identidade dominante e exigem espaços de fala nas emissoras, pautam os noticiários e desestabilizam as narrativas normativas e legitimadoras. O telespectador também reage ao conteúdo transmitido: muitas vezes a mensagem pode se chocar com a sua identidade pessoal e isto o leva a mudar de canal ou a assumi-la parcialmente, abrindo mão de alguns pontos e ignorando outros – aquele que assiste não é um receptáculo que absorve 100 % o conteúdo sugerido.

“Se voz implica um lugar discursivo, inevitavelmente social e ideologicamente marcado, é preciso, então, ver que lugar é esse que a mídia jornalística propõe a si, com quem ela fala e por quê” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 100). No enfoque desta dissertação, a Canção Nova (2015, *online*), em sua página na *web*, afirmou em editorial:

A TV Canção Nova surgiu como resposta de Deus para os nossos tempos. Nasceu com o objetivo de formar homens novos para um mundo novo: renová-los, transformá-los, fazê-los novos, fazê-los chegar “à santidade original”. Existe para construir um “mundo novo”: novas estruturas, novo modo de vida.

Com base na citação acima, já é possível perceber os contornos que o canal de televisão estabelece como sendo o seu público-alvo, ou seja, ela fala para os “homens novos para um mundo novo”, propondo para si mesma um lugar privilegiado diante das outras, não é qualquer emissora, mas aquela que “surgiu como resposta de Deus”. Por isso, cabe compreender como “[...] os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2013, p. 18).

Por isso, no próximo capítulo, a discussão gira em torno da origem do Sistema Canção Nova de Comunicação, e a influência que a comunidade religiosa (que leva o mesmo nome) tem sobre a emissora. Com isso, será possível ter uma melhor compreensão sobre como o sistema de representação da TV Canção Nova é construído.

3.3. A COMUNIDADE E O SISTEMA CANÇÃO NOVA

A Comunidade Canção Nova nasceu no contexto da espiritualidade carismático-pentecostal, que iniciou a sua expansão no país por volta da década de 1960. Mais conhecida como Renovação Carismática Católica (RCC), foi uma resposta ao pentecostalismo evangélico - que permanece em constante ascensão no Brasil.

A RCC enfatiza as experiências místicas e a espiritualidade intimista, com forte sentimentalismo e intercalação entre movimentos devocionais e histeria coletiva (com repousos no Espírito Santo e pessoas em situação de transe). O pentecostalismo católico teve origem em um retiro universitário na cidade de Pittsburgh (Pensilvânia, EUA), em fevereiro de 1967. O primeiro congresso americano, em 1968, teve 100 participantes. No ano seguinte, 1969, estiveram presentes 300 pessoas e a linha ascendente prosseguiu: 1,3 mil em 1970, 5 mil em 1971 e 12 mil em 1972. No Brasil, a RCC teve início em 1970, na cidade de Campinas (SP), com o trabalho dos padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty. Sua influência pode ser notada ainda hoje na Canção Nova nas pregações, na condução das orações, na missa musicada, na utilização da glossolalia (falar línguas estranhas) e no apelo à curas e milagres.

Atualmente com 80 anos e natural de Elias Fausta, interior de São Paulo, o fundador da Canção Nova (Monsenhor Jonas Abib) foi o primeiro a experimentar o pentecostalismo católico. O contato inicial de Abib ocorreu no ano de 1977, quando participou de um retiro com o padre americano Haroldo Rahm – que falou sobre a experiência extraordinária pela qual passavam os universitários americanos católicos. Como o próprio Abib relatou em livro autobiográfico escrito por Gabriel Chalita:

Isso era final de 1971. Contou [pe. Haroldo] que houve, lá nos Estados Unidos, um maravilhoso derramamento do Espírito Santo, e que isso estava acontecendo em outros lugares. Era a chamada Renovação Carismática. Falou dos dons do Espírito Santo, de pessoas que oravam em línguas, pessoas que oravam para cura e pessoas que eram curadas. Era tudo muito fantástico (CHALITA, 2016, p. 78).

O então Pe. Jonas Abib havia iniciado em 1976 um trabalho de evangelização da juventude na cidade de Lorena (SP), conhecido como catecumenato, a pedido de Dom Antônio Afonso de Miranda. Em um retiro, em 1977, Abib sentiu a necessidade de convidar os jovens para uma experiência radical. Perguntou: “quem está disposto a dar um ano da sua vida para Jesus? Deixar sua casa, sua família, estudos, trabalhos e vir para a Canção Nova viver

um ano inteiro de formação para ser melhor a Deus? Só que é preciso permissão dos pais” (CHALITA, 2016, p. 245).

Onze jovens aceitaram o convite e se juntaram, já no início do ano seguinte, à Comunidade nascente. Oficialmente, a Canção Nova iniciou suas atividades em 2 de fevereiro de 1978. Era a nova proposta de vida comunitária, baseada em uma vivência parecida com a Igreja Primitiva - ou seja, indivíduos reclusos, distantes de suas famílias, dedicados exclusivamente aos estudos das Sagradas Escrituras e à oração. “Somos uma Comunidade [...] porque estamos unidos por aquilo que somos: somos Canção Nova, trazendo em nós o mesmo Dom e sendo destinados à mesma missão. São esses laços que nos ligam uns aos outros” (ABIB, 2015, p. 91).

A nova Comunidade era formada por homens e mulheres, casados e solteiros, todos morando sob o mesmo teto: uma novidade para a Igreja que, até aquele momento, possuía congregações masculinas e femininas e mantinha homens e mulheres distantes. Monsenhor Jonas relatou que, no início, enfrentou muita resistência voltada à nova abordagem religiosa que propunha: “[...] o fato de morar junto com rapazes e moças... foi um grande ‘bafafã’. Foram falar com Dom João, o bispo de nossa diocese na época. Disseram que dariam nove meses para nossas moças estarem de nenê no colo” (ABIB, 1999, p. 52).

Apesar da convivência próxima, os papéis de gênero são bem definidos na Canção Nova. Masculino e feminino são vistos como distintos: “os membros desses grupos [comunidades de vida] são forjados em uma espécie de consagração religiosa. [...] passam a compartilhar recursos financeiros, residem juntos – e são submetidos a uma disciplina moral rígida” (FILHO, 2010, p. 135). Nas palavras de ABIB (1999, p. 59), a Canção Nova:

[...] é a graça do masculino e do feminino vivendo juntos em sadia convivência. O que se passou em nossa convivência está se passando na grande Comunidade: muitas moças, e muitos rapazes, muitos padres, muitos casados o estão experimentando.

A primeira casa de missão fora da Diocese de Lorena foi instituída em 1989, em São Gonçalo dos Campos (BA) e a difusão da Canção Nova teve início: “a Comunidade [...] começou a ser conhecida pelos católicos em quase todo o território nacional, principalmente porque Monsenhor Jonas tornou-se um pregador renomado da RCC no Brasil” (FERREIRA, 2012, p. 40).

A difusão da Canção Nova foi impulsionada pela organização de retiros, encontros de

evangelização, formações espirituais, shows com bandas católicas e acampamentos, dentre outros. Eventos católicos com grande concentração de pessoas, para as quais a Comunidade procura “[...] comunicar Jesus Cristo e o dom da vida nova por Ele oferecido” (FERREIRA, 2012, p. 41).

A característica fundamental da Canção Nova é intimamente relacionada ao pentecostalismo católico: “somos Renovação Carismática Católica. Nascemos nela. Nela nos formamos. Com ela crescemos” (ABIB *apud* FERREIRA, 2012, p. 51). A Comunidade tem mais de 1 mil consagrados (leigos celibatários, casais, sacerdotes, religiosas e jovens) e possui casas e missões em 12 estados brasileiros, bem como fora do país - caso do Paraguai, Israel, França, Portugal e Itália. Além disso, “a identidade da Comunidade Canção Nova aponta para a novidade cristã e, conseqüentemente, a transformação do mundo: homens novos para um mundo novo” (FERREIRA, 2012a, p. 29).

Uma das críticas à Comunidade diz respeito ao conservadorismo (ou neoconservadorismo, na forma mais moderna), cujas influências “[...] se verificam também no projeto formativo da Canção Nova, enquanto preocupação de apregoar a moral católica, sem o devido cultivo do diálogo com a cultura contemporânea” (FERREIRA, 2012a, p. 91).

Além disso, na visão de Ferreira (2012a), há outro limite a ser superado na Canção Nova: a excessiva preocupação com a sexualidade. Haveria uma insistência com a moral sexual sob a categoria de pecado, numa postura sempre condenatória e incisiva que descaracterizaria os objetivos da evangelização:

Sem dúvida que a evangelização deverá iluminar, com os dados da fé, os comportamentos morais, incluindo aqueles ligados à sexualidade humana. Porém, é preciso insistir que “evangelizar significa não só ensinar uma doutrina, mas anunciar Jesus Cristo com palavras e ações, isto é, fazer-se instrumento da sua presença e ação no mundo (FERREIRA, 2012a, p. 72).

A comunidade de vida gerou o Sistema Canção Nova, formado por diferentes meios de comunicação (revista, rádio AM e FM – que totalizam 27 emissoras, tevê, portal, *webtv* e *mobile*). Um sistema que é “80% [...] completamente digitalizado e opera, por satélite, 24 horas por dia para todo o Brasil. A Rádio Canção Nova é geradora de programação para outras 191 emissoras” (FILHO, 2010, p. 142). Toda a rede é mantida pela Fundação João Paulo II, entidade sem fins lucrativos criada em 1982. A infraestrutura conta com 372 mil m², área cuja composição foi detalhada por SENNA (2011, p. 53):

Nela ficam o Centro de Evangelização Dom João Hipólito de Moraes, com capacidade para 70 mil pessoas; o Rincão O Meu Senhor, com capacidade para 4 mil pessoas; o Auditório São Paulo, para 700 pessoas; diversas capelas; posto médico; escola de ensino fundamental e médio; restaurantes; padaria; postos bancários; lojas de artigos religiosos; pousada; agência de turismo Obra de Maria; área de *camping*, prédios administrativos e obras sociais - além de terrenos e fazendas como a de Areias, SP, que abrigam obras sociais.

De acordo com Gasparetto (2009), o crescimento do Sistema Canção Nova se deve, em parte, à localização estratégica no Vale do Paraíba, em São Paulo, cuja força econômica se consolidou com o turismo religioso devido ao Santuário de Aparecida - que recebe mais de 14 milhões de visitantes ao ano. Pela proximidade, a Canção Nova se tornou parte do roteiro turístico das caravanas brasileiras e estrangeiras que passam pela região. Segundo Filho (2010), a estimativa é de que 600 mil pessoas visitam anualmente a Comunidade, vindas de vários locais do Brasil e do exterior.

Toda a estrutura da Canção Nova é mantida por duas formas de arrecadação. A primeira, são as doações feitas pelos quase 600 mil sócios colaboradores - que contribuem mensalmente. Em troca, os contribuintes recebem uma revista de conteúdo cristão com um boleto bancário para novas contribuições no mês seguinte. Conforme FILHO (2010, p. 67), “em 2007, a receita chegou a R\$ 127 milhões, arrecadados apenas com aquele expediente. Para tanto, o Sistema Canção Nova de comunicação mantém um agressivo programa de arrecadação, denominado Dai-me Almas”. Através do portal da *internet* é possível acompanhar a porcentagem de doação para cada mês, além de realizar o cadastro como “sócio evangelizador” e efetuar as doações via boleto, cartões de crédito e débito e depósito.

A segunda fonte de manutenção (que responde por cerca de R\$ 15 milhões anuais) são as parcerias com o Poder Público e a venda de produtos licenciados produzidos pelo Departamento de Audiovisual (DAVI) – que gera a maioria desses recursos. O DAVI, segundo SENNA (2011, p. 52):

[...] produz e comercializa produtos religiosos, como livros (mais de 1270 títulos sobre diversos temas, dentre eles: espiritualidade, autoajuda, família, orações, letras e partituras de músicas católicas, etc.), CDs e DVDs (em média são 445 títulos, todos de louvor, palestras sobre diversos temas religiosos e de relacionamento humano, shows de cantores católicos, etc.). Possui também uma central de atendimento telefônico, o *Call Center* - que recebe, em média, 120 mil chamadas mensais.

A Comunidade Canção Nova assimilou como missão ser “[...] uma companhia de pesca, em que todos os trabalhos convergem para um mesmo objetivo: realizar a evangelização integral pelos meios de comunicação de massa” (ABIB, 1999, p. 95). Essa missão é desenvolvida pelo Sistema Canção Nova, com seus diferentes aparatos tecnológicos que permitem a propagação da espiritualidade católica a partir da vertente pentecostal-carismática. No sistema, “[...] tudo é conduzido por uma ideia-força: restaurar o homem, filho de Deus, e devolver-lhe a forma original de Homem Novo à imagem de Jesus Cristo” (ABIB *apud* FERREIRA, 2012, p. 35).

3.4 A TV CANÇÃO NOVA E O JORNAL CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS

3.4.1 A TV Canção Nova

A primeira imagem da TV Canção Nova (a transmissão de uma missa) foi ao ar em 8 de dezembro de 1989, dia em que Pe. Jonas Abib completava 25 anos de sacerdócio. É uma data considerada especial para todo o catolicismo, pois marca a celebração pela Igreja do Dogma da Imaculada Conceição de Maria. Conforme GUIMARÃES (2010, p. 52):

[...] a TV Canção Nova surgiu como uma repetidora da TVE, TV Educativa do Rio de Janeiro, cujo sinal pegava nas cidades de Cachoeira Paulista, Canas e Lorena e em algumas partes da cidade de Guaratinguetá, todas cidades vizinhas. Em Cruzeiro, cidade que faz divisa com Cachoeira Paulista, só nas partes altas da cidade era possível sintonizar a TV, por conta dos morros que impediam uma transmissão total.

Localizada na cidade de Cachoeira Paulista (SP), a TV Canção Nova ocupa onze prédios diferentes, que são distribuídos pela chácara da Comunidade. O trabalho é dividido entre os setores gerenciais de Recursos Humanos, Administração, Jornalismo, Cenografia, Camarim/Figurino, Programação, Direção Artística, Infanto-juvenil, Dramaturgia, Projeto Dai-me Almas, Operacional, Engenharia Técnica, Companhia de Artes, Mídia, SMS/Novas Tecnologias, Transmissões e Filiais. Com 27 anos de história, a emissora acumula mais de 50 mil horas de imagens gravadas.

A maioria dos programas produzidos nos estúdios da TV Canção Nova são apresentados pelos missionários da Comunidade. Alguns exemplos são “O Amor Vencerá”, “Terço da Misericórdia”, “Terço Mariano” e “Santas Missas” - todos programas de evangelização direta, voltada à espiritualidade e às práticas devocionais católicas.

A TV Canção Nova é uma emissora religiosa, mas também submetida às leis da economia capitalista. Despontar na audiência exige investimento monetário. Do projeto “Dai-me Almas” (responsável pela arrecadação de novos recursos financeiros) surgiram três programas líderes de audiência: “Sorrindo para a Vida”, que vai ao ar nas manhãs de segunda a sexta-feira após a celebração da Missa; “Juntos Somos Mais”, programa de auditório no período vespertino e “Deus Proverá”, que conta os bastidores da Fundação João Paulo II e revela o desafio de manter a Canção Nova funcionando 24 horas por dia.

Outros programas de destaque são o “Direção Espiritual”, apresentado pelo Pe. Fabio de Melo, o “Escola da Fé” e o “Pergunte e Responderemos”, estes últimos apresentados pelo professor de física Felipe Aquino. Há programas infantis como o “Bem da Hora” e, para o público jovem, o “Revolução Jesus”. A RCC está presente no programa “Celebrando o Pentecostes” que, como relatou Guimarães (2014, p. 90), é “[...] produzido na cidade de São Paulo, e promove, todos os domingos, um momento de experiência com Deus pela efusão do Espírito Santo, característica marcante da RCC”.

Ao contrário das emissoras comerciais - cuja renda vem, em grande medida, de seus anunciantes - a TV Canção Nova não possui veiculação publicitária. A única publicidade feita é dos seus próprios produtos, livros, DVDs, CDs e as propagandas obrigatórias eleitorais e de campanhas do Governo Federal. Outra emissora que segue a mesma linha é a TV Imaculada Conceição, de Campo Grande (MS). Sobre estas emissoras, FILHO (2010, p. 41) observou que:

[...] entre as TVs católicas, apenas a Canção Nova e a Imaculada Conceição são mantidas exclusivamente por um sistema agressivo de arrecadação junto aos fiéis. Por isso, dispensam a venda de espaço publicitário - salvo, e não raras, as mercadorias ligadas às próprias comunidades religiosas: respectivamente a Fundação João Paulo II e a Fundação Padre Kolbe.

A cobertura do sinal da TV Canção Nova pode alcançar praticamente 100 milhões de pessoas, como observou FERREIRA (2012, p. 76):

Atualmente, a TV Canção Nova (TVCN) conta com seis geradoras instaladas em diversas cidades brasileiras. A TVCN atinge todo o território nacional brasileiro, com seu sinal, através de antenas parabólicas, duzentas operadoras de TV a cabo e quinhentas retransmissoras. O sinal da TVCN consegue ainda atingir o continente americano, a Europa, o norte da África, o Oriente Médio, o oeste da Ásia e a Oceania, através do sistema de satélites e TVs a cabo.

Segundo SENNA (2011, p. 53), a TV Canção Nova se tornou a “principal mediação técnica da evangelização neopentecostal católica do Brasil, isso porque, em dez anos, ela atingiu [...] uma média de 55 milhões de telespectadores”. A cobertura do sinal da emissora atinge boa parte do território nacional: “para termos uma ideia do seu alcance, por exemplo, a TVCN, somente no Brasil, já pode ser sintonizada por cem milhões de pessoas” (FERREIRA, 2012a, p. 53).

Desde o ano de 1999, a TV Canção Nova tem o projeto “Mãos que Evangelizam”, voltado às pessoas surdas para a sua evangelização e capacitação para a difusão da mensagem religiosa. Em parceria com a Pastoral dos Surdos da CNBB, o projeto oferece a interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da Santa Missa, “[...] atendimentos gratuitos de fonoaudiologia e promove a inclusão social, principalmente nos campos profissional e de educação” (FERREIRA, 2012, p. 82).

3.4.2 O Jornal Canção Nova Notícias

O departamento de Jornalismo da TV Canção Nova foi criado com a nacionalização da emissora, em 1997, e assumido pela mesma equipe de jornalistas da Rádio Canção Nova. Os primeiros telejornais eram praticamente só falados, sem imagens, pois não havia uma equipe para matérias externas. Por se tratar de uma emissora religiosa, a linha editorial assumiu também um compromisso com o catolicismo, na cobertura de fatos relacionados à Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo a jornalista ANA PAULA GUIMARÃES (2014, p. 163), “[...] além da verdade e do compromisso ético em fazer Jornalismo, assumimos a nossa missão de realizar um trabalho a favor da vida e da esperança”.

A Central de Jornalismo da TV Canção Nova foi inaugurada no ano de 2004, na cidade de Cachoeira Paulista (SP), e os profissionais de rádio, *internet* e tevê da emissora foram integrados em um mesmo espaço. A redação passou a receber materiais das sucursais nacionais de Sergipe, São Paulo, Brasília e Minas Gerais e no exterior, de Roma e da Terra Santa.

O telejornalismo da emissora produz programas como o “Repórter Canção Nova”, com matérias especiais e o “No Coração da Igreja”, com reportagens sobre a atuação da Igreja Católica em diferentes partes do mundo e as atividades do Papa. Também há um boletim diário, ao longo da programação, com *flashes* de notícias. Conforme Guimarães (2014, p. 156), “[...] nossos correspondentes internacionais, especialmente em Roma e na Terra Santa, trazem as notícias diárias sobre a vida da Igreja, principalmente da CNBB”.

Uma das produções de destaque do telejornalismo da Comunidade é o Canção Nova Notícias, objeto de pesquisa desta dissertação, exibido de segunda a sexta-feira a partir das 18h45 (17h45 no horário de Mato Grosso do Sul). Sua duração é de 45 minutos, divididos em quatro blocos apresentados pelos jornalistas Camila Morais e Reinaldo César - que também são os redatores do telejornal.

Além dos apresentadores, o jornal Canção Nova Notícias tem outras doze pessoas diretamente envolvidas em seu planejamento, produção e execução – todas funcionárias ou missionárias da Comunidade Canção Nova. O conteúdo que vai ao ar aborda temas do cotidiano (como economia, esporte, política e saúde), mas os que recebem maior cobertura são os assuntos relacionados à Igreja Católica – como atividades do Papa, pronunciamentos da CNBB, eventos católicos, turismo religioso e similares.

Segundo CÂNCIO (2005), um telejornal possui alguns elementos que o tornam diferenciado das outras programações. Começa com a escalada, quando são apresentadas as manchetes das principais notícias. O corpo do jornal é “[...] formado por notas ao vivo, notas cobertas, boletins ou *stand-up*, passagens de bloco, reportagens, notas retorno” (CÂNCIO, 2005, p. 41). Todos estes elementos estão presentes no Canção Nova Notícias, com a particularidade de que apresenta uma quantidade considerável de notas ao vivo e cobertas, além de matérias produzidas por agências de notícias, principalmente a Agência *Reuters*.

O formato do telejornal pode ter ainda outras características, que foram explicadas por CÂNCIO (2005, p. 42):

[...] a entrevista (de estúdio ou fora dela), a enquete (conjunto de entrevistas com populares sobre um determinado tema), os indicadores (gráficos com informações econômicas, meteorológicas), o comentário (de jornalista sobre um assunto específico) e o editorial (opinião da emissora sobre um tema).

O jornal *Canção Nova Notícias* utiliza todos esses elementos durante sua transmissão. Na escalada, apresenta os destaques do dia - geralmente relacionados à política, economia e notícias da Igreja. O primeiro bloco dura aproximadamente 29 minutos, distribuídos entre duas matérias mais longas, leitura de notas ao vivo e um “apelo” – quando um dos âncoras apresenta dados sobre o percentual de doação mensal para a Comunidade *Canção Nova*, convida o telespectador a colaborar e informa telefone e conta bancária. O segundo bloco é mais curto, dura em torno de 5 minutos, e tem maior frequência de notas ao vivo e cobertas, além dos indicadores sobre inflação e comportamento do mercado financeiro do dia, apresentados por um dos âncoras em um televisor de LED ao lado da bancada. O terceiro bloco segue o mesmo formato, com duração de 5 minutos e uso abundante de notas cobertas e ao vivo. A diferença com o bloco anterior é previsão do tempo para todas as regiões do país, feita com destaque às grandes cidades. O último bloco contém as reportagens especiais (geralmente duas, uma nacional e outra internacional, com duração de 4 minutos cada) e espaço para entrevistas sobre assuntos religiosos e/ou divulgação de congressos ou eventos católicos. O telejornal se encerra geralmente às 18h25 (horário de Mato Grosso do Sul). É importante ressaltar o uso de muitas matérias de agências de notícias, especialmente da Agência *Reuters* (empresa britânica de conteúdo multimídia) e da TV Vaticano (a emissora oficial da Santa Sé), além de imagens cedidas por emissoras seculares.

Figura 1 – Novo cenário do Jornal *Canção Nova Notícias*, 2016.



Foto: André Cunha (2016).

O cenário atual do Canção Nova Notícias (Figura 1) foi inaugurado em 2016, e apresenta três ambientes: espaço para entrevistas no estúdio, bancada de apresentação e tela para exibição de conteúdos gráficos e ilustrações. A abertura e a trilha sonora também foram alteradas.

A reunião de produção do telejornal envolve de editores a apresentadores e começa no período da tarde, depois do *flash* de notícias das 14 h. A equipe discute em conjunto os principais assuntos que receberão destaque durante a programação ao vivo. Depois de redigidos os textos que serão lidos no *teleprompter*, a diretoria executiva faz a revisão. A arte e a animação da previsão do tempo são feitas por uma empresa terceirizada.

Conforme o Superintendente do Departamento de Jornalismo da TV Canção Nova, o jornalista Raphael Leal, o telejornalismo da emissora está intimamente relacionado aos preceitos do catolicismo. Isto ocorre pela maior cobertura a eventos religiosos: “[...] nosso carro-chefe são as informações da nossa Igreja. A gente percebe que o nosso Jornalismo também realiza um trabalho catequético” (LEAL, 2016, *online*). Compartilhando da mesma opinião, a jornalista e apresentadora Camila Morais (2016, *online*) afirmou: “a gente se preocupa em dar a vida da Igreja, evangelizar através do telejornal. Então a gente faz um Jornalismo a serviço da vida e da esperança. Sempre buscando dar o lado bom de tudo”.

4 ANÁLISE DO *CORPUS*

4.1 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA: A ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise das matérias que serviram como *corpus* desta pesquisa foi feita por análise de conteúdo, conduzida pelo diálogo teórico entre os autores Heloiza Golbspan Herscovitz (2007) e Martin W. Bauer (2012), duas perspectivas complementares: a primeira com a melhor compreensão sobre como fazer uma pesquisa em Jornalismo (Herscovitz, 2007) e a segunda, com a abordagem do método de pesquisa com texto, imagem e som (BAUER, 2012).

HERSCOVITZ (2007, p. 126-127) definiu a análise de conteúdo como:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre os conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem e frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destinam).

Foram recolhidas 26 matérias veiculadas pela TV Canção Nova, em amostra não aleatória – pois foi estipulado o recorte temporal entre os anos de 2013-2016 e a seleção exclusiva de materiais veiculados no jornal Canção Nova Notícias referentes à cobertura de temas ligados à população LGBT. As matérias foram enquadradas de acordo com os assuntos de maior incidência, que foram: casamento civil igualitário, lei contra a homofobia, ideologia de gênero e eventos da Igreja.

A análise quantitativa foi realizada pela contabilização das unidades de registro das terminologias que foram empregadas em referência às pessoas LGBT e das fontes a favor, contra e neutras ao grupo. Por fontes a favor, compreende-se às sonoras daqueles que defenderam os projetos ou temas que estavam sendo discutidos e que favoreciam à população LGBT, como a defesa da criminalização da homofobia, do casamento igualitário, e dos planos de educação que contemplem a diversidade sexual e identidade de gênero. Fontes contra são aquelas que se opuseram, categoricamente, a estes projetos ou temas.

Já fontes neutras, entende-se aquelas que não rechaçaram a comunidade LGBT e nem a defenderam, mas que respondiam a questões secundárias das matérias. Sobre estas, é preciso fazer uma ressalva, o termo “neutro” é problemático porque, como costumava dizer FERNANDES, (1986): “não existe neutralidade possível: [...] deve-se optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”, sob este viés, esses agentes convidados a participar não agiram com neutralidade (como sinônimo de imparcialidade), mas, em muitos casos, atuavam para reforçar os valores tradicionais (o que deixava na invisibilidade a minoria sexual em questão). É preciso ter esta perspectiva em mente quando o trabalho apresenta estas fontes classificadas como “neutras”, ou seja, não no sentido original da palavra.

Para a análise qualitativa, as matérias foram avaliadas como um todo e extraídos *frames* das reportagens para gerar imagens de apoio à compreensão de como as fontes foram representadas no telejornal – com a consideração do contexto (conflito por legitimidade e hegemonia entre grupos conservadores e progressistas sobre as políticas LGBT) e do meio em que estas disputas simbólicas aconteceram (a TV Canção Nova, uma emissora de segmentação católica).

Segundo BAUER (2012, p. 203), “a maioria das AC [análises de conteúdo] opera com muitos códigos. A construção de um referencial de codificação, ou sistema de categorias, é um tema teórico que está relacionado com o valor estético da pesquisa”. Por conseguinte, os referenciais de codificação já foram definidos nos primeiros capítulos desta dissertação e dizem respeito aos conceitos de “gênero, sexualidade, identidade e diferença”.

A partir do argumento de HERSCOVITZ (2007, p. 132), de que “o processo de conceituação precede o de classificação de conteúdo”, acredita-se que conceituar de forma precisa e com profundo embasamento teórico as noções no campo da sexualidade (a identidade de gênero) e no campo da representação (o conceito de diferença) seja fundamental para a clareza da proposta de análise.

A fundamentação teórica utilizada para analisar gênero e sexualidade nesta dissertação foi a Teoria *Queer*: dela, surgiram as unidades de registro postas em relação, são elas: “homossexualismo/homossexualidade”, “identidade de gênero/ideologia de gênero”, “opção sexual/orientação sexual”, busca-se investigar como foi realizada a cobertura midiática pelo jornal Canção Nova Notícias no que se refere à escolha desses termos. Já a análise da representação da “identidade legitimadora e da diferença” se desenvolveu com o respaldo teórico dos Estudos Culturais, que auxiliaram na compreensão da maneira como são retratados os atores sociais envolvidos nas discussões pró e contra as causas LGBT.

4.1.1 Percurso da Pesquisa

A análise realizada neste estudo partiu da indagação: “como o jornal Canção Nova Notícias representou as fontes convocadas para opinar em matérias que envolveram a população LGBT?” Para a resposta, partiu-se da hipótese de que a TV Canção Nova, por ser uma emissora de tevê religiosa (a serviço da Igreja Católica, uma instituição de 2 mil anos cuja posição oficial rechaça as práticas de pessoas LGBT), reproduziu em sua abordagem jornalística o discurso eclesial, com a cobertura negativa das questões LGBT - pautada por postura homofóbica, fundamentalista e estereotipada.

O *corpus* de análise deste estudo foi composto por matérias jornalísticas disponibilizadas no canal oficial do *Youtube* da TV Canção Nova, veiculadas pelo jornal Canção Nova Notícias entre janeiro de 2013 a dezembro de 2016 e que apresentaram em seus títulos alguma referência direta ou indireta à população LGBT. O canal disponibilizava, no momento da análise, 2.476 vídeos no recorte temporal selecionado. Desse universo, foram selecionadas apenas as matérias que continham em seus títulos palavras diretas como “homossexuais” e “ideologia de gênero” e expressões indiretas, a exemplo de “família natural” e “plano de educação”, sobre as quais foi possível supor menção implícita aos LGBT. Foram identificadas 26 matérias com alusão ao público de interesse (LGBT), todas com referência a gênero, sexualidade ou constituição tradicional de família.

A primeira análise do *corpus* foi sobre o formato das matérias, em que cada material coletado foi identificado como nota, reportagem, coletiva de imprensa ou entrevista, dentre outros. Também foi investigada a localidade, isto é, a região de procedência dos materiais produzidos: regionais (sobre uma cidade ou estado específico), nacionais (com abrangência para todo território brasileiro, cuja pauta é de interesse de todos os brasileiros) ou internacionais (matérias produzidas no exterior).

Também foi elaborado um compêndio descritivo, isto é, uma síntese contendo o tempo das matérias, o nome do repórter, as fontes ouvidas, o contexto (relato breve sobre o tema e trechos em destaque), a transcrição literal de algumas das falas em que surgiram, as terminologias contabilizadas e o posicionamento das fontes (a favor, contra ou neutras). A transcrição integral das matérias não foi realizada por uma questão de praticidade: a seleção de algumas frases se mostrou suficiente para o dimensionamento das análises pretendidas nesta pesquisa.

Quanto às inferências, determinados temas surgiram com maior evidência nas matérias coletadas, alguns assuntos se repetiram e determinadas coberturas foram privilegiadas – caso das que trataram sobre os planos de educação, que receberam maior empenho de produção jornalística. Diante disso, estes temas que pautaram a produção jornalística da emissora puderam ser distribuídos em quatro categorias (ou eixos temáticos): casamento igualitário, lei contra a homofobia, ideologia de gênero e eventos da Igreja.

“Casamento igualitário” comportou matérias sobre a união entre pessoas do mesmo sexo. “Lei contra homofobia” concentrou principalmente as produções sobre o reconhecimento legal da homofobia como crime. “Ideologia de gênero” reuniu, com maior destaque, as matérias sobre a inclusão da identidade de gênero nas matrizes curriculares escolares. “Eventos da Igreja” contemplou matérias construídas com base em acontecimentos voltados ao universo religioso, como nas discussões ocorridas durante o período do Sínodo das Famílias e coletiva de imprensa.

Inicialmente, a pesquisa seria realizada entre os anos de 2015 a 2016, período em que o Plano Nacional de Educação passou a ser discutido e a identidade de gênero entrou no cenário político. Foram as discussões travadas no Congresso Nacional entre grupos conservadores e progressistas que despertaram o interesse de desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, devido ao pouco material encontrado, foi necessário ampliar o recorte para um período maior, que resultou na inclusão dos anos de 2013 e 2014. Assim, outros temas relacionados ao universo LGBT apareceram na cobertura jornalística da TV Canção Nova, tais como homofobia e casamento civil igualitário.

Nos últimos anos, a cobertura midiática, de modo geral, das pautas ligadas aos LGBT foi ampliada para além daquelas realizadas tradicionalmente todo ano – a exemplo da Parada LGBT de São Paulo. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo e também ocorreram debates sobre a criminalização da homofobia. Mas para não estender muito a pesquisa, foi estabelecido o quadriênio entre 2013 a 2016 – em que outros temas também ligados à *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais foram enfatizados nos noticiários.

Em 2013, por exemplo, o STF determinou que todos os cartórios do Brasil passassem a converter as uniões estáveis (uma conquista de 2011) em casamentos, equiparando nas mesmas condições e direitos, com os casamentos constituídos entre um homem e uma mulher. Depois, houve a discussão dos planos de educação – com a proposta de inclusão da temática da identidade de gênero e da homofobia nas escolas – em debates que aconteceram nos anos de 2014 (âmbito nacional) e 2015 (âmbito estadual e municipal). Neste mesmo período, a

Igreja Católica realizou os Sínodos da Família (o primeiro em 2014 e o segundo em 2015), em Roma – ocasião em que o tema da homossexualidade ganhou destaque.

Estabelecido o período e identificadas/classificadas as matérias sobre LGBT para o *corpus* do estudo, foi analisada a forma de representação das fontes jornalísticas nas reportagens selecionadas. Para isso, foram considerados dois aspectos fundamentais: o conceito de representação e o de fontes jornalísticas. Começando pelo último, foram contabilizadas as opiniões (a partir das sonoras das matérias) dos que falaram a favor, contra ou de maneira neutra sobre demandas da minoria LGBT. Depois, foi realizado um mapeamento do perfil destas fontes - quais posições sociais ocupam – orientado pela maneira com a qual foram creditadas nas matérias.

O levantamento das terminologias referentes à população LGBT foi realizado pela seleção das expressões já popularmente difundidas “homossexualismo”, “ideologia de gênero” e “opção sexual”, que deveriam ser substituídas por termos considerados mais adequados – “homossexualidade”, “identidade de gênero” e “orientação sexual”, segundo sugestão proposta pelo Manual de Comunicação LGBT (ABLGTT, 2010). A análise verificou se as matérias fizeram uso de uma quantidade maior de expressões positivas (cobertura jornalística que respeita a dignidade LGBT) ou negativas (cobertura estereotipada). A contabilização abrangeu todos os falantes identificados nos materiais e incluiu a cabeça do(a) âncora, o *off*, as sonoras, a passagem e a nota retorno.

Por último, foi analisada a construção da representação a partir do eixo temático “Ideologia de Gênero”, categoria que apresentou relativo equilíbrio entre as fontes pró, contra e neutras às temáticas LGBT no *corpus* pesquisado. Para tanto, os Estudos Culturais ofereceram a fundamentação de análise. Selecionou-se imagens extraídas de matérias distintas – nacional, regional e internacional – para demonstrar como os grupos conflitantes (LGBT x religiosos) foram retratados no decorrer das matérias, ajudando a identificar os contornos demarcadores de fronteiras (marcações simbólicas), a classificação, a normalização e a entender quem são os incluídos e os excluídos.

4.1.2 Formato e Localidade das Matérias

Para a classificação das matérias, utilizou-se a conceituação apresentada por Câncio (2005) em sua explicação sobre o modelo de se fazer telejornal, que pode estar estruturado da seguinte forma:

A *nota ao vivo* é uma informação lida pelo apresentador sem imagens. A *nota coberta* é também uma informação lida pelo apresentador, mas com imagens referentes àquele assunto. [...] A *reportagem* é o formato informativo mais completo do telejornal tem texto, imagens, presença do apresentador, do repórter e dos entrevistados. Começa pela “*cabeça da matéria*”, uma informação inicial que serve para apresentar o material gravado pelo repórter. A cabeça da matéria, no telejornalismo, compara-se ao lead no jornalismo impresso. Na sequência, vem o “*off*”, que é o texto regido e gravado pelo repórter e editado com imagens feitas pelo cinegrafista. A “*passagem*” é a parte da reportagem em que o repórter aparece na matéria incluindo mais informações. A reportagem televisiva completa-se com as “*sonoras*”, que são os depoimentos dos entrevistados. É o momento em que as fontes surgem na matéria. O telejornal também pode apresentar a “*nota retorno ou é da matéria*”, que é um texto lido pelo apresentador logo depois que a reportagem termina (CÂNCIO, 2005, p. 41-42).

Considerando os formatos das notícias descritas acima, as 26 matérias analisadas nesta dissertação podem ser classificadas conforme a Tabela 1, em sequência.

Tabela 1 – Formato das matérias - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

Reportagem	Entrevista	Coletiva de imprensa	Nota coberta	Boletim	Comentário
20	2	1	1	1	1
Total					26

Fonte: O autor (2017).

O formato Reportagem foi predominante, com 20 matérias, seguido de Coletiva de Imprensa, com 2. O restante teve 1 produção cada, o que mostra que temas relacionados a gênero e sexualidade foram cobertos de modo mais aprofundado, com diferentes fontes, passagens dos repórteres e maior tempo de divulgação. A liderança do formato “reportagem” demonstra que temas relacionados a gênero e sexualidade tiveram uma cobertura aprofundada, apresentando elementos que enriqueceram o conteúdo jornalístico, com levantamento de dados, entrevistas com diferentes fontes, e análise mais detalhada dos acontecimentos. Já a localidade (nacional, internacional ou regional) de produção das matérias a partir dos eixos temáticos se encontra compilada na Tabela 2:

Tabela 2 – Procedência das matérias subdivididas por eixo temático - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

Localidade	Casamento igualitário	Lei contra homofobia	Ideologia de gênero	Eventos da Igreja	Total
Nacional	2	2	7	1	12
Internacional	2	1	3	3	9
Regional	-	-	5	-	5
Total	4	3	15	4	26

Fonte: O autor (2017).

As matérias de caráter nacional receberam a maioria das produções (12), seguidas pelas matérias internacionais (9) e regionais (5). No eixo temático “Casamento Igualitário”, houve equilíbrio entre produções nacionais (2) e internacionais (2). No eixo “Lei contra Homofobia”, foram produzidas matérias nacionais (2) e internacional (1). “Ideologia de Gênero”, eixo de maior produção de material jornalístico no *corpus*, constaram matérias nacionais (7), internacionais (3) e regionais (5). Foi também a única categoria para a qual foram produzidas matérias específicas para algumas regiões (Sergipe, São Paulo e Distrito Federal). Já em “Eventos da Igreja”, foram produzidas matérias internacionais (3) e nacional (1).

4.2. COMPÊNDIO DESCRITIVO DAS MATÉRIAS

Tabela 3 – Quantidade de matérias por eixo temático conforme o ano de produção - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

Período	Casamento igualitário	Lei contra Homofobia	Ideologia de gênero	Eventos da Igreja	Total
2013	3	2	1	0	6
2014	1	1	5	1	8
2015	-	-	6	3	9
2016	-	-	3	0	3
Total	4	3	15	4	26

Fonte: O autor (2017).

Conforme apresentado na Tabela 3, em 2013 o Jornal Canção Nova produziu matérias (6) referentes à população LGBT nos temas “casamento igualitário” (2), “Lei contra a Homofobia” (2) e “Ideologia de gênero” (1), e não cobriu nenhum “Evento da Igreja”. Em 2014 houve aumento na quantidade de matérias, mas os temas ficaram mais específicos: foi dado destaque à “Ideologia de Gênero” (5), que recebeu cobertura jornalística expressiva se comparada às demais. Produziu-se ainda matérias sobre “Lei contra a Homofobia” (1) e “Eventos da Igreja” identificou-se a elaboração de notícias (2). Em 2015, novo crescimento na produção jornalística acompanhado da falta de diversificação nos temas abordados. Mais uma vez, teve destaque a quantidade de matérias produzidas no eixo “Ideologia de Gênero” (6), seguido pelo eixo “Eventos da Igreja” (3), totalizando 9 matérias naquele período. Em 2016, declínio na produção jornalística sobre a população LGBT: foram realizadas apenas 3 matérias durante todo o ano, que trataram dos temas “Ideologia de Gênero” (2) e cobriram um acontecimento ligado ao catolicismo na categoria “Eventos da Igreja” (1).

O compêndio descritivo das 26 matérias (com título, data de veiculação, nome do repórter, tempo de duração e fontes consultadas) estão organizados nos quadros 1 a 26, em sequência. As informações contidas nesses quadros serviram para a análise do perfil das fontes e a transcrição de alguns dos trechos pontuais das matérias foram utilizadas para a análise das terminologias.

Quadro 1 – Matéria 1, Casamento Civil Homossexual - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: jurista fala sobre casamento civil homossexual - 14/05/13
<p>Tempo: 3'15''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues</p> <p>Fontes ouvidas:</p> <p>Contra: Dr. Roberval Belinati, Desembargador de Justiça do Distrito Federal (DF).</p> <p>Contexto: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na terça-feira, 14 de maio, que os cartórios de todo o País terão que realizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Os cartórios também poderão converter a “união homoafetiva estável” em casamento. Assim que for publicada no Diário de Justiça, a nova regra entrará em vigor.</p> <p>Trechos em destaque: o desembargador quis frisar que a resolução poderia “[...] causar polêmica” e que qualquer pessoa do povo, ou entidade, poderia questionar a medida no Supremo por meio de um Mandato de Segurança. Na opinião do desembargador, é atribuição do Congresso definir leis específicas sobre o tema e não do STF, por meio de uma resolução. “Eu penso que, como a resolução não é lei, é um ato normativo que tem que estar subordinado a uma lei. Essa obrigatoriedade vai causar polêmica e penso que poderá, essa questão, ser questionada no Supremo Tribunal Federal”.</p> <p>“Agora, com o casamento civil muda para casado, né? Então, o homem passa a ser casado com outro homem; a mulher, casada com outra mulher. Muda a situação completamente”.</p>

Quadro 2 – Matéria 2, Franceses Contra a União Homossexual - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Franceses protestam contra união homossexual - 27/05/13
<p>Tempo: 1'26''</p> <p>Repórter: Adelita Stoebel.</p> <p>Fontes ouvidas:</p> <p>Contra: uma mulher que não foi creditada na matéria.</p> <p>Contexto: protesto na França contra lei que regulamenta a união homoafetiva. Segundo a polícia, 150 mil pessoas participaram. Para os organizadores, quase 1 milhão de pessoas foram às ruas para protestar.</p> <p>Trechos em destaque: na cabeça da matéria, a âncora ressaltou que “em Paris, houve uma grande manifestação para defender a família constituída por pai, mãe e filhos”. A fonte ouvida reforçou o argumento quando disse: “estamos aqui para defender o matrimônio porque acreditamos que uma criança precisa de uma mãe e de um pai para crescer. E que isso é importante para que eles cresçam normalmente”.</p> <p>Off: “com bandeiras e cartazes azuis e rosas nas mãos, afirmavam ser contra o casamento <i>gay</i>”.</p>

Quadro 3 – Matéria 3, União Homossexual na França - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Opinião - União homossexual na França - 27/05/13
<p>Tempo: 2'12''</p> <p>Comentarista: Pe. Roger Araújo.</p> <p>Contexto: um padre católico dá sua opinião contrária ao casamento homoafetivo.</p> <p>Trechos em destaque: o padre mencionou que “[...] todos são a favor dos direitos das minorias, e contra a toda forma de preconceito”. Porém, em seguida, disse que “[...] existem valores que não podem ser desmoralizados ou ignorados em nome de qualquer grupo ou comportamento”.</p>

Quadro 4 – Matéria 4, Projeto Sobre Homofobia é Retirado de Pauta - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Projeto sobre homofobia é retirado de pauta - 20/11/13
<p>Tempo: 55''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues.</p> <p>Fonte: nenhuma.</p> <p>Contexto: o Projeto de Lei complementar que criminaliza a homofobia foi retirado da pauta de quarta-feira, 20 de novembro, na Comissão de Direitos Humanos do Senado.</p> <p>Trechos em destaque: há apenas passagem do repórter, que de início ressaltou que a sala da comissão estava “[...] repleta de instituições religiosas e de igrejas”. Ainda na fala do repórter, os membros de um movimento chamado Pró-Vida, “[...] argumentam que há pontos no projeto que ainda não estão claros, como a proibição de manifestações homossexuais durante celebrações religiosas”.</p>

Quadro 5 – Matéria 5, Projeto de Lei que Criminaliza a Homofobia Deve ser Votado na Próxima Semana - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Projeto de lei que criminaliza homofobia deve ser votado na próxima semana - 03/12/13
<p>Tempo: 1'53''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues.</p> <p>Fontes contra: Pe. Paulo Ricardo, Arquidiocese de Cuiabá; Paulo Fernando de Melo, advogado especialista em Direito Constitucional.</p> <p>Contexto: o Projeto de Lei (PL) n. 122, que criminaliza a homofobia, foi retirado da pauta do Senado e deve ser votado na semana que vem. Os debates sobre o tema continuam.</p> <p>Trechos em destaque: o <i>off</i> do repórter teve a menção de que o perigo do projeto estaria no “estímulo ao <i>homossexualismo [sic]</i> e também na denominação da identidade de gênero” (46''). Na fala do padre surgiu, pela primeira vez, a expressão “ideologia de gênero” (1'04''). A outra fonte ouvida também fez críticas sobre a forma como o projeto foi votado, “[...] numa quinta-feira à noite, sem que houvesse uma maior discussão por parte dos deputados. Ou seja, a comunidade católica e evangélica foi pega de surpresa” (1'35'').</p>

Quadro 6 – Matéria 6, Polêmica – Plano Nacional de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Polêmica - Plano Nacional de Educação – 11/12/13
<p>Tempo: 2'34</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues.</p> <p>Fontes contra: Pe. Vladimir Porreca, Assistente da Comissão para a Vida e Família/ CNBB, Sen. Álvaro Dias (PSDB/PR) e relator da proposta.</p> <p>Contexto: está prevista para quarta-feira, 11 de dezembro, a votação do Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. Mas uma proposta aparentemente simples está causando muita polêmica.</p> <p>Trechos em destaque: a reportagem teve início com o off falando sobre as orações realizadas durante a votação do projeto, tendo como imagens de apoio os rosários. Os símbolos religiosos são marcadores da identidade cristã, que os diferenciam dos “outros” (LGBT). Já na passagem do repórter, ele mencionou que havia uma tensão entre religiosos e parlamentares, por causa da “ideologia de gênero”. Em seguida, foi ouvida a primeira fonte contrária, um representante da CNBB, seguida pela fala do senador do PSDB, que também citou a expressão “ideologia de gênero”.</p>

Quadro 7 – Matéria 7, Disque Câmara Bate Recorde de Ligações contra PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Disque Câmara bate recorde de ligações contra PNE - 26/03/2014
<p>Tempo: 1'32''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues e Wemelson Soares.</p> <p>Fonte contra: Dep. Marcos Rogério, PDT/RO.</p> <p>Contexto: o número de ligações para o Disque Câmara sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) bateu recorde este ano. O 0800 da casa registrou mais de 1.300 participações.</p> <p>Trechos em destaque: o <i>off</i> ressaltou que as linhas telefônicas da Central de Atendimento da Câmara ficaram congestionadas devido ao volume de ligações contrárias ao projeto. Em sua passagem, o repórter afirmou que o foco principal da discussão foi desviado para a “ideologia de gênero” (40''). Ao dar receber voz, o Dep. Marcos Rogério disse que “[...] uma coisa é você respeitar, outra coisa é levar para a escola e estimular. Acho que aí é ir longe demais” (1'11'').</p>

Quadro 8 – Matéria 8, Ideologia de Gênero Causa Polêmica em Votação do PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Ideologia de gênero causa polêmica em votação do PNE - 02/04/2014
<p>Tempo: 1'56''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues e Wemelson Soares.</p> <p>Fontes contra: Dep. Marcos Rogério, PDT/RO, Dep. Paulo Freire, PR/SP.</p> <p>Fontes a favor: Dep. Margarida Salomão (PT/MG), Dep. Jean Wyllys (PSOL/RJ), Dep. Angelo Vanhoni (PT/PR).</p> <p>Contexto: a Câmara dos Deputados voltou a discutir nesta quarta-feira, 2, o Plano Nacional de Educação. Novamente, a polêmica foi em torno da ideologia de gênero.</p> <p>Trechos em destaque: na cabeça da reportagem, a âncora introduziu a expressão “ideologia de gênero” (08'') e mencionou uma polêmica na Câmara dos Deputados por causa desse tema. Já no <i>off</i> do repórter, a expressão “ideologia de gênero” (13'') retornou, com imagens de apoio de um cartaz que dizia “educação sim, gênero não” (14''). As mãos de uma pessoa segurando um rosário também apareceram em cena (18'').</p> <p>O Dep. Marcos Rogério fez uma crítica e disse que o projeto teria por pretensão “[...] patrocinar a promoção de práticas como meta do Plano Nacional de Educação”.</p> <p>O Dep. Jean Wyllys falou da necessidade de preservar a laicidade do Estado e que “[...] dogmas religiosos não devem ditar políticas públicas” (1'05''). Mas Wyllys foi rebatido pelo Dep. Paulo Freire, que salientou que “[...] as igrejas merecem respeito” (1'19) – e foi ovacionado logo em seguida.</p>

Quadro 9 – Matéria 9, Ideologia de Gênero é Retirada do Plano Nacional de Educação - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Ideologia de gênero é retirada do Plano Nacional de Educação - 23/04/2014
<p>Tempo: 2'13''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues e Wemelson Soares.</p> <p>Fontes a favor: Dep. Angelo Vanhoni (PT/PR)</p> <p>Contra: Dep. Eros Biondini (PTB/MG); Francisco Deymis, estudante; Felipe Nery, representante do Instituto Superior de Educação de SP.</p> <p>Contexto: depois de muita pressão, a ideologia de gênero foi retirada do Plano Nacional de Educação nesta terça-feira, 22.</p> <p>Trechos em destaque: o âncora chamou a reportagem dizendo que a “ideologia de gênero” (01'') fora retirada do PNE, graças à pressão para esse fim. No <i>off</i>, o repórter definiu a ideologia de gênero como: “[...] o conceito seria adotado nas escolas, ensinando as crianças que é possível optar em ser homem ou mulher” (24'').</p> <p>A única voz contrária foi a do Dep. Angelo Vanhoni, que falou sobre “[...] a educação para a construção de uma sociedade diferente, sobretudo no combate ao preconceito”. Mas foi rebatido pelas fontes que o sucederam: Eros Biondini disse que “a família, podemos dizer, teve uma grande vitória hoje aqui no Congresso Nacional [...] na aprovação do Plano Nacional de Educação, retirando a ideologia de gênero [...]” (49''). Na fala de um estudante, ele afirmou: “[...] a gente é muito hostilizado, é taxado como fundamentalista, intolerante. Mas a gente sabe que... a gente <i>tá [sic]</i> a favor da verdade, né? Da família” (1'36''). A outra fonte ouvida, Felipe Nery, disse que foi feito um trabalho de “catequese” (1'56'') com os deputados.</p>

Quadro 10 – Matéria 10, Comissão da Câmara Retira Ideologia de Gênero do PNE - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Comissão da Câmara retira ideologia de gênero do PNE - 06/05/2014
<p>Tempo: 2'24''</p> <p>Repórter: Felipe Rodrigues e Ersomar Ribeiro.</p> <p>Fonte a favor: Dep. Ângelo Vanhoni (PT/PR).</p> <p>Contra: Dep. Izalci Lucas (PSDB/DF), Dep. Eros Biondini (PTB/MG);</p> <p>Contexto: a ideologia de gênero voltou a ser debatida no Plano Nacional de Educação. Mas o texto saiu definitivamente do projeto nesta terça-feira, 6, na comissão especial.</p> <p>Trechos em destaque: âncora iniciou sua fala citando a “ideologia de gênero” (01’). A expressão se repetiu mais três vezes entre as falas do repórter e das fontes (25’’, 1’44’’, 1’59’’), além da variação “ideologia” Ao final da matéria, Felipe Neri ressaltou o argumento naturalista que justifica o posicionamento contrário aos LGBT: “o viés que <i>tá [sic]</i> sendo tratado dentro desse projeto é desconsiderar um dado biológico, que existe homem e mulher, que há diferenças sexuais. E de que a família, como é conhecida - a família natural - ela, por si só, seria uma discriminação” (2’01’’).</p>

Quadro 11 – Matéria 11, Ideologia de Gênero é Tema de Debate em Assembleia no Paraguai - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Ideologia de gênero é tema de debate em Assembleia no Paraguai - 03/06/2015
<p>Tempo: 1’57’’</p> <p>Repórter: Raphael Leal e Leandro Brombini.</p> <p>Fontes contrárias: Dom Pastor Cuquejo, Arcebispo de Assunção, Paraguai.</p> <p>Contexto: trinta e cinco países estão reunidos no Paraguai para debater diversos temas que podem se tornar lei no continente americano. Um dos assuntos é a ideologia de gênero, que no Brasil foi retirada recentemente do Plano Nacional de Educação - mas que pode retornar ao Congresso Nacional em outro Projeto de Lei.</p> <p>Trechos em destaque: o <i>off</i> relatou que o evento paraguaio foi constituído por representantes de movimentos pró-vida, padres e pastores evangélicos, que manifestaram opinião contrária a Convenção Interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância, onde se incluiu a “identidade de gênero” – que foi chamada de “ideologia de gênero” pela matéria (1’01’’) - e a Convenção Interamericana sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, que inclui a legalização do aborto.</p> <p>Em sua fala, que foi traduzida pelo repórter, o Arcebispo declarou que “Cristo nos disse no Evangelho da Eucaristia desta noite, ‘Eu venci o mundo’. Cremos que o Paraguai pode ser o lugar onde Cristo vença uma vez mais as forças que vão contra a família e a vida” (1’22’’). A única fonte que se posicionou foi essa autoridade religiosa.</p>

Quadro 12 – Matéria 12, Italianos Fazem Manifestação em Defesa da Família Natural -
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Italianos fazem manifestação em defesa da família natural - 24/07/2014
<p>Repórter: Danusa Rego e Frederico Oliveira</p> <p>Tempo: 2'56''</p> <p>Fontes contra: Luca Roncella, universitário; Maria Cristina Maculani, professora; Filippo Savarese, estudante de direito.</p> <p>Contexto: um movimento pela família chamado de “Manifestação por todos” realizou um evento, na Itália, para demonstrar que defender a família natural, formada por pai, mãe e filhos não é homofobia. Essa ação específica, em Roma, foi para denunciar o perigo das leis que tratam de homofobia e de união civil entre pessoas do mesmo sexo.</p> <p>Trechos em destaque: o âncora afirmou na cabeça da matéria que “[...] defender a família natural, formada por pai, mãe e filhos, não é homofobia”. (01’’).</p> <p>No <i>off</i>, a repórter disse que “cada criança tem o direito de ter uma mãe e um pai” e que a “familifobia” estaria ameaçando a sociedade contemporânea” (29’’). As imagens retrataram o ato do grupo, com representantes simbolicamente amordaçados como forma de protesto.</p> <p>A fala de Maria Cristina foi de que “[...] a família é composta por um homem e uma mulher, que geram filhos” (1’42’’). Em seguida, na passagem, a repórter disse: “[...] a homofobia, inserida na constituição italiana e de outros países, pode se tornar um instrumento ideológico para silenciar e amedrontar as pessoas que são contra o casamento homossexual e contra a adoção de crianças por parte de casais do mesmo sexo”. (2’19’’). Filippo Savarese falou em dois momentos diferentes na matéria, nos quais seguiu a mesma linha de raciocínio dos anteriores: “a família dá vida e salva a sociedade, defendê-la, portanto, não pode ser homofobia”.</p>

Quadro 13 – Matéria 13, Vereadores são Contra Termo Gênero de PME - Jornal Canção
Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Vereadores são contra termo “Gênero” de PME de São Paulo - 26/08/2014
<p>Tempo: 3’01’’</p> <p>Repórter: Sidinei Fernandes.</p> <p>Fontes contra: Gervásio Rodrigues, pai de Guilherme e técnico em eletrônica; Cristina Rodrigues, mãe de Guilherme e professora; Guilherme, criança; Felipe Aquino, professor e escritor; Raiane Oliveira, dona de casa; Felipe Nery, professor e organizador do ato em defesa da família e Ver. Eduardo Tuma (PSDB).</p> <p>A favor: Vanessa de Sousa, auxiliar de produção; Keli Reis, auxiliar de logística; Ver. Toninho Vespoli (PSOL, relator do Plano Municipal de Educação).</p> <p>Contexto: o Plano Municipal de Educação (PME) sem o termo gênero. 42 dos 44 vereadores de São Paulo votaram contra o termo, após manifestação nas ruas.</p> <p>Trechos em destaque: o repórter iniciou a reportagem descrevendo o modelo tradicional de família. Disse, no <i>off</i>, “um homem seguro que dá a educação de seu filho” e “uma mulher, mãe e professora, ciente de sua responsabilidade”; “A escola tem que ensinar matemática, português, é ... ciências, mas não educação sexual, ” disse Cristina Rodrigues; “Estão criando famílias alternativas que não é <i>[sic]</i> a família de Deus”, disse Felipe Aquino.; “Claro, nenhuma mãe quer que um filho ou uma filha siga esse caminho. Mas se eles <i>quer [sic]</i>, vai fazer o quê? ”, questionou Vanessa de Sousa, auxiliar de produção; “A questão do gênero é importante contra a questão do <i>bullying</i> que essas crianças não podem ficar... a escola é um espaço gostoso para ter conhecimento, para ter interação social”, afirmou o Ver. Toninho Vespoli (PSOL, relator do Plano Municipal de Educação) e “estabelecer nas nossas escolas o ensino religioso. Se a família é forte, o tecido social, a sociedade é forte. Se ela começa a ser enfraquecida, desconstruída como querem aqueles que defendem a ideologia de gênero, a nossa sociedade vai ruir, vai falir”, disse o Ver. Eduardo Tuma (PSDB).</p>

Quadro 14 – Matéria 14, União Homoafetiva Ganha Destaque no 4º Dia de Sínodo em Roma
- Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: União homoafetiva ganha destaque no 4º dia de Sínodo em Roma - 09/10/2014
<p>Tempo: 3'09''</p> <p>Repórter: Danusa Rego, Frederico Oliveira e Wagner Ponciano.</p> <p>Fontes contra: Cardeal Damasceno Assis, Pres. Delegado do Sínodo/Presidente CNBB; Cardeal Orani Tempesta, Arcebispo, RJ; Hermelinda Zamperlini, dentista; Arturo Zamperlini, engenheiro.</p> <p>Contexto: a união homoafetiva e a admissão de sacramentos a casais separados estão entre os temas discutidos pelos cardeais reunidos em Assembleia do Sínodo sobre as Famílias. Nesta quinta-feira, 9, dia de muitas atividades, também estava em pauta o testemunho de um casal brasileiro.</p> <p>Trechos em destaque: apesar do âncora ter iniciado a cabeça da matéria dizendo que a “união homoafetiva” (02'') foi tema de discussão do Sínodo das Famílias, a reportagem deu maior espaço aos casais de segunda união heterossexuais. Indiretamente, a narrativa seguiu em direção ao reforço do modelo único de família tradicional, representado pelo mesmo casal convencional (52'') que, embora recasados, que deram depoimento.</p> <p>O tema da homossexualidade começou a ser discutido já próximo ao término da matéria, a partir de 2'30'', na passagem da repórter que, em referência aos homossexuais, disse: “a Igreja os acolhe com compaixão. Continua, no entanto, firme ao afirmar que o matrimônio só pode existir entre um homem e uma mulher”.</p> <p>O cardeal Damasceno Assis fechou a matéria dizendo que a Igreja “[...] respeita essas pessoas [homossexuais] nas suas opções”.</p>

Quadro 15 – Matéria 15, Igreja não Mudou Posição Sobre Homossexuais, Afirma Cardeal-
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Igreja não mudou posição sobre homossexuais, afirma cardeal - 15/10/2014
<p>Tempo: 8'28''</p> <p>Repórter: Danusa Rego.</p> <p>Fontes: Cardeal Dom Odilo Scherer (não creditado)</p> <p>Contexto: a Igreja não mudou sua posição em relação às uniões de pessoas do mesmo sexo. Foi o que afirmou o Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, que participa dos trabalhos da 3ª Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, sobre a Família, no Vaticano, em entrevista exclusiva à nossa correspondente em Roma.</p> <p>Trechos em destaque: tanto na fala da repórter como na do Cardeal Odilo houve tentativa de diminuir a importância do relatório apresentado pelo Cardeal Peter Erdö (que causou grande repercussão da imprensa secular, sobretudo em relação à acolhida aos LGBT).</p> <p>Afirmou o Cardeal: “[...] o sínodo é maior que o relator, do que o trabalho do relator” (1'36''). Mas Scherer negou divisão entre os cardeais a respeito dos homossexuais e reafirmou que a Igreja não mudou sua posição quanto a eles.</p>

Quadro 16 – Matéria 16, Distrito Federal Rejeita Ideologia de Gênero nas Escolas - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Distrito Federal rejeita ideologia de gênero nas escolas - 17/06/2015
<p>Tempo: 2'33''</p> <p>Repórter: André Luís Ribeiro e Rivelino Correa.</p> <p>Fonte contra: Leonardo Miranda, professor; Dep. Sandra Faraj (PS); Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB (leitura de uma nota em nome dele).</p> <p>Fonte neutra: Dep. Raimundo Ribeiro (PSDB)</p> <p>Contexto: a Câmara Legislativa do Distrito Federal votou nesta terça-feira, 16, a proposta que inclui a ideologia de gênero na educação. O tema voltou ao debate, desta vez nas assembleias dos estados. A Comissão aprovou o Plano Distrital de Educação com emendas que retiram do texto proposto pelo Fórum Distrital de Educação as referências ao respeito à diversidade de gênero.</p> <p>Trechos em destaque: o professor Leonardo Miranda disse: “devemos agora, irmãos, mais do que nunca exercer o nosso profetismo, <i>irmos [sic]</i> às câmaras, <i>ligarmos [sic]</i> para os nossos deputados, <i>dizermos [sic]</i> que nós amamos as famílias, que nós queremos a família” (48’). Em nota retorno, o âncora ressaltou: “a relatora do projeto e presidente da comissão, Sandra Faraj, justificou a aprovação das emendas argumentando que elas garantem a manutenção dos valores da família brasileira”. (2’07’’).</p>

Quadro 17– Matéria 17, Coletiva de Imprensa da CNBB - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Confirma detalhes da Coletiva de Imprensa da CNBB - 19/06/2015
<p>Tempo: 2'09''</p> <p>Repórter: Rodrigues e Gleyson Machado.</p> <p>Fontes contra: Cardeal Damasceno Assis, Pres. Delegado do Sínodo dos Bispos/Presidente CNBB</p> <p>Contexto: em coletiva de imprensa dada nesta quinta-feira, 18, a CNBB comemorou a encíclica do Papa “Louvado Seja” e se manifestou contrária à redução da maioria penal, mesmo em casos de crimes hediondos, como sugere o relatório na Câmara dos Deputados. Os bispos também discordaram da tentativa de aprovar a ideologia de gênero para as escolas.</p> <p>Trechos em destaque: O <i>off</i> do repórter diz: “[...] de acordo com os bispos, o conceito [ideologia de gênero] traz consequências desastrosas para as crianças e famílias e não é o caminho de combater a discriminação de homossexuais” (1’07’’).</p> <p>Em seguida, Dom Leonard Steiner fez uma crítica à forma como que o projeto sobre identidade de gênero chegou às Câmaras Legislativas. Disse: “o grande problema que nós vemos é que não passou no Congresso Nacional e agora o Ministério da Educação simplesmente exige dos estados e dos municípios. Ora, isso não é coerente, isso não é democracia” (1’16’’).</p>

Quadro 18 – Matéria 18, Fim do Prazo para Votação dos Planos Estaduais de Educação -
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Fim do prazo para votação dos Planos Estaduais de Educação - 26/06/2015
<p>Tempo: 2'34''</p> <p>Repórter: Sidinei Fernandes e Reginaldo Fernandes.</p> <p>Fontes a favor: relator do plano e membro da comissão de educação da câmara municipal.</p> <p>Fonte contra: Padre (não creditado).</p> <p>Neutra: Professora (falou sobre a valorização do professor).</p> <p>Contexto: o Plano Nacional de Educação foi sancionado pela Presidente da República, no ano passado, obrigando estados e municípios a votar a proposta que inclui a ideologia de gênero no prazo de um ano.</p> <p>Trechos em destaque: ao anunciar a fala de um padre, o repórter afirmou: “este padre diz que por trás do termo gênero, existe uma ideologia contrária aos valores de família”; “Uma retirada dos pais de educar as crianças na sexualidade, isso é não só um direito como um dever dos pais e transferir isso para a escola”, Pe. não creditado.; “Nosso plano não tem nem um incentivo a nada, o que tem é discutir as coisas reais que acontecem na nossa sociedade, para a gente poder suprimir todo esse preconceito que tem sobre essas pessoas”, disse o Relator do Projeto (não creditado). Uma fonte não criticou e nem apoiou a discussão sobre gênero nas escolas, sua posição foi neutra, conforme a sonora: “Eu acho que o grande ponto da educação é o resgate da valorização desse professor”.</p>

Quadro 19 – Matéria 19, Manifestantes Protestam Contra Plano Municipal de Educação -
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Manifestantes protestam contra Plano Municipal de Educação - 12/08/2015
<p>Tempo: 3'06''</p> <p>Repórter: Sidinei Fernandes e Reginaldo Fernandes.</p> <p>Fontes contra: Ver. Eduardo Tuma; Dep. Flavinho; Felipe Nery, estudante; Pe. Paulo Ricardo.</p> <p>Neutro: Ricardo Nunes, não creditado.</p> <p>A favor: Ver. Toninho Vespoli (PSOL).</p> <p>Contexto: desde o final da manhã desta terça-feira, 11, manifestantes tomaram conta da rua da Câmara de Vereadores de São Paulo com trios elétricos. O motivo foi a votação do Plano Municipal de Educação, principalmente sobre a questão da ideologia de gênero.</p> <p>Trechos em destaque: o <i>off</i> do repórter iniciou a matéria dando destaque para os agentes contrários à discussão de identidade de gênero nas escolas: “lideranças políticas, religiosas e comunidades católicas que são contra a ideologia de gênero nas escolas foram para frente da Câmara de Vereadores”.</p> <p>Entre as sonoras contrárias, duas se destacaram: “O Plano Nacional de Educação que foi aprovado ano passado, completou um ano agora, não contemplou ideologia de gênero, foi retirado. O que o Governo Federal está fazendo, através do Ministério da Educação, é mandando um outro texto, de forma inconstitucional [...] para os estados e municípios”, disse Dep. Flavinho; “98% [dos municípios] disse não a ideologia de gênero”, mencionou Felipe Nery, estudante; “Existem dois sexos: o sexo masculino e o sexo feminino. Isso é reproduzido naquele texto que me guia, a Bíblia. E isso é reproduzido no texto que guia o Estado Democrático de Direito Brasileiro, que é a Constituição Federal”, afirmou o Ver. Eduardo Tuma; “Não existe mais homem e mulher, não existe mais aquilo que foi criado por Deus. Tem somente aquilo que as ideologias querem criar. É isso que nós não podemos permitir”, comentou Pe. Paulo Ricardo.</p> <p>A favor do projeto teve a fala do Ver. Toninho Vespoli: “para a gente, o que é importante é que tenha luta contra o machismo, contra o <i>bullying</i>, contra o preconceito”.</p> <p>Também foi ouvida uma fonte que se posicionou de forma mais neutra: “todas as questões de combate ao preconceito no plano municipal nós fizemos questão de reafirmar, de deixar mais forte, mais contundente o combate a qualquer tipo de preconceito”, afirmou Ricardo Nunes, não creditado.</p>

Quadro 20– Matéria 20, Seminário Reúne Interessados em Preservar os Valores da Família -
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Seminário reúne interessados em preservar os valores da família - 26/08/2015
<p>Tempo: 3'17''</p> <p>Repórter: Fernanda Ribeiro,</p> <p>Fontes contra: Eduardo Melo, Especialista em Filosofia e Ciências da Família; Pe. Juan Pablo, membro da Congregação de Legionários de Cristo; Andréia Medrado, Pós-graduanda em Educ. Especial; Pe. Rogério Romão, participante do evento; Hugo Carvalho, participante do evento.</p> <p>Contexto: A Ideologia de Gênero é tema de seminário que reúne estudiosos e membros da igreja católica. A preocupação é preservar os valores da família.</p> <p>Trechos em destaque: na cabeça da matéria, o âncora mencionou: “a ideologia de gênero é um tema polêmico e muito discutido nos últimos tempos. Estudiosos e membros da Igreja Católica realizaram um seminário, onde a preocupação é preservar os valores da família”.</p> <p>No <i>off</i>, a repórter enfatizou o modelo tradicional de família, quando disse: “a união entre o homem e a mulher tem como resultado a criação mais completa: o ser humano. Documentos religiosos e civis, como a Constituição, classificam deste modo o conceito de família. A preocupação com este modelo motivou um seminário sobre ideologia de gênero. Segundo a teoria o sexo de cada indivíduo não é um elemento dado pela natureza, sendo assim é possível dar um sentimento pessoal para a sexualidade.</p> <p>As sonoras foram todas negativas à identidade de gênero, com destaque para as seguintes:</p> <p>“A Suécia foi o primeiro país que introduziu essa questão da ideologia de gênero e a gente vê consequências desastrosas. Como, em dez anos, um aumento na criminalidade em relação ao estupro”, reportou Eduardo Melo, Especialista em Filosofia e Ciências da Família.</p> <p>“O intuito desse seminário é conhecer a verdade que está por trás da ideologia do gênero, né?”, afirmou o Pe. Juan Pablo, membro da Cong. de Legionários de Cristo.</p>

Quadro 21 – Matéria 21, Sergipe diz Não ao Termo “Gênero” em Plano de Educação - Jornal
Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Sergipe diz não ao termo "gênero" em plano de educação - 01/09/2015
<p>Tempo: 2'27''</p> <p>Repórter: Anderson Machado.</p> <p>Fontes contra: Dep. Estadual Georgio Passos; Pe. Marcelo, Assessor de Comunicação do Arcebispo, Dep. Estadual Pastor Antonio e Deived Calazans, não creditado.</p> <p>Contexto: o estado nordestino optou por retirar qualquer menção a gênero das suas metas para dos próximos dez anos na educação.</p> <p>Trechos em destaque: o repórter Anderson Machado afirmou que “a Igreja católica é totalmente contra a ideologia do gênero. Para a Igreja, uma forma de distorcer a vida familiar”.</p> <p>“A igreja entende que a ideologia de gênero é romper com a categoria biológica do ser homem e do ser mulher, gerando assim um caminho doentio” (53’’).</p> <p>“Uma ideologia um tanto maléfica, cujo objetivo maior não é de nenhuma hipótese de combater preconceito. Não. A ideologia é exatamente perverter a mente das crianças” (1’25’’).</p>

Quadro 22– Matéria 22, Vaticano Apresenta Documento Final do Sínodo da Família - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Vaticano apresenta documento final do Sínodo da Família - 26/10/2015
<p>Tempo: 3'08''</p> <p>Repórter: Lízia Costa,</p> <p>Fontes neutras: Casal não creditado; Cardeal Dom Odilo Scherer, Cardeal Raymundo Damasceno.</p> <p>Contexto: foram 20 dias de reuniões do Papa com bispos e especialistas para debaterem temas como a preparação para o casamento, a formação da família e atuação na Igreja.</p> <p>Trechos em destaque: na cabeça da matéria a âncora afirmou que “[...] temas mais complexos foram abordados como a união de pessoas do mesmo sexo” (21’”). Em seguida, a repórter abriu a matéria citando um trecho do documento: “[...] a família fundada na união entre homem e mulher é o lugar magnífico e insubstituível do amor que transmite a vida”. (29’”) Ainda no <i>off</i> da repórter, ela disse que o documento contempla a “rejeição à pedofilia e à ideologia de gênero” (1’05’”). Estas foram as únicas referências diretas ao tema, no decorrer da reportagem, que terminou concentrada nos casais tradicionais de segunda união.</p>

Quadro 23– Matéria 23, Cardeal Arcebispo de São Paulo faz Balanço de Sínodo em Roma - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Cardeal Arcebispo de São Paulo faz balanço do Sínodo em Roma - 28/10/2015
<p>Tempo: 2'39''</p> <p>Repórter: Sidnei Fernandes.</p> <p>Fontes: Cardeal Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo; Paula Russo, psicóloga; Regina Tavares, advogada.</p> <p>A favor: um casal formado por homem e mulher, não creditados.</p> <p>Contexto: depois de participar do Sínodo sobre a Família, no Vaticano, o Cardeal de São Paulo apresentou as suas impressões e falou sobre a ideologia de gênero.</p> <p>Trechos em destaque: âncora anunciou que “[...] entre os diversos temas, Dom Odilo Scherer falou sobre a ideologia de gênero”. Na passagem, o repórter trouxe a seguinte informação: “sobre a ideologia de gênero, Dom Odilo destacou que o assunto foi várias vezes debatido no Sínodo e que a negação do aspecto biológico na sexualidade é prejudicial à família”.</p>

Quadro 24 – Matéria 24, Manifestação Contra a Ideologia de Gênero Acontece em Roma -
Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias - Manifestação contra Ideologia de Gênero acontece em Roma - 23/06/2016
<p>Tempo: 2'36''</p> <p>Repórter: Lízia Costa e Wagner Ponciano.</p> <p>Fontes contra: Massimo Goldofini, porta-voz Movimento “Defendendo nossos Filhos”; Sergio Angori, comerciante; Kiko Arguello, fundador Caminho Neocatecumenal.</p> <p>Contexto: no último sábado, 20, em Roma, milhares de pessoas se reuniram na Praça da Basílica de São de João de Latrão para manifestar-se contra a Ideologia de Gênero. Segundo a Polícia Italiana, cerca de 400 mil pessoas participaram da manifestação. O movimento “Defendendo nossos filhos” nasceu há 18 dias e já conseguiu mobilizar muitas pessoas contra a ausência de sexo definido.</p> <p>Trechos em destaque: A repórter afirmou no <i>off</i> que “[...] esta ideologia defende que a identidade biológica masculina e feminina, depende da cultura e da educação, ou seja, é uma escolha” (43’). O argumento do neurocientista foi o seguinte: “a ideologia de gênero penetrando na escola pode interferir na personalidade das crianças”. (53’). Sergio Angori, o pai de família, explicou: “e o que a família sofre hoje é também uma emergência, vale a pena lutar por ela, com coragem e decisão” (1’57’). Na opinião de Kiko Arguelho, “é uma violência o que estão fazendo com nossas crianças, dizendo que elas não têm sexo definido, somos todos convidados a defender nossas casas” (2’24’).</p>

Quadro 25– Matéria 25, Evento na CN Discute Temas como Defesa da Vida e Ideologia de Gênero - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Evento na CN discute temas como defesa da vida e ideologia de gênero – 25/10/2016
<p>Tempo: 2'19''</p> <p>Repórter: Adilson Sabará e Genilson Pacetti.</p> <p>Fontes contra: Pe. Paulo Ricardo, mestre em Direito Canônico; Tiago (Tiba) Camargo, organizador do Simpósio; Pe. José Eduardo, Doutor em Teologia; Antônio Tavares (Tônio), fundador Comunidade Jesus Menino.</p> <p>Contexto: a Canção Nova recebeu nesse final de semana o Simpósio Nacional Juntos pela Vida. Lideranças e especialistas se reuniram para aprofundar e discutir temas como a Defesa da Vida Contra o Aborto e a Ideologia de Gênero.</p> <p>Trechos em destaque: a âncora, em sua fala, afirmou que especialistas se reuniram para discutir aborto e “ideologia de gênero”. Pe. Paulo Ricardo mencionou que essas novas ideologias [aborto, “ideologia de gênero”] pertencem à uma cultura da morte e destruição da família. Concluiu: “precisamos ensinar a verdade, a Igreja como mãe, mestra e educadora, ela não tem medo da verdade”.</p>

Quadro 26 – Matéria 26, Papa Denuncia Riscos da Ideologia de Gênero - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

CN Notícias: Papa denuncia riscos da ideologia de gênero - 28/10/2016
<p>Tempo: 34''</p> <p>Âncora: Reinaldo César.</p> <p>Fontes: Papa Francisco</p> <p>Contexto: o Papa Francisco falou nesta quinta-feira, 27, para as famílias e denunciou os riscos da ideologia do gênero. No discurso aos estudantes de Matrimônio e Família do Pontifício Instituto "João Paulo II", o Papa reafirmou que a diferença entre homem e mulher são uma riqueza e uma promessa, não motivo de sujeição e prevaricação.</p> <p>Trechos em destaque: o âncora Reinaldo César leu uma nota referente a um pronunciamento do pontífice que relatou - “o Papa Francisco falou para as famílias e denunciou os riscos da ideologia de gênero”. Em outro trecho: “O Papa reafirmou que a diferença entre homem e mulher são uma riqueza e uma promessa, não motivo de sujeição e prevaricação”.</p>

4.3. UNIDADES DE REGISTRO: TERMINOLOGIAS REFERENTES À POPULAÇÃO LGBT

Se a performatividade é a reiteração de normas que faz existir aquilo que nomeia, esta análise quantificou as expressões linguísticas empregadas para nomear as pessoas LGBT, em busca de identificar a quantidade de vezes que foram repetidas nas matérias da TV Canção Nova. Foram selecionadas previamente algumas unidades de registro frequentemente utilizadas no cotidiano das pessoas, mas cuja carga semântica tem conotação negativa - “homossexualismo, opção sexual e ideologia de gênero”. Em contraposição a estes termos, o movimento LGBT reivindica a utilização de “homossexualidade, orientação sexual e identidade de gênero”.

Procurou-se contabilizar as vezes em que estas terminologias apareceram nas matérias, desde o momento inicial (com a cabeça dos âncoras) aos *offs* e passagens dos repórteres, bem como durante os enunciados das fontes e da nota retorno dada pelos âncoras. Importante dizer que não é possível analisar estas terminologias isoladamente, isto é, sem a sua contextualização dentro das frases em que foram mencionadas. Dessa forma, conforme a aparição de tais terminologias, foram transcritas as frases e explicado o contexto da matéria na qual foram identificadas. Na sequência (Tabela 4) é possível conferir a contabilização das terminologias sob análise:

Tabela 4 – Unidades de registro: a reiteração da norma nas matérias analisadas - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

Terminologias positivas	Total	Terminologias negativas	Total
Homossexualidade	0	Homossexualismo	1
Identidade de gênero	4	Ideologia de gênero	41
Orientação sexual	4	Opção sexual	0

Nas 26 matérias, em nenhuma foi mencionada a expressão “homossexualidade”. Em vez disso, o “homossexualismo” foi contabilizado, ainda que uma única vez. Identificada no *off* da matéria do dia 3 de dezembro de 2013, a palavra foi utilizada em um contexto que tratava sobre a criminalização da homofobia, em reportagem do repórter Felipe Rodrigues, da seguinte forma: “o Pe. Paulo Ricardo alerta que o perigo está no estímulo ao homossexualismo e também na denominação da identidade de gênero”. Embora tenha utilizado a expressão “identidade de gênero” de forma adequada, errou ao se referir à orientação sexual gay como “homossexualismo”.

A expressão “ideologia de gênero” foi amplamente utilizada em detrimento da expressão “identidade de gênero”. Além disso, foram identificadas algumas variações (todas, de alguma forma, negativas) utilizadas para aludir à população LGBT: foram elas “ideologia”, “ideologização” e “questão de gênero”. Entretanto, expressões positivas também foram identificadas no *corpus*, tais como “diversidade sexual”, “igualdade de gênero e “diversidade de gênero”. Mas por serem expressões dispersas e sem volume consistente, não foram categorizadas.

Uma palavra que chamou a atenção e apareceu constantemente nas matérias foi “família”, além das variações “família tradicional”, “família natural”, “família brasileira”, “célula base da sociedade”, “matrimônio” e “modelo de família criado por Deus”. Em todos os casos, estas unidades se referiram à formação constituída por um homem e uma mulher para gerar filhos. Em grande parte das matérias percebia-se o desejo de uma defesa deste modelo familiar. Uma das variações que chamou a atenção foi o neologismo utilizado na matéria do dia 24/07/14, “familifobia”. No *off* da repórter Danusa Rego, o termo se refere, na opinião da jornalista, à ameaça que a família tradicional estaria sofrendo e, por isso, defender o direito de uma criança de ter um pai e uma mãe, não é homofobia.

Em contraposição à “família tradicional” e suas variações, a terminologia empregada no *corpus* para descrever os novos arranjos familiares que predominou foi “casamento homoafetivo”, com 10 ocorrências. Mas também foram encontradas outras variantes como “famílias alternativas”, “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, “casamento gay”, “homem casado com outro homem” e “mulher casada com outra mulher”.

Por fim, em todas as matérias analisadas, a expressão adequada “orientação sexual” foi unânime, com 4 ocorrências, e em nenhuma dessas notícias o termo “opção sexual” apareceu. Contudo, outras palavras que induziam a uma interpretação da sexualidade homossexual como algo aprendido (como se a heterossexualidade fosse algo ‘natural’) apareceram, tais como: “escolha”, “incentivo”, “estímulo” e “promoção”. Basicamente, o raciocínio girava em torno da ideia de que a homossexualidade é uma escolha, logo, não poderia ser incentivada ou promovida. Como se constata na seguinte falas:

“Uma coisa é respeitar, outra coisa é levar para a escola e estimular. Acho que aí é ir longe demais. As metas do Plano Nacional são outras, muito mais nobres do que essa”. A fala foi proferida pelo Dep. Marcos Rogério (PDT/RO), em uma matéria do dia 26 de março de 2014 sobre a discussão da identidade de gênero no Plano Nacional de Educação. Na matéria é possível identificar significativa confusão entre identidade de gênero e orientação sexual - tanto na abordagem do repórter quanto na argumentação da fonte ouvida. Além disso, a premissa de que a orientação sexual não-heterossexual seria aprendida, estimulada e, portanto, não deveria ser “promovida” surge como um chamamento de mobilização hegemônica para que a população LGBT permaneça na invisibilidade social e midiática, tendo em vista que as fontes favoráveis ao projeto não foram ouvidas.

“Porque para nós, o matrimônio é a união entre um homem e uma mulher. [...]. Evidentemente que a Igreja não pode promover nem apoiar estas uniões, é claro, de pessoas do mesmo sexo. Mas ela respeita estas pessoas nas suas opções, como ela respeita todas as pessoas e acolhe [...]”. Cardeal Damasceno Assis em matéria do dia 9 de outubro de 2014 sobre a discussão das uniões homoafetivas durante o Sínodo das Famílias em Roma.

4.4. O PERFIL DAS FONTES E AS OPINIÕES: PRÓ, CONTRA E NEUTRAS

Tabela 5 – Distribuição das opiniões das fontes entrevistadas conforme eixo temático - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

Posicionamento das fontes	Casamento igualitário	Lei contra homofobia	Ideologia de gênero	Eventos da Igreja	Total
A favor LGBT	-	-	15	2	17
Contra	4	5	45	5	59
Neutras	3	-	3	4	10
Total	7	5	63	11	86

Conforme apresentado na Tabela 5, foram solicitadas opiniões diferentes (86) nas matérias (26) que formaram o *corpus* desta dissertação, entre os anos de 2013 a 2016. Foi possível notar a prevalência de opiniões contrárias aos *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que totalizaram 59 opiniões. Já as posições favoráveis somaram 17 e as neutras apresentaram um número ainda menor, 10.

Em análise separada de cada categoria, no caso de “Casamento Igualitário” foram produzidas 3 matérias em 2013 e 1 em 2014. Todas utilizaram o recurso das fontes jornalísticas. A primeira fonte foi o Dr. Roberval Belinati, Desembargador de Justiça do Distrito Federal (DF), entrevistado na matéria do dia 14 de maio de 2013. A segunda, uma mulher que não recebeu créditos na matéria do dia 27 de maio de 2013. No mesmo dia, o jornal *Canção Nova Notícias* deu espaço que o Pe. Roger Araújo comentasse a posição contrária da Igreja sobre o casamento igualitário. A última matéria sobre o assunto foi ao ar no dia 9 de outubro de 2014 e teve como fontes Hermelinda Zamperlini, dentista e Arturo Zamperlini, engenheiro - um casal tradicional - e os religiosos Cardeal Damasceno Assis (presidente delegado do Sínodo / Presidente da CNBB) e Cardeal Orani Tempesta, Arcebispo). Nenhuma reportagem consultou os verdadeiros interessados no casamento igualitário, ou seja, o público *gay*. Eles e elas não foram ouvidos.

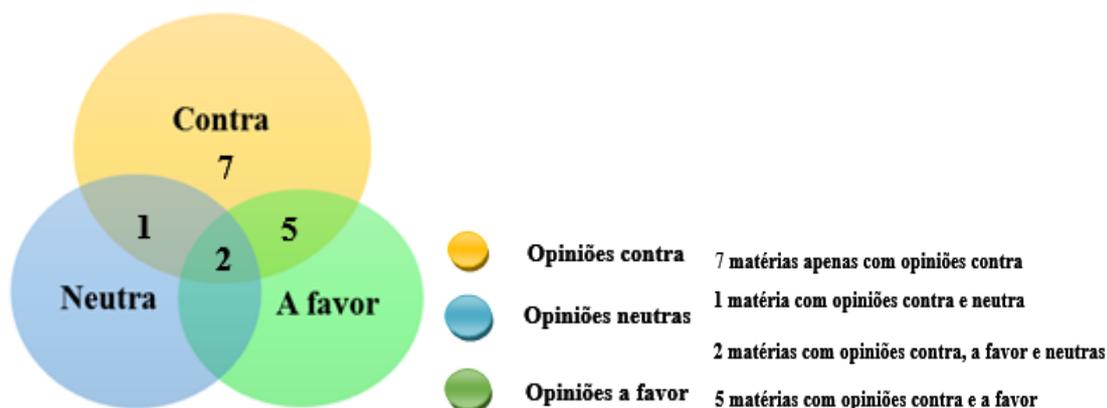
No eixo temático “Lei contra a Homofobia” foram produzidas 3 matérias. Destas, 2 utilizaram fontes para opinar. No total, foram consultadas 5 pessoas, nenhuma com posição favorável ao projeto. Na matéria do dia 3 de dezembro de 2014 tiveram lugar de fala duas fontes (Pe. Paulo Ricardo, da Arquidiocese de Cuiabá e Paulo Fernando Melo, advogado especialista em Direito Constitucional). As outras 3 fontes falaram na matéria do dia 24 de julho de 2014, a saber, o universitário Luca Roncella, a professora Maria Cristina Maculani e o estudante de Direito Filippo Savarese.

“Ideologia de Gênero” foi o eixo com maior produção de matérias, totalizando 15. Em todas elas foram solicitadas opiniões diferentes e houve a demonstração de uma relativa pluralidade de vozes e debates de ideias. Relativa, pois a quantidade de opiniões contra foi bem superior (45) em comparação aos posicionamentos favoráveis (15) e neutros (3).

Sobre a distribuição das fontes nas matérias, em 7 delas foram utilizadas apenas opiniões contrárias às pautas LGBT. Posições contra e favoráveis juntas foram identificadas em 5 reportagens. Em 1 matéria houve tanto posições contrárias quanto neutras. Já os 3 posicionamentos (contra, a favor e neutro) estiveram presentes em 2 matérias. Não houve

nenhuma reportagem somente com posições neutras, assim como não houve nenhuma matéria com a intersecção das duas posições (neutras e favoráveis). Sobre esta constatação, foi desenvolvido o seguinte diagrama ilustrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Divisão das 15 matérias conforme as opiniões solicitadas no eixo “Ideologia de Gênero” - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.



Fonte: O autor (2017).

Na última categoria, “Eventos da Igreja”, foram produzidas 4 matérias entre os anos de 2013 e 2016. Destas, em 1 não foi feito uso de entrevistados. Algumas das fontes se repetiram - como o Cardeal Damasceno Assis e o Cardeal Odilo Scherer, ambos ouvidos em duas matérias distintas. Outras fontes que apareceram em reportagens foram Paula Russo (psicóloga) e Regina Tavares (advogada), entrevistadas na matéria do dia 28 de outubro de 2015, ambas contra LGBT. Também foi realizada uma nota coberta com o Papa Francisco, no dia 28 de outubro de 2016, em que ele criticava a “ideologia de gênero”. Duas fontes se posicionaram a favor dos homossexuais, um casal tradicional, que disseram “não ter nada contra” aos homossexuais. Ao todo, foram contabilizadas 11 fontes diferentes.

4.4.1 Diferentes posicionamentos: entre o neutro e o contra

Um aspecto, em especial, que se destacou refere-se a mudança de posicionamento de algumas fontes conforme o dia de veiculação da matéria. Foi o caso dos Cardeais Raymundo Damasceno e Dom Odilo Scherer, que adotaram posições contra os LGBT e neutra aos mesmos. Damasceno foi contra nos dias 09/10/2014 e 19/06/2014, mas foi neutro na matéria

veiculada no dia 26/10/2015. Já Scherer foi contra nas matérias dos dias 15/10/2014 e 28/10/2014, e neutro no dia 26/10/2015.

Nestes casos, os posicionamentos foram contabilizados duas vezes porque, o que se procurou mensurar foi às diferentes opiniões nas matérias, e não a pessoa que opinou. Até porque, nas matérias em que os cardeais assumiram uma neutralidade, não significa que estavam de acordo com as causas LGBT, apenas se abstiveram de opinar ou simplesmente não foi solicitado um posicionamento deles nesse sentido. Por conseguinte, não houve conflito em suas declarações; haveria se, estas mesmas fontes, opinassem a favor dos LGBT e em outros momentos, opinassem contra. O que não aconteceu.

4.4.2 A Posição Social das Fontes

Após a interpretação mais geral sobre a distribuição das fontes em cada eixo temático extraídos do *corpus* deste estudo, coube identificar o perfil profissional/ocupação das fontes consultadas. Abaixo (Tabela 6) encontram-se apenas a profissão/ocupação daqueles atores sociais que se posicionaram contrários às reivindicações LGBT.

Tabela 6 – Perfil profissional/ocupação das fontes contra LGBT separados por tema - Jornal Canção Nova Notícias (n=26), 2013-2016.

	Juristas	Psicólogos	Políticos	Populares/ Anônimos	Religiosos	Professores e estudantes	Lideranças católicas	Total
Total	3	1	9	9	13	7	5	47

Como se pode perceber, houve diversidade no perfil das fontes que opinaram contra. Ao todo, 47 agentes contrários às pautas LGBT oriundos das mais variadas posições sociais que puderam ser classificados conforme os créditos dados a eles nas matérias: de juristas a lideranças de grupos católicos. Os religiosos - padres, cardeais e arcebispos – foram o grupo de maior número de entrevistados, com 13 opiniões solicitadas. Em seguida, apareceram empatados os políticos (deputados e vereadores) e os populares/anônimos, isto é, “[...] indivíduos que não tinham existência pública anterior à (s) matéria (s) e que voltaram ao

anonimato logo a seguir” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 41). A maioria desses populares/anônimos foi formado por casais tradicionais - um homem e uma mulher.

Depois, igualmente empatados, figuraram os “professores e estudantes” e as lideranças católicas. As lideranças, nesta pesquisa, são representadas por leigos engajados na Igreja, unidos para fazer *lobby* em defesa dos valores cristãos tradicionais e que respondem por vários movimentos, com destaque aos creditados “Ato em defesa da Família”, “Movimento Defendendo nosso Filhos” e “Caminho Neocatecumenal”. Já no item jurista, foram registradas 3 fontes: um desembargador e dois advogados. Por último, uma psicóloga teve seu posicionamento solicitado.

Se o total de opiniões contrárias foi 59, o número de agentes que opinou caiu para 47. Isso significa que houve atores sociais cujo posicionamento foi solicitado mais de uma vez em diferentes matérias, mas mantendo seu posicionamento contra os LGBT. Foram eles: pe. Paulo Ricardo, Dom Odilo Scherer, Felipe Nery, os deputados Marcos Rogério, Paulo Freire e Eros Biondini, e o vereador Eduardo Tuma.

A posição social das fontes favoráveis a temas ligado aos LGBT não apresentou a mesma pluralidade de profissões/ocupações. A maioria (13 no total) foram opiniões de políticos (deputados e um vereador), que se pronunciaram em defesa da discussão sobre igualdade de gênero e da diversidade sexual nas escolas a partir dos Planos de Educação. Portanto, rechaçaram, nestas sonoras, a ideia de “ideologia de gênero” e enfatizaram o conceito de identidade de gênero. A opinião destes atores sociais se repetiu em diferentes matérias, foram eles: deputados Margarida Salomão e Jean Wyllys (ambos ouvidos em três matérias distintas) e Ângelo Vanhoni (presente em quatro matérias), bem como do vereador Toninho Vespoli (ouvido em duas).

As demais falas foram oferecidas por duas mulheres, uma auxiliar de produção e outra de logística. Um casal tradicional também se posicionou como favorável aos LGBT, porém, seus nomes e profissões não foram creditados. Totalizando, assim, as 17 opiniões a favor. Diante disso, a falta de diversidade entres as fontes dispensou a necessidade de tabulação.

4.5. A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE LEGITIMADORA E DA DIFERENÇA

Com base nas teorias já expostas, não é equivocada constatar que, na representação midiática das matérias da TV Canção Nova, a religião foi construída como “a identidade legitimadora”, em razão da quantidade de autoridades eclesiais e pessoas ligadas a movimentos católicos que foram convocados para expressarem suas opiniões, além da exploração midiática de objetos religiosos capturados pelas lentes do cinegrafista e trabalhados na edição: terços, cartazes, gestos em sinal de oração, cruzes e crucifixos.

As fronteiras desta identidade legitimadora foram reforçadas a partir da construção do “outro”, o LGBT - embora nenhuma matéria, das 26 analisadas, tenha mencionado ou citado a sigla. Isso demonstra como alguns indivíduos são completamente invisibilizados nas matérias jornalísticas da emissora.

Mesmo aqueles que são citados (como os homossexuais), são construídos a partir do ponto de vista do clero. É o caso do comentário do dia 27 de maio de 2013, quando o Pe. Roger Araújo criticou a união homossexual que havia sido aprovada na França. Para demonstrar a construção da identidade legitimadora e da diferença, foram selecionadas algumas imagens extraídas do *corpus* que demonstram a forma de representação das categorias em conflito nas matérias.

A identidade dominante foi representada com uso de uma linguagem visual rica em cores, objetos, cartazes, faixas e apresentação de personagens que contribuíram para uma representação positiva. Já a diferença, isto é, a identidade dominada, não recebeu o mesmo tratamento visual: foi apresentada a partir de poucos personagens com falas a favor dos LGBT e da ausência de manifestantes, cartazes ou objetos que lhes fizesse menção.

Na primeira matéria analisada, intitulada “CN Notícias: ideologia de gênero causa polêmica em votação do PNE”, do dia 2 de abril de 2014, as primeiras imagens apontavam para manifestações contrárias à inclusão da discussão sobre gênero nas escolas. Um cartaz com os dizeres “educação sim, gênero não” deixava clara sua posição. Em seguida, outro jovem com um rosário nas mãos - um objeto de devoção católica - indicava implicitamente que os religiosos estavam presentes e acompanhavam a discussão, sendo facilmente identificáveis pelos símbolos cristãos em sua posse.

Essas representações podem ser visualizadas na Figura 2 e exercem o papel de uma marcação simbólica que demarca as fronteiras, estabelece o limite entre aqueles que são a

favor da identidade de gênero (grupos LGBT) e os que são contra (os cristãos católicos, que rezam o terço e representam o “povo de Deus”).

Figura 2 - Imagens CN Notícias: ideologia de gênero causa polêmica em votação do PNE.



Fonte: Canção Nova Notícias (2014)

Na sequência das imagens, outro cartaz escrito “atenção srs. Deputados!!! Ideologia de gênero ensina aos alunos que eles não têm sexo definido quando nascem” (Figura 3). A imagem foi selecionada para o reforço nesta pesquisa do espaço dado aos argumentos contrários ao projeto – pois continha uma frase-resumo daquilo que os grupos cristãos (a identidade dominante) acreditam ser a identidade de gênero (performativamente chamada de “ideologia de gênero”). Tudo leva para uma narrativa cujo desfecho é “[...] discriminar ‘eleitos’ e ‘malditos’, em uma grande transformação final na qual triunfa a justiça” (MARTINO, 2005, p. 54-55).

Figura 3 - Imagens CN Notícias: cartaz ideologia de gênero



Fonte: Canção Nova Notícias (2014)

Também na matéria do dia 24 de julho de 2014, intitulada “CN Notícias: italianos fazem manifestação em defesa da família natural”, foram identificados elementos de reforço da identidade dominante: os manifestantes, formados por grupos católicos que defendem a família tradicional, estavam simbolicamente amordaçados com uma fita colorida - uma referência implícita à “ditadura *gay*” que estaria censurando esses movimentos religiosos, tirando a sua expressão pública contra a criminalização da homofobia. Em seguida, um homem e uma mulher retratavam as cores convencionalmente atribuídas ao sexo masculino e feminino. Estes atos e vestes, registrados na Figura 4, não foram realizados ou escolhidos sem propósito.

Ao serem representados, simbolicamente, com a mordaca colorida, tem-se aí uma referência implícita à “ditadura *gay*”, um tipo de censura aos movimentos religiosos que, habitualmente, criticam a comunidade LGBT e se posicionam contra a criminalização da homofobia. E, num segundo momento, as representações trabalharam para reforçar as cores tradicionalmente associadas ao gênero masculino e feminino, como na situação abaixo, onde a mulher veste uma camisa rosa, tradicionalmente associado à “menina”, o homem, azul, a cor “de menino”.

Figura 4 - Imagens CN Notícias: italianos fazem manifestação em defesa da família natural.



Fonte: Canção Nova Notícias (2014)

A identidade legitimadora vai estabelecer o ideal do feminino e do masculino e trabalhar, de forma pedagógica, para educar os corpos a interiorizarem seus papéis de gênero expressados pelas cores, rosa (da mulher), azul (do menino). Nesse sentido, percebeu-se em outra matéria a mesma construção binária do gênero expresso através do apelo às cores, na matéria do dia 23 de julho de 2015, manifestantes tremularam bandeiras nestas tonalidades, conforme a (Figura 5):

Figura 5 - Imagens CN Notícias: cores que sinalizam mensagens.



Fonte: Canção Nova Notícias (2015).

Nenhuma imagem retratou a população LGBT, assim como nenhuma fonte foi consultada para falar a favor dessa minoria – o que significa que o objetivo da matéria foi o de reforço ao modelo convencional de família, constituído por um homem e uma mulher. A Figura 6 reforça essa alegação, com a imagem extraída de duas famílias diferentes em sua composição e aparência, mas com o mesmo modelo tradicional (pais e filhos).

Figura 6 - Imagens CN Notícias: famílias tradicionais em foco.

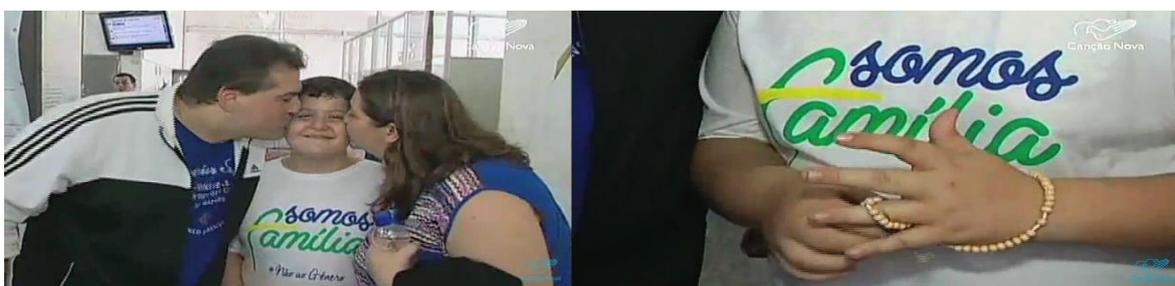


Fonte: Canção Nova Notícias (2015).

O reforço da família tradicional ocorreu também nas matérias regionais, como a veiculada no dia 26 de agosto de 2015, com o título “Vereadores são contra termo ‘Gênero’ de PME de São Paulo”. Nela, foi apresentada uma imagem de pais beijando o rosto do filho, em um retrato de uma família feliz e que se ama. O terço surgiu novamente nas mãos de uma pessoa – conforme retratam as imagens apresentadas em conjunto na Figura 7. Na mesma matéria, a população LGBT foi retratada e foram apresentadas imagens da manifestação em defesa do projeto que pretendia incluir a discussão da identidade de gênero nas escolas. Um trio elétrico bem colorido, com a bandeira do arco-íris, foi retratado em dois momentos

diferentes da reportagem (Figura 8). Todavia, o fato de haver uma cobertura midiática dessas pessoas não significa uma representação positiva.

Figura 7- Imagens CN Notícias 1: famílias tradicionais e fé em foco na matéria “vereadores são contra termo ‘Gênero’ de PME de São Paulo”.



Fonte: Canção Nova Notícias (2015).

De acordo com o *off* da matéria, em busca de descrever a tensão entre religiosos e ativistas LGBT, o repórter disse: “[...] de joelhos, de mãos dadas, eles rezaram, cantaram e se uniram às lideranças para defender a célula-base da sociedade e os valores cristãos. O movimento LGBT respondeu com músicas ensurdecedoras”. Dessa forma, o primeiro grupo foi retratado como pacífico, intimista, contido, voltado às orações e à paz, como também é ilustrado no meio quadro da Figura 8. Já os LGBT, foram representados como barulhentos, que tocavam “músicas ensurdecedoras”.

Figura 8- Imagens CN Notícias 2: famílias tradicionais e fé em foco na matéria “vereadores são contra termo ‘Gênero’ de PME de São Paulo”.



Fonte: Canção Nova Notícias (2015).

Na matéria do dia 1 de setembro de 2015, intitulada “Sergipe diz não ao termo ‘gênero’ em plano de educação”, novos elementos identitários legitimaram a posição oficial, a

religiosa. Foi apresentado um grande crucifixo na parede, que surgiu mais de uma vez no decorrer da reportagem, em efeito de câmera em *zoom-out* - ou seja, a imagem começou fechada no crucifixo e abriu lentamente.

A passagem do repórter ocorreu em frente à uma igreja e foi acompanhada da seguinte fala do repórter: “*a igreja católica é totalmente contra a ideologia do gênero. Para a Igreja, uma forma de distorcer a vida familiar*”. Nesta imagem, o movimento de câmera usado foi o *tilt* – ou seja, que começou pelo céu e parte superior da igreja, depois desceu lentamente até chegar no repórter, em plano americano. Em seguida, houve espaço para a fala de um padre e foi possível observar um cartaz contrário à discussão da identidade de gênero das escolas (Figura 9).

Figura 9 - Imagens CN Notícias: Sergipe diz não ao termo ‘gênero’ em plano de educação”



Fonte: Canção Nova Notícias (2015).

Portanto, o grande destaque dado às reportagens da TV Canção Nova – no jornal Canção Nova Notícias, fonte do *corpus* desta pesquisa - foi para a imagem religiosa, representada por objetos religiosos como o terço o crucifixo, além de cartazes, faixas e do espaço concedido às autoridades religiosas, junto da seleção de imagens que retratam e reforçam as famílias tradicionais. Poucas imagens efetivamente mostraram o grupo LGBT, que permaneceu no plano da invisibilidade ou conforme as posições definidas e contrárias a eles, previamente construídas entre os religiosos. Nas poucas imagens em que puderam aparecer, a sua representação ocorreu de forma insatisfatória, sem a contextualização adequada e a partir de generalizações e de termos incorretos, como “ideologia de gênero”.

AS CONCLUSÕES POR UM PRISMA *QUEER*

A motivação inicial desta dissertação foi detectar matérias que falassem sobre a comunidade LGBT. Mas o percurso da pesquisa mostrou a imprecisão de colocar nesses termos a busca pelas reportagens, pois a maioria do material coletado não falava diretamente sobre “*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”: eram matérias que propagavam o modelo tradicional de família defendido pela matriz heterossexual, o único aceito pela Igreja. As vinte e seis matérias que formaram o *corpus* desta pesquisa ajudaram a compreender a perspectiva jornalística da cobertura da TV Canção Nova como pautada na heteronormatividade e na heterossexualidade compulsória.

Por isso, o título da dissertação diz “quando gênero e sexualidade se tornam matéria”. O advérbio de tempo “quando” representa as ocasiões em que o gênero e a sexualidade são transformados em conteúdo jornalístico, ou seja, em momentos bem pontuais e estrategicamente relacionados aos acontecimentos em alta discutidos pela sociedade via meios de comunicação. Gênero e a sexualidade se tornam matéria **quando** a “família tradicional” é questionada, algo visto como ameaça pelos grupos conservadores cristãos. No caso deste estudo, uma ameaça vinda das várias frentes progressistas que reivindicam direitos como aprovação do casamento homoafetivo, criminalização da homofobia e a inclusão nos planos de educação para que se discuta a identidade de gênero e a diversidade sexual em sala de aula. Essas demandas ocorreram entre os anos de 2013 a 2015. Passadas essas discussões, quando a “poeira baixou”, em 2016, as matérias sobre gênero e sexualidade diminuíram consideravelmente. Foram produzidos apenas três conteúdos jornalísticos naquele ano – embora nos anos anteriores a quantidade de reportagens tenha sido até três vezes maior, caso de 2015.

O título desta dissertação fez menção a outro fato: a partir do conceito de performatividade de Butler, o verbo “tornar-se” indica movimento, ação, um “fazer-se”: “Não só dizemos quem somos, mas ‘fazemos’ quem somos e pedimos ao mundo que aceite. Eu diria que isso é performatividade” (BUTLER, 2015, *online*). A fala de Butler revela que gênero e sexualidade não são dados prontos, mas partes do processo dialético de “tornar-se”. Mas os meios de comunicação tentam construir uma representação de unidade, universalidade e rigidez dessas duas áreas, em um ideal do gênero e da sexualidade petrificados, nunca atingido pelos indivíduos no cotidiano. Não se nasce com um gênero como algo dado pela

natureza, mas torna-se: o indivíduo é interpelado a assumir o sexo biológico atribuído no nascimento. Aos poucos, a pessoa vai assumindo os papéis sociais que a matriz heterossexual impõe.

Felizmente nem todos querem atender as expectativas esperadas e rompem com as atribuições sociais que lhes foram dadas desde o nascimento. São estes que farão a revolução. Se nos anos 1960 a revolução foi sexual, em que as mulheres passaram a lutar pela liberdade de seus corpos e pelos direitos reprodutivos, neste século, a revolução será a de gênero, em que pessoas, cis ou transgêneras, inconformadas com os binarismos classificatórios, vão criar novas expressões estéticas que comportem suas performances de gênero. Esta revolução cultural, já tem ocorrido nas artes plásticas, no cinema, nas telenovelas, na música, na dança urbana, no teatro, e tantas outras expressões artísticas que estão procurando aprender a linguagem *queer*. Ainda que movimentos reacionários tentem censurar e proibir tais manifestações culturais, como aconteceu com o *Queermuseu*, em Porto Alegre (RS), ou na obra de arte apreendida pela Polícia Federal, em Campo Grande (MS).

O vocábulo “matéria” foi utilizado em um jogo de sentidos entre matéria jornalística e o conceito butleriano dos corpos que pesam - aqueles que, para terem sua materialidade reconhecida, precisam ser inteligíveis e ter uma existência legítima. Foi possível constatar que os corpos cujo gênero e sexualidade são incompatíveis com o ideal religioso pregado pela TV Canção Nova, não foram por ela materializados. Não adquiriram visibilidade e receberam a negativa de seu aparecimento e representatividade. Isto aconteceu por serem corpos ininteligíveis (de impossível compreensão). Esta falta de entendimento foi evidenciada toda vez que veio à tona no *corpus* uma explicação sobre o que era “ideologia de gênero”, de uma forma carregada de confusão entre gênero e sexualidade. Incompreensíveis, estes mesmos corpos são considerados sem importância. Logo, suas reivindicações políticas não mereceram cobertura midiática e foram, mais uma vez, destituídos de qualquer legitimidade.

A ausência da materialização da população LGBT ou de agentes de defesa dessas pessoas ocorreu pela quantidade de fontes consultadas. O paradigma de vozes é determinante no telejornal do presente e a seleção das fontes, ao menos em tese, “[...] deve ser sempre diversa e democrática, isto é, quanto mais atores sociais derem suas versões sobre os fatos, mais amplo será seu entendimento por parte do telespectador” (HAMILTON, 2008, p. 99).

Mas esta polifonia democrática e plural não esteve presente nas matérias do jornal Canção Nova Notícias: das 86 opiniões que foram apresentadas, 17 foram favoráveis à

minoria LGBT e 61 foram claramente contra. Ao todo, 10 fontes se mostraram neutras. Sobre estas, não significa que suas opiniões foram indiferentes à população LGBT: a maioria apresentou comentários que reafirmaram o modelo tradicional de família, formado por homem e mulher. Apesar da neutralidade, foram opiniões com um posicionamento ideológico latente - ainda que não direcionado explicitamente ao grupo minoritário em questão (LGBT).

Outro aspecto da não-materialização se deu pelo fato de que alguns sujeitos não foram contemplados na narrativa jornalística. As menções giraram em torno de palavras como “homossexuais”, “*gays*”, “homens que casam com homens” ou “mulheres que casam com mulheres”. Outras categorias de sujeitos não foram nomeadas em razão da situação impensável de sua existência, como bissexuais, intersexuais, travestis e transexuais. Estas pessoas constituíram nesta pesquisa o ápice da abjeção: os seres poluentes, aqueles que sequer merecem ser mencionados. Conforme MISKOLCI (2016, p. 43), “ [...] nossa sociedade compreende como abjeto o que, na visão hegemônica, não deveria ser visível. Abjeto e obsceno (que significa fora de cena) se aproximam, revelando o que a sociedade preferia não ver”. Isto é, na abordagem midiática do jornal *Canção Nova Notícias* (fundamentado na matriz hegemônica), bissexuais, intersexuais, travestis e transexuais foram excluídos do regime de visibilidade, colocados fora de cena ou depositados na grande vala comum da “ideologia de gênero”.

Este foi o grande fio condutor de toda esta pesquisa: a investigação da ideologia de gênero, sua origem e sua força reiterativa. A dissertação observou o uso constante dessa terminologia, que surgiu 41 vezes nas matérias. Seu oposto, identidade de gênero (expressão de maior consenso entre os Estudos de Gênero), foi falada quatro vezes. A opção pelo termo “ideologia de gênero” não foi acidental, mas performativa – hipótese reforçada pelas várias repetições ocorridas no decorrer das 26 matérias. É o ato de fazer existir aquilo que se nomeia. Explicando: o termo surgiu no *corpus* deste estudo sempre acompanhado de uma explicação que, de modo geral, significava “uma ideologia na qual a pessoa pode escolher entre ser homem ou mulher, negando um essencialismo biológico criado por Deus”. Os repórteres não distinguiram identidade de gênero e sexualidade e não foi possível, neste estudo, mensurar se esta confusão foi intencional, por desonestidade ou por orientação da própria emissora. É por isso que a pesquisa procurou desconstruir a concepção binária da “ideologia de gênero”, a fim de apontar seus equívocos e imprecisões.

A “ideologia por trás da ideologia de gênero” consistiu em divulgar, massivamente, uma expressão que carrega carga negativa e foi elaborada pelo discurso hegemônico. Com

isso, a emissora procurou influenciar a opinião pública, levando os telespectadores a interiorizarem seus papéis de gênero tradicionais e a rejeitarem a agenda política pró-LGBT. “Os meios de comunicação, ao transmitir transgressões à norma e escândalos, podem produzir, mais do que de outra forma, um sentimento geral de que todos foram atingidos e estão indignados” (LUHMANN, 2005, p. 60). Semelhante opinião expressou Bourdieu (1987) em “Sobre a Televisão”. O autor francês afirmou em sua obra que os jornalistas acabam exprimindo: “[...] suas visões ou seus valores próprios, ou pretendem, com toda a boa-fé, fazerem-se os porta-vozes da ‘emoção popular’ ou da ‘opinião pública’, orientando por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes” (BOURDIEU, 1997, p. 82). Esta foi a posição ideológica adotada pelo Jornalismo da TV Canção Nova.

Ao obrigar o discurso hegemônico a dizer tudo que não está dito, como propôs CHAUI (1982), a dissertação procurou trazer à tona as lacunas e os silenciamentos no qual se encontram a população LGBT numa emissora católica. A estratégia de crítica à ideologia dominante, como prática política, mostra a urgência de se falar sobre sexualidade e gênero dentro do catolicismo, mas a partir dos oprimidos, únicos capazes de realizar uma verdadeira revolução, fundamentada na libertação radical do dogmatismo e do sectarismo, que fazem da religião um fardo pesado da qual nenhum ser humano é capaz de carregar. Neste aspecto vale citar FREIRE (1987, 13):

É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora.

A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada.

Parta de quem parta, a sectarização é um obstáculo à emancipação dos homens. Daí que seja doloroso observar que nem sempre o sectarismo de direita provoque o seu contrário, isto é, a radicalização do revolucionário.

Outras expressões sobre as quais foi deduzido inicialmente que haveria grande quantidade de repetições, não se apresentaram dessa maneira. Foi o caso de “opção sexual” e “homossexualismo”. A primeira não foi identificada em nenhuma das 26 matérias e a segunda apareceu uma única vez – o que não significa que a cobertura esteve preocupada em preservar a dignidade dos LGBT. Estas pessoas existiram nas matérias jornalísticas do jornal Canção Nova Notícias, mas foram nomeados de uma maneira estereotipada, imprecisa e incorreta, que ocultou a urgência da discussão nas escolas sobre a LGBTfobia, a diversidade sexual e a

igualdade de gênero - vistas como “absurdo” por confrontar os valores cristãos, mesmo diante dos assassinatos diários de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (dado este ignorado completamente pelas matérias). Não houve sensibilidade com as vítimas, assim como não houve oportunidade para se pronunciarem, nem uma abordagem que desse um nome e uma história para as mulheres e homens que enfrentaram a violência pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. É o que Butler (2012) havia dito sobre a construção do gênero que se faz por meio da exclusão, do apagamento – em que o humano é construído sobre e contra o não-humano.

Assim, sobre a identidade de gênero *trans*, ela é concebida como inumana. Logo, travestis e transexuais foram excluídas da cobertura midiática, apagadas das matérias do Canção Nova Notícias. Não são sujeitos, são os inumanos, as aberrações, não possuem família, nem nome, nem uma história... são corpos que não importam. Porque o que realmente importa é conservar a definição convencional de ser homem e de ser mulher e do modelo tradicional de família. Mas as identidades de gênero, ao menos as das travestis e transexuais, contestam estas certezas que sustentam a moral judaico-cristã.

Como bem observou Bento (2011), os “outros”, os “estranhos” ganham vida nos discursos, mas logo em seguida são mortos simbolicamente. O aparecimento destes corpos abjetos nas narrativas midiáticas do Canção Nova Notícias (quando apareceram) teve como objetivo a sua eliminação.

ANSART (1978, p. 81) citou alguns mecanismos utilizados nesta estratégia de eliminação do outro: “[...] a desvalorização do adversário, a legitimação de si próprio e a exaltação das finalidades propostas. A sátira, a demonstração das contradições, a denúncia de conluídeos tidos como vergonhosos, a injúria, participação da empresa de legitimação”. Em determinados momentos, as matérias da TV Canção Nova participaram dessa empresa de legitimação, ao desvalorizar a comunidade LGBT (por meio de terminologias depreciativas), exaltar a matriz hegemônica (hipervalorizando o modelo tradicional de família) e denunciar a “ideologia de gênero”, tida como algo vergonhoso, injurioso e contrário a Lei de Deus.

Neste sentido, questiona-se o objetivo da emissora de “formar homens novos para um mundo novo”. Porque, como apontou a pesquisa, este sujeito “homem novo” pensado pela TV Canção Nova está dentro dos moldes clássicos de um cidadão masculino, heterossexual, cristão - um seletivo grupo daqueles que podem ser considerados humanos e habitar, sem serem importunados, neste “mundo novo”. Aliás, não há nada de novo na linguagem do canal

católico, apenas algumas palavras que caíram em desuso sendo substituídas por outras. Como sodomia, tão desgastada pelo tempo. Nos tempos hodiernos, se fala em homossexualidade, mas ainda é enxergada na mesma ótica inquisitorial da moral cristã, como pecado nefando. A doutrina medieval só foi requentada, exercendo o velho poder disciplinador, vigilante e punitivo sobre os corpos. O “Martelo das Bruxas” da Idade Média deu lugar ao microfone com a canopla da emissora na Idade Mídia, capaz de matar, simbolicamente, os corpos abjetos, aqueles que não se conformam às normas.

Ao contrário do “homem novo” proposto pela emissora católica, que já nasce velho porque é moldado nas estruturas de opressão, FREIRE (1987), propõe a restauração da humanidade que os oprimidos perderam para os opressores (também desumanizados por causa da violência que empregam). É preciso passar pela experiência nicodêmica de nascer de novo e, assim, romper com todo farisaísmo opressor que cega e desumaniza. O que não significa tornar-se opressor dos opressores, mas realizar o processo de libertação em ambos. Como acrescenta FREIRE (1987, p. 19):

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos de todos.

A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Diante do exposto, foi possível ter uma compreensão melhor sobre a performatividade e como o conceito atua ativamente num produto midiático (o Canção Nova Notícias). Demonstrou-se, através da repetição de expressões normativas, como uma emissora católica seleciona autoridades religiosas para legitimar o discurso heteronormativo e vai construir seu sistema de representação de uma maneira que favoreça a matriz hegemônica, sendo retratada de forma positiva e incontestável. Nunca é demais lembrar que a performatividade transcende os exemplos apresentados, a metodologia adotada limitou-se a investigar alguns pontos, mas num olhar mais geral sobre a sociedade, sobre as instituições e sobre os outros meios de comunicação (religiosos ou não) seria possível identificar muitas outras formas performáticas de se fazer os gêneros e as sexualidades, seja para reforçar a matriz hegemônica ou para contestá-la.

Pensando sobre os preceitos éticos da Comunicação, seu ideal seria o de informar, dialogar, compartilhar, compreender. De construir a “cultura do encontro”, como bem

lembrou o Papa Francisco. Este ideal é fundamental para se obter êxito na profissão, sobretudo quando se trata de “[...] defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007, p. 2, *online*). Ainda citando o Código, ele ressalta estas categorias porque, historicamente, constituem um grupo de vulnerabilidade social, e, portanto, compete ao jornalista “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (*ibidem*).

Entretanto, esses preceitos éticos correm o risco de ficar apenas no ideal, porque no dia-a-dia do fazer jornalístico, o viés ideológico das instituições e do próprio jornalista direciona a cobertura e condiciona o tratamento dado às informações. É por isso que temas como gênero e sexualidade não são censurados numa emissora religiosa, eles recebem cobertura, porém, passam por um forte processo de seleção das fontes e das imagens. Também serão regulamentados os conceitos sobre gênero e sexualidade, entendidos pelo viés do catolicismo. Aqueles atores sociais que desafiam a religião estabelecida serão proscritos (impedidos de participar da narrativa midiática) e prescritos (nomeados, por uma autoridade religiosa, como os imorais, os pervertidos, os pecadores). Com isso, é determinado um sistema de classificação que reforça a identidade legitimadora (o catolicismo) por meio da construção do seu exterior constitutivo, ou seja, daquilo que ela não é, os LGBT. As identidades podem funcionar “[...] como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em aberto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais” (HALL, 2013, p. 110).

A unidade legitimadora depende do seu exterior constitutivo, que pode também ser chamado de identidades invertidas, termo resgatado de Proust. Identidades invertidas, como os homossexuais, que assumem publicamente seu desejo orientado para uma pessoa do mesmo sexo, abraçando uma cultura *gay* (identidade de resistência) ou como as travestis e transexuais, que invertem seu gênero e mostram que a “generificação” é uma ilusão e as identidades, fluidas.

Na argumentação de FOUCAULT (2014, p. 30), na Idade Moderna “[...] não se fala menos de sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos”. Assim acontecem com outros assuntos considerados “transgressores à norma e escandalosos”, como homossexualidade. Ocorre a abordagem midiática, mas sempre a partir do ponto de vista da instituição,

invocando a presença de padres, religiosos, psicólogos com atividade pastoral, teólogos que vão reafirmar os dogmas da religião. “A abordagem midiática é dissimuladora, pois aciona uma série de convenções sociais e, ao fim de tudo, para todos os efeitos, se mostra como não responsável pelo resultado das matérias” (RIBEIRO, 2010, p. 127).

As fontes convidadas a participar dos programas nem sempre são especialistas no assunto, mas como “a televisão lhes confere autoridade” (BOURDIEU, 1997, p. 82), tais pessoas podem falar pela posição hierárquica que ocupam na Igreja. Entretanto, estas fontes autorizadas não agiram de forma homofóbica ao se pronunciarem, no sentido tradicional do termo. Com isso, foi refutada a hipótese inicial desta dissertação. Nas falas das fontes identificadas no *corpus* deste estudo não estavam contidos o medo, a aversão e o ódio irracional aos homossexuais e, por extensão, a todos os que manifestam orientação sexual ou identidade de gênero diferentes da matriz heterossexual.

O que se evidenciou na análise das sonoras foi a defesa da família tradicional, a representação positiva e insistente do casal constituído por homem e mulher, o apelo para os papéis de gênero bem definidos e a atuação constante da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória. Nesse aspecto, a representação negativa ou a ausência de representação dos LGBT, é o que se pode chamar de violência simbólica conforme teorizou Bourdieu. As categorias dominantes (a matriz heterossexual) tiveram ampla cobertura das matérias jornalísticas e, conseqüentemente, estabeleceram seus valores ideológicos de forma compulsória, impositiva, hegemônica.

Nas palavras de NUNES; CITELI (2010, p. 25-26), a violência simbólica impõe “[...] o ponto de vista do dominante como se fosse universal, natural e irrevogável”. Essa ideia de universalidade se faz presente pela própria “natureza” do catolicismo, cujo significado da palavra “católico”, do grego *katolikos*, se refere a “universal, para todos”. A Igreja se sente na missão de impor sua “verdade”, não mais por meio da coerção física (como foi no passado), mas pela coerção ideológica. E a TV Canção Nova, que se autointitula, uma “resposta de Deus”, vai abraçar essa “missão” de impor a dominação moral do catolicismo, produzindo materiais midiáticos que represente a religião como boa, única, a identidade legitimadora.

O discurso religioso está imiscuído à narrativa jornalística, para explicar este ponto, recorre-se à metáfora dos óculos de BOURDIEU (1997, p. 25) que diz: “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Com efeito, os óculos dos jornalistas da TV Canção Nova são compostos por lentes católicas que os fazem, sempre, enxergar a realidade sempre a partir do ponto de vista da Igreja. O campo

religioso domina o campo da comunicação, de maneira que o primeiro vai se utilizar do segundo como “palanque” para difundir suas crenças, marcar posições, eleger os representantes legítimos para subir no púlpito e falar com as massas, bem como, esconder ou impedir que os outros sujeitos falem com a plateia. E o público vai assistir a todo este tencionamento, mas nem sempre conseguirá discernir o que, de fato, está em jogo em cada cena midiática.

Comprova-se, mais uma vez, que a tevê não ofereceu uma representação objetiva e universal do mundo, mas fruto de construções sociais, ainda que o telejornal *Canção Nova Notícias* trabalhe com “princípios” ditos jornalísticos: imparcialidade, neutralidade e objetividade. Num olhar mais atento com os óculos da diversidade, composto por lentes *queer*, pode-se enxergar que, nas poucas representações que foram feitas dos LGBT, não serviram para o enfrentamento e subversão da identidade legitimadora, ao contrário, foram utilizadas para reforçá-la, estabelecer a linha divisória que separa o “joio do trigo” (numa alusão ao Evangelho).

Em alguns casos, por não se verem representados, ou por se verem categorizados sob o ponto de vista da identidade legitimadora, é muito difícil para um LGBT (cuja identidade é subalterna) romper com este sistema de opressão. Isso os leva a internalizarem os valores dominantes e a negar a sua identidade por medo e/ou vergonha, gerados neste processo de violência simbólica.

Em outros casos, identidades subalternas podem, sim, resistir à mensagem midiática transmitida pela Igreja institucional. Mas a maneira como esse conteúdo audiovisual é recebido pelos telespectadores fica como um desafio ainda em aberto para novas pesquisas. Como observou WONTON (2006, p. 36) “o advento da comunicação generalizada assinala o reinado do receptor e o reexame de todos os estereótipos que o reduzem a uma situação de passividade”. Ou seja, aquele que está em casa assistindo não é um ser alienado e cria formas de resistir à mensagem. KELLNER (2001, p. 10) enfatizou que o receptor deve aprender a “[...] ler e criticar a mídia. Resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominante”.

O que se pode dizer, a princípio, com base nos exemplos apresentados nesta dissertação (como as mulheres católicas da Região do Salgado), é que, diante de uma identidade legitimadora (o catolicismo oficial), há outros fatores que vão contribuir na construção das identidades dos indivíduos: econômicos, de gênero, pessoais, etc. Muitos membros, de diferentes grupos sociais, vivem sexualmente realizados, sem aderir ao modelo de comportamento hegemônico proposto pela instituição católica. Como as identidades estão

sempre em trânsito, o indivíduo negocia ou muda sua identidade dependendo do campo social em que se encontra. Nem sempre a religião consegue se sobrepor na construção identitária do sujeito, afinal, “diante do fenômeno religioso, ninguém é neutro, pois somos condicionados pela nossa biografia pessoal e coletiva” (ESTRADA, 2007, p. 38). Outro exemplo é a Pastoral da Diversidade, uma identidade de projeto, que cria uma nova linguagem teológica na tentativa de mudar as bases dogmáticas do catolicismo, procurando uma maior aceitação dos LGBT nas paróquias e dioceses, sem que estas pessoas tenham que abrir mão de sua sexualidade ou identidade de gênero. TEDESCHI (2005, p. 143) acrescenta:

[...] a desconstrução das desigualdades baseadas nas diferenças sexuais é um projeto que se encontra em andamento, que faz parte de um movimento mais amplo para a consolidação dos direitos humanos e cujas fronteiras vão além das sociedades nacionais. Essas características fazem da desconstrução das desigualdades sexuais um movimento social que, por ser globalizado, não pode atuar por meio do estabelecimento de normas, e sim do diálogo e da persuasão.

Esta dissertação procurou atuar como um refletor, incidindo luzes na realidade social e colocando no centro do “palco” a população LGBT - não para “entretenimento hétero de luxo”, mas para que possam ser protagonistas de suas próprias histórias, relatando-as sob o seu próprio ponto de vista, como foi a tentativa de um olhar *Queer* sobre a Bíblia, sobre os meios de comunicação social (a TV Canção Nova) e sobre a religião (o catolicismo).

Mas um olhar *Queer*, que nunca se esgota no gênero e sexualidade, pode ser lançado para outras diferentes formas de normatização, de exclusão e enquadramentos, que insistem em produzir corpos abjetos. CÂNCIO (2005) relatou a história de uma jornalista que foi designada para fazer uma matéria em um presídio sobre um determinado assunto. Mas chegando lá, deparou-se com uma jovem grávida, mãe de dois filhos pequenos, cujo marido (catador de papelão) havia sido preso por brigar com um dono de botequim que se recusou a vender leite fiado àquela família. A mulher e os filhos, então, estavam vivendo no corredor do presídio, alimentando-se dos restos de comida dos detentos. Foi o olhar *Queer* da repórter, sua sensibilidade, sua alteridade, que a levou a reconhecer aquelas vidas como importantes, e assim decidiu fazer uma matéria sobre eles, deu materialidade para aquele drama familiar.

A notícia que retrata questões sociais importantes, mas que não pode ser visualizada com facilidade, que não está no foco dos grandes acontecimentos, que não faz parte de um mundo conhecido, também não costuma fazer parte do processo diário de produção das notícias e talvez custe a integrar as páginas dos jornais ou as laudas dos telejornais. Esse tipo de notícia, para existir, necessita ser descoberta tal diamante bruto em mina (CÂNCIO, 2005, p. 79).

Enxergar a realidade social por meio de um prisma *Queer* não é limitar ou condicionar o olhar. Isso seria contraproducente para aquilo que propõe a Teoria *Queer*, que consiste justamente na ruptura dos moldes e de toda normatização que envolve o estabelecimento de poder imposto por um grupo hegemônico sobre outros grupos minoritários, subalternizados. Um prisma *Queer* não permite fechar os olhos, mas manter as pupilas bem dilatadas, fazendo enxergar os invisíveis. Projetando luz.

Neste aspecto, quando Isaac Newton realizou seus experimentos sobre Óptica, percebeu que a luz branca, ao passar por um prisma, dispersava feixes coloridos – os quais chamou de espectro. Usando esta analogia, a luz branca é a ideologia dominante (normalizadora, hegemônica e rígida) que ao se incidir sobre a Teoria *Queer* (uma espécie de prisma), vai se propagar em diferentes cores, modificando o espectro social: descentralizando o poder, rompendo com as normas, desconstruindo os binarismos de gênero e sexuais, desconstruindo as dicotomias da Ciência. E propondo uma política da diferença, que leva a aceitação do Outro tal como ele faz a si, seu gênero, sua sexualidade, suas performances em cores, televisivas ou quotidianas.

Por um prisma *Queer*, transmuta-se, inclusive, a relação com a religiosidade. Aquela imagem masculina, patriarcal, do Senhor dos Exércitos irado, passa a ser compreendida como a imagem maternal da porção divina feminina. Quando Moisés perguntou o nome desta divindade, Ela não respondeu por um nome masculino. Disse apenas: “Eu sou”. Ainda que a performatividade patriarcal tenha feito existir um nome masculino para esta deidade, Javé: “Aquele que é”. Por isso, transgredindo a norma, se pode afirmar o contrário: “Aquele que é”. Não se trata de substituir uma divindade por outra, mas como bem descreveu Juan Arias (1973) em seu livro “O Deus em quem não creio”: “o meu Deus é ... o ‘outro’ Deus”. Ou seja, é preciso enxergar a outra face da divindade, o Deus da outra, dos subalternos, do apocalipse *Queer*. Somente dentro dessa concepção, é possível passar debaixo do arco-íris sem temer superstições, pois, a própria divindade é masculina e feminina, morando não num céu azul, mas num Paraíso colorido, cheio de vida. Sim, “Aquele que é”, está viva!

REFERÊNCIAS

- ABIB, Jonas. **Canção Nova**: uma obra de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- ABIB, Jonas. **Canção Nova**: uma obra de Deus – nossa história, identidade e missão. São Paulo: Canção Nova, 2015.
- ALCÂNTARA, Norma S.; CHAPARRO, Manuel Carlos; GARCIA, Wilson. **Imprensa na berlinda**: a fonte pergunta. São Paulo: Celebris, 2005.
- ALLES, Natália Ledur; COGO, Denise. “Sou feliz sendo prostituta”: incidências de discursos governamentais e midiáticos sobre prostituição. **Esferas - Revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro-Oeste**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 11-20, jul./dez. 2013.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução de Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.
- ARIAS, Juan. **O Deus em quem não creio**. São Paulo: Editora: Perpétuo Socorro, 1973.
- ARMSTRONG, Karen. **A Bíblia**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. ABLGBT. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.
- AZEVEDO JUNIOR, Paulo Ricardo. **Um olhar que cura**: terapia das doenças espirituais. 7. ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2009.
- BARKER, Chris. **Televisión, globalización e identidades culturales**. Barcelona, SPA: Paidós, 2003.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

BEAUVOIR, SIMONE. **O segundo sexo II: a experiência da vida**. [Tradução: Sérgio Milliet]. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-555, ago. 2011.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Bahia: EDUFBA, 2011a. p. 79-110.

BERGOGLIO, Jorge; SKORKA, Abraham. **Sobre o céu a terra**. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Paralela, 2013.

BÍBLIA SAGRADA. **Nova Versão Internacional**. São Paulo: Editora Vida, 2000.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BOSSWELL, John Eastburn. **Las Bodas de la semejanza**: uniones entre personas del mismo sexo em la Europa pré-moderna. Barcelona: El Aleph, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. São Paulo: Zahar, 1997.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

_____. **O poder simbólico**. [Tradução: Fernando Tomaz português de Portugal]. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2006.

BRAGA, Denise Silva. Novos/outros corpos, gêneros e sexualidades: experiências de lésbicas, gays e transgêneros no currículo escolar. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2011.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler por Prins, B.; Meijer, I. C. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importam**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

CAMPANHA, João Aroldo. **Maria na América Latina**: antes e depois do Concílio Vaticano II. Edições Loyola, São Paulo, 2000.

CÂNCIO, Marcelo. **Telejornalismo descoberto: a origem da notícia no jornalismo televisivo regional**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

CHALITA, Gabriel. **Eu acredito em milagres**: a história de Padre Jonas Abib. São Paulo: Editora Canção Nova, 2016.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo na Igreja Católica (CIC)**. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Editora Loyola, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 2

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 9. ed., São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

_____. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Bahia: EDUFBA, 2011.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso**: notas sobre jornalismo e representações sociais. Portugal: Editora LabCom, 2009.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL. **Texto aprovado no dia 13 março de 2014**: 83º Reunião Ordinária do Conselho Permanente. São Paulo: Paulinas, 2014.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. 5. ed., Paulus, São Paulo, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Editora Boitempo, 1997.

ESTRADA, Juan Antonio. **Imagens de Deus**: a filosofia ante a linguagem religiosa. Tradução de José Afonso Beraldin. São Paulo: Paulinas, 2007.

EZCURRA, Ana Maria. **O Vaticano e o Governo Reagan**: convergências na América Central. Tradução de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

FERREIRA, Wagner. **Comunidade Canção Nova**: uma escola de formação. São Paulo: Editora Canção Nova, 2012

_____. **Análise do projeto formativo da Canção Nova**. São Paulo: Editora Canção Nova, 2012a.

FILHO, Gilson Soares Raslan. **Dai-me almas: o pastoreio midiático da TV Canção Nova**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. Ciência e Saber. In: _____. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Nietzsche, Marx e Freud. [Tradução: Jorge Lima Barreto]. São Paulo, Princípio Editora, 1997.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARETTO, Paulo Roque. **Midiatização da religião**: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento. 2006. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

GOMES, Pedro Gilberto. **Da Igreja eletrônica à sociedade em midiáticação**. São Paulo: Paulinas, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**: antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 1998.

GUIMARÃES, Ana Paula. **TV Canção Nova**: a vida por trás das câmeras. 2 ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. Quem precisa de identidade? In: TOMAZ, Tadeu da Silva (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 103-133.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 123-142.

HAMILTON, Fernando Arteche. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

HELMINIAK, Daniel A. **O que a bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Tradução Eduardo Teixeira Nunes. São Paulo: Summus, 1998.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, *drag-queens*, transexuais: pensando a construção do gênero e identidades na sociedade contemporânea. In: PAIVA, Raquel.; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Tradução Marcelo Backes. Porto Alegre: L & PM, 2013.

KRASTANOV, Stefan Vasilev. **Nietzsche**: *pathos* artístico *versus* consciência moral. São Paulo: Paco Editorial, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRISTEVA, Julia. **Poderes do horror**: ensaio sobre a abjeção. Tradução de Allan Davy Santos Sena. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.

LIMA, Luís Corrêa. Estudos de gênero versus ideologia: desafios da teologia. Revista Mandrágora, São Paulo, v. 21. n. 2, p. 89-112, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo, SP: Paulus Editora, 2005

MALDONATO, Mauro. **Dicionário das ciências da mente: psicologia, psiquiatria, psicanálise, neurociências**. Tradução de Roberta Barni e Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Teorias da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Comunicação & identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MATTELART, Armand.; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MESSEDER, Suely. Novas perspectivas e desafios políticos atuais. In: COLLING, Leandro (Org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Bahia: EDUFBA, 2011.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: reflexões *Queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Bahia: EDUFBA, 2011.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2016.

_____; PELUCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, jan./jul. 2007.

NATIVIDADE, Marcelo. Entre o “pecado” e o Amor de Deus: comentários sobre a experiência da homossexualidade em igrejas evangélicas tradicionais e igrejas inclusivas. In: NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro, RJ: Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese (1549-1600)**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

PAIVA, Raquel.; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAREDES, Juan Antonio. **Onde está nosso Deus?** Diálogo do crente com a cultura de hoje. Tradução de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Paulus, 1999.

PARKER, Richards. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues (Org). **Ciclo de cinema**: entre histórias, teorias e reflexões, abordagens sociais contemporâneas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

_____. **(Contra)pontos**: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual, o combate à homofobia. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

PINSKY, Jaime; PINSKY BASSANEZI, Carla. **Faces do fanatismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

PINTO, Simone Rodrigues. **O pensamento social e político latino-americano**: etapas de seu desenvolvimento. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

RATZINGER, Joseph; D'ARCAIS, Paolo Flores. **Deus existe?** Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

REGINA, Jesus Eurico Miranda. **Moral moderna: a alteridade na filosofia cartesiana**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2000.

REIMER, Ivoni Richter (Org). **Imaginários da divindade: textos e interpretações**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

RENDINA, Claudio. **Os pecados do Vaticano: soberba, avareza, luxúria, pedofilia: os escândalos e segredos da Igreja Católica**. Tradução de Aderbal Torres. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros**. São Paulo: GLS, 2010.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993-1995.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009

ROSENMAN, M. R. **Pensar América Latina**. El Desarrollo de la sociología latinoamericana. Buenos Aires, Clacso, 2008.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

SANTIN, Myriam Aldana. **Religião e práticas anticoncepcionais: relatório de pesquisa**. Belém: UNAMA, 1999.

SCHWARTZ, Tony. **Mídia: o segundo Deus**. Tradução de Ana Maria Rocha. 2. ed., São Paulo: Summus, 1985.

SENNA, Carlos Henrique Corrêa. **Midiatização do campo religioso: a recepção da celebridade Padre Fábio de Melo por seus fãs/devotos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: _____ (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel.; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.
- SOUSA, Mauro Araújo. **Nietzsche: viver intensamente, tornar-se o que se é**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2009.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SPONG, John. **Nota introdutória**. O que a bíblia realmente diz sobre a homossexualidade. Tradução de Eduardo Teixeira Nunes. São Paulo: Summus, 1998.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. Gênero: uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos. **Revista História Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 139-144, 2005.
- _____. **As mulheres e a história: uma introdução teórica-metodológica**. Goiânia: UFGD, 2012.
- _____.; COLLING, Ana Maria. Os Direitos Humanos e as questões de gênero. **História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 33-57, 2014.
- THOMPSON, John. **Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- VIDAL, Marciano. **Sexualidade e condição homossexual na moral cristã**. Tradução de Marcelo C. Araújo. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TOMAZ, Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Sites pesquisados

BBC BRASIL. **Quem são os cardeais rebeldes que acusam o Papa Francisco de heresia.** 2016. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998143>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL SEM HOMOFOBIA: **Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual.** Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº. 122/2006**, de 21 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 5002/2013:** Lei João Nery – Lei de Identidade de Gênero, de 26 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filenome=PL+5002/2013>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BUTLER, Judith. **Sem medo de fazer gênero:** entrevista com a filósofa americana Judith Butler. Ilustríssima: Folha de São Paulo. 20 set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>>. Acesso: 21 mai. 2017.

CANÇÃO NOVA. **Editorial:** TV Canção Nova reforça valores cristãos em editorial. 2015. Disponível em: <<http://tv.cancaonova.com/programas/editorial/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. CNBB. **Bispos do Regional Sul 1 divulgam notas.** 2015. Disponível em: <<http://www.cnbbsul1.org.br/mensagem-aos-catolicos-e-a-todos-os-cidadaos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. 2007. Disponível em: <http://www.sinjor.org.br/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA, E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: < <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Racismo.pdf>> Acesso em: 11 set. 2017.

EL PAIS. Internacional. **Do Bergoglio conservador ao Francisco liberal.** Os que visitam o Papa veem diferença entre sua mensagem e a de quando era arcebispo. Para os mais próximos, suas convicções são as mesmas. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/13/internacional/1442178409_278498.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Não existe neutralidade possível: [...] deve-se optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.** Leia, São Paulo, v. 7, n. 96, p. 25, 1986. Disponível em: <http://repository.usp.br/single.php?_id=001357235> Acesso em: 12 jun. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Papa Francisco enfrenta revolta de conservadores na Itália.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1860628-papa-francisco-enfrenta-revolta-de-conservadores-na-italia.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FURLANI, J. **Existe ideologia de gênero?** Entrevista com a doutora em Educação Jimena Furlani. 2016. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>>. Acesso: 23 mai. 2017.

JENNER, Caitlyn. **O discurso de Caitlyn Jenner no ESPY Awards que todo o mundo deveria ver.** 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/16/estilo/1437040901_290503.html> Acesso: 23 mai. 2017.

G1. **Filhos adotados por casal gay são batizados em igreja católica de Curitiba:** pais procuraram pessoalmente o arcebispo da cidade para pedir que a cerimônia fosse realizada. Foram batizados os filhos de 16, 14 e 12 anos. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/filhos-adotados-por-casal-gay-sao-batizados-em-igreja-catolica-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

G1. **Papa se encontrou com casal gay durante visita aos EUA, diz TV.** Amigo se reuniu com pontífice e levou seu parceiro há 19 anos. Argentino, que teve aula com Francisco na escola, deu entrevista à CNN. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/papa-teve-encontro-privado-com-casal-gay-diz-tv-americana.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2016:** Assassinatos de LGBT no Brasil, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso: 23 mai. 2017.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Cinco dúvidas, quatro cardeais, três certezas.** 16 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/562358-cinco-duvidas-quatro-cardeais-tres-certezas-artigo-de-andrea-grillo>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

LEAL, Raphael. **Com cenário mais moderno, Canção Nova Notícias entra em nova fase.** 25 jul. 2016. Disponível em: < <https://noticias.cancaonova.com/brasil/com-cenario-mais-moderno-cancao-nova-noticias-entra-em-nova-fase/> > Acesso em: 20 jun. 2017.

NUNES, Maria José F. Rosado; CITELI, Maria Teresa. **Violência simbólica: a outra face das religiões.** Cadernos: Católicas pelo direito de decidir, 14. São Paulo, 2010

OBSERVADOR. **Papa recebe transexual no Vaticano: Deus aceita-te como és.** 2015. Disponível em: < <http://observador.pt/2015/01/28/papa-recebe-transsexual-no-vaticano-deus-aceita-te-como-es/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

O GLOBO. **Pai, mãe e filhos já não reinam mais nos lares.** Formação clássica ‘casal com filhos’ deixou de ser maioria no Brasil: segundo o IBGE, representa 49,9% dos domicílios, enquanto outros tipos de famílias já somam 50,1%. 2012. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/pai-mae-filhos-ja-nao-reinam-mais-nos-lares-5898477>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, 2007. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 10 mai. 2017.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido: Sodoma e Gomorra.** v. 4, ISBN 9721007242, digitalizado por Raimundo do Vale Lucas, 1986. Disponível em: < <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2012/06/proust-em-busca-do-tempo-perdido-4-sodoma-e-gomorra.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

PÚBLICO PT. **Burke, o rosto dos conservadores na luta contra o Papa.** O cardeal norte-americano é a personagem central de dois embates recentes entre Francisco e a ala mais conservadora da Igreja. Pode a eleição de Trump dar fôlego aos que querem travar o Papa argentino?. 2017. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2017/02/13/mundo/noticia/burke-o-rosto-dos-conservadores-na-luta-contr-o-papa-1761767>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo.** Florianópolis: Combook, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: < http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do Armário.** Tradução de Plínio Dentzien. Revisão de Richard Miskolci e Júlio Assis Simões. **Cadernos Pagu**, v. 28, janeiro-junho de

2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/3503/sedgwick-eve.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

SENSUS FIDEI. **Dúvidas sobre as Dúbias dos cardeais**. 2017. Disponível em: <<http://www.sensusfidei.com.br/2017/01/20/duvidas-sobre-as-dubia-dos-cardeais/#.WVLpC-jyvIU>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

VERITATIS ESPLENDOR. **Nota da CNBB sobre a ONG “Católicas pelo Direito de Decidir-CDD”**. 2008. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/outros-documentos-ecclesiasticos/nota-da-cnbb-sobre-a-ong-catolicas-pelo-direito-de-decidir-cdd/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Documentos da Igreja

BENTO XVI. **Discurso aos Bispos da Conferência Episcopal do Canadá (Ontário), por ocasião da visita “Ad Limina Apostolorum”**. 2006. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060908_canada-ontario.html>. Acesso em: 22 mai 2017.

CÓDIGOS DE DIREITO CANÔNICO. Versão portuguesa de António Leite, S. J. 4 ed., Portugal: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983.

FRANCISCO. **Misericordiae Vultus**: bula de proclamação. 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2017.

FRANCISCO. **Amoris Laetitia**: Exortação Apostólica pós-sinodal sobre o Amor na Família. 2016. Disponível: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia_po.pdf> Acesso em: 22 mai. 2017.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Redemptoris Missio**. 1990. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html>. Acesso: 21 mai 2016.

PÉTER, ERDŐ. **Relatio post disceptationem**. 2014. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20141013_erdo-synod_po.html#> Acesso em: 17 mai. 2016.

PIO XI. **Carta Encíclica Vigilante Cura**. 1936. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PIO XII. **Carta Encíclica Miranda Prorsus**. 1957. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus.html>. Acesso em: 17 mai. 2016.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração Persona Humana**, sobre alguns pontos da ética sexual. 1975. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html>. Acesso em: 22 mai. 2017.

VATICANO. **Decreto Inter Mirifica**: sobre os meios de comunicação social. 1966. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – LINKS PARA ACESSO DAS MATÉRIAS TRATADAS NO *CORPUS* DE PESQUISA

2013

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. CNJ. **Jurista fala de casamento civil homossexual**. 14 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GyFzIB-WSeo&feature=youtu.be>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Franceses protestam contra união homossexual**. 27 mai. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-GRQuvi_dA&feature=youtu.be>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **União homossexual na França**. 27 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3XCWgKAPvKA&feature=youtu.be>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Projeto sobre homofobia é retirado de pauta**. 20 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DH4CqR6FvDA>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Projeto de Lei que criminaliza homofobia deve ser votado na próxima semana**. 02 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RvWX8FdBTOo>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Polêmica: Plano Nacional de Educação**. 11 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FnfD4j6oGKg>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

2014

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. CNJ. **Disque Câmara bate recorde de ligações contra PNE**. 26 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RHnrh7xGmcc>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Ideologia de gênero causa polêmica em votação do PNE**. 2 abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M_uuk-NwAlg>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Ideologia de gênero é retirada do Plano Nacional de Educação.** 23 abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r_4NrkbI2OM>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Comissão da Câmara retira ideologia de gênero do PNE.** 6 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MYJqdrHAIfQ>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Ideologia de gênero é tema de debate em Assembleia no Paraguai.** 3 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-id9JVNXq44>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Italianos fazem manifestação em defesa da família natural.** 24 jul. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nzN_YAju53Q>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Vereadores são contra termo "Gênero" de PME de São Paulo.** 26 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0RdEOtAbxJA>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **União homoafetiva ganha destaque no 4º dia de Sínodo em Roma.** 9 out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c0DLBD3jcSc>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Igreja não mudou posição sobre homossexuais, afirma cardeal.** 15 out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zzQoylY35VY>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

2015

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. CNJ. **Distrito Federal rejeita ideologia de gênero nas escolas.** 17 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=odtSjAEAXOU>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Confira detalhes da Coletiva de Imprensa da CNBB.** 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ot1l1Cxfp3sY>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Manifestação contra Ideologia de Gênero acontece em Roma.** 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tzpNzScU2Ak>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Fim do prazo para votação dos Planos Estaduais de Educação.** 26 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A0rwCXQ39fE>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Manifestantes protestam contra Plano Municipal de Educação.** 12 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ran7Azzx4Qs>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Seminário reúne interessados em preservar os valores da família.** 26 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8laIbPz5iYw>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Sergipe diz não ao termo "gênero" em plano de educação.** 1 set. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=__WzyRFCN_E>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Vaticano apresenta documento final do Sínodo da Família.** 26 out. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fBA souq8Sq8>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Cardeal Arcebispo de São Paulo faz balanço do Sínodo em Roma.** 28 out. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NzpBxbFB0ug>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

2016

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. CNJ. **Evento na CN discute temas como defesa da vida e ideologia de gênero.** 25 out. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bYER9CyWFLs>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Papa denuncia riscos da ideologia de gênero - CN Notícias.** 28 out. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wljys6j3mhY>>. Acesso em: 10 jan. 2017.